


PANDEMIA EM DIS(CURSO)



**vacina
covid-19
(recombinante)**
5 doses
/frasco-ampola
Conservar sob refrigeração
2°C e 8°C
1 dose =
0,5 mL

 EDITORA
**BORDÔ
GRENA**

Mariana Morales da Silva
Lílian Pereira de Carvalho
Júlio Antonio Bonatti Santos
Orgs.

PANDEMIA EM (DIS)CURSO

Comissão Editorial

Ma. Juliana Aparecida dos Santos Miranda

Ma. Marcelise Lima de Assis

Conselho Editorial

Dr. André Rezende Benatti (UEMS*)

Dra. Andréa Mascarenhas (UNEB*)

Dra. Ayanne Larissa Almeida de Souza (UEPB)

Dr. Fabiano Tadeu Grazioli (URI) (FAE*)

Fernando Miramontes Forattini (Doutorando/PUC-SP)

Dra. Yls Rabelo Câmara (USC, Espanha)

Me. Marcos dos Reis Batista (UNIFESSPA*)

Dr. Raimundo Expedito dos Santos Sousa (UFMG)

Ma. Suellen Cordovil da Silva (UNIFESSPA*)

Nathália Cristina Amorim Tamaio de Souza (Doutoranda/UNICAMP)

Dr. Washington Drummond (UNEB*)

Me. Sandro Adriano da Silva (UNESPAR*)

*Vínculo Institucional (docentes)

Mariana Morales da Silva
Lílian Pereira de Carvalho
Júlio Antonio Bonatti Santos

ORGANIZADORES

PANDEMIA EM (DIS)CURSO



Catu, BA

2022

© 2022 by Editora Bordô-Grená
Copyright do Texto © 2022 Os autores
Copyright da Edição © 2022 Editora Bordô-Grená

TODOS OS DIREITOS GARANTIDOS. É PERMITIDO O DOWNLOAD DA OBRA, O COMPARTILHAMENTO E A REPRODUÇÃO DESDE QUE SEJAM ATRIBUÍDOS CRÉDITOS DAS AUTORAS E DOS AUTORES. NÃO É PERMITIDO ALTERÁ-LA DE NENHUMA FORMA OU UTILIZÁ-LA PARA FINS COMERCIAIS.

Editora Bordô-Grená
https://www.editorabordogrena.com
bordogrena@editorabordogrena.com

Projeto gráfico: Editora Bordô-Grená
Capa: Keila Lima de Assis
Imagem da capa: Lucas Nobres Durães Pires
Veiga das Neves
Editoração: Editora Bordô-Grená
Revisão textual: Auzenir da Luz Oliveira

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
CATALOGAÇÃO NA FONTE

Bibliotecário responsável: Roberto Gonçalves Freitas CRB-5/1549

P189

Pandemia em (Dis)Curso :[Recurso eletrônico] / Organizadores Mariana Morales da Silva, Lílian Pereira de Carvalho, Júlio Antonio Bonatti Santos. – Catu: Bordô-Grená, 2022.

4573 kb 195fls. il: color

Livro eletrônico
Modo de acesso: Word Wide Web <www.editorabordogrena.com>
Incluem referências

ISBN: 978-65-87035-87-1

1. Pandemia. 2. Covid-19. 3. Discurso. I. Título.

CDD 614
CDU 61.14

Os conteúdos dos capítulos são de absoluta e exclusiva responsabilidade dos autores.

Dedicamos este livro a todas as vítimas da COVID-19

Inumeráveis
(Bráulio Bessa)

Andre Cavalcante era professor amigo de todos e pai do Pedrinho.

O Bruno Campelo seguiu seu caminho.

Tornou-se enfermeiro por puro amor.

Já Carlos Antônio, era cobrador.

Estava ansioso pra se aposentar.

A Diva Thereza amava tocar seu belo piano de forma eloquente.

Se números frios não tocam a gente espero que nomes consigam tocar.

Elaine Cristina, grande paratleta fez três

faculdades e ganhou medalhas

Felipe Pedrosa vencia as batalhas

Dirigindo Uber em busca da meta.

Gastão Dias Junior, pessoa discreta

na pediatria escolheu se doar

Horácia Coutinho e seu dom

de cuidar

De cada amigo e de cada parente.

Se números frios não tocam a gente

Espero que nomes consigam tocar.

Iramar Carneiro, heroi da Estrada

foi caminhoneiro, ajudou o Brasil.

Joana Maria, bisavó gentil. E Katia Cilene uma mãe dedicada.

Lenita Maria, era muito animada baiana de escola de samba a sambar

Margarida Veras amava ensinar

era professora bondosa e presente.

Se números frios não tocam a gente

Espero que nomes consigam tocar.

Norberto Eugênio era jogador piloto, artista, multifuncional.

Olinda Menezes amava o natal.

Pasqual Stefano dentista, pintor

Curtia cinema, mais um sonhador

Que na pandemia parou de sonhar.

A vó da Camily não vai lhe abraçar

com Quitéria Melo não foi diferente.

Se números frios não tocam a gente

Espero que nomes consigam tocar.

Raimundo dos Santos, um homem guerreiro

O senhor dos rios, dos peixes também

Salvador José, baiano do bem

Bebia cerveja e era roqueiro.

Terezinha Maia sorria ligeiro

cuidava das plantas, cuidava do lar

Vanessa dos Santos era luz solar

mulher colorida e irreverente.

Se números frios não tocam a gente

Espero que nomes consigam tocar.

Wilma Bassetti vó especial

pra netos e filhos fazia banquete.

Yvonne Martins fazia um sorvete

Das mangas tiradas do pé no quintal

Zulmira de Sousa, esposa leal

falava com Deus, vivia a rezar.

O X da questão talvez seja amar

por isso não seja tão indiferente

Se números frios não tocam a gente

Espero que nomes consigam tocar.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos a todo o grupo de pesquisa do Laboratório de Estudos Epistemológicos e Discursividades Multimodais (LEEDiM-UFSCar/CNPq) e à equipe que desenvolveu a Enciclopédia Discursiva da COVID-19 do InformaSUS-UFSCar, pela força, compromisso e parceria que nos levou a resistir em tempos de confinamentos e de negacionismo.

A todas as autoras e autores que compõem este livro, os quais também ocuparam também a posição de leitoras e leitores críticos dos capítulos aqui presentes. Ao aceitarem participar e colaborar com essas duas funções na composição desta obra, estabeleceu-se uma belíssima e rica troca de leituras, sugestões e pareceres entre pares-colegas, o que permite dizer que nosso livro se trata de fato de uma obra coletiva composta em colaboração e regada de afeto. Pela disposição e olhares atentos, nosso grande agradecimento.

Nosso especial agradecimento ao fotógrafo da CNN, Lucas Nobres Durães Pires Veiga das Neves, autor da fotografia “Campanha de vacinação de massa em população de rua do Rio de Janeiro – Projeto Ruas”, que gentilmente concedeu o direito de uso da imagem para ilustrar a capa deste livro. Agradecemos também ao Projeto Ruas, nas figuras de Larissa Montel e Juliana Silva, que além de autorizarem o uso da imagem publicada anteriormente na página da rede social digital Instagram do projeto, também possibilitaram o nosso contato com o fotógrafo.

Por fim, deixamos aqui registrado nosso agradecimento e reconhecimento a esse projeto tão necessário que incansavelmente atua para garantir os direitos da população em situação de rua da cidade do Rio de Janeiro.

S U M Á R I O

APRESENTAÇÃO	11
<i>Organizadores</i>	
“FIQUE EM CASA” E “O BRASIL NÃO PODE PARAR”: A POLÊMICA NOS DISCURSOS EM TEMPOS DA PANDEMIA DA COVID-19	15
<i>Fernando Curtti Gibin e Marco Antonio Almeida Ruiz</i>	
O NOVO NORMAL E OS SENTIDOS DO CORPO	34
<i>Júlio Bonatti e Roberto Leiser Baronas</i>	
ISOLAMENTO, DISTANCIAMENTO SOCIAL E QUARENTENA: PRODUÇÃO DE SENTIDOS NA PANDEMIA DA COVID-19	49
<i>Sidney Fernandes dos Santos Silva, Terezinha Ferreira de Almeida e Lígia Mara Boin Menossi de Araujo</i>	
CONTRADIÇÃO, "MALABARISMO" E OS ESTEREÓTIPOS FEMININOS NA PANDEMIA	67
<i>Julia Lourenço e Tamires Bonani Conti</i>	
“PRECISO COMER”: PROSTITUIÇÃO E PANDEMIA	83
<i>Gleice Alcântara e Jorcemara Cardoso</i>	
PRÁTICAS POPULARES NA MOBILIZAÇÃO LINGUÍSTICA EM TEMPOS PANDÊMICOS	104
<i>Livia Maria Falconi Pires, Lílian Pereira de Carvalho e Guilherme Freitas dos Santos</i>	
O FENÔMENO DE (RE)NOMEAÇÃO DAS VARIANTES DO CORONAVÍRUS: DIÁLOGOS ENTRE TEORIAS DO DISCURSO DIGITAL E LINGUÍSTICA POPULAR	125
<i>Mariana Morales da Silva, Lafayette Batista Melo e Marcelo Rocha Barros Gonçalves</i>	

“ACHATAR A CURVA”: ASCENSÃO E QUEDA DA COLETIVIDADE	149
<i>Carlos Alexandre Molina Nocchioli, Mariana Guidetti Rosa e Bianca Cristina de Oliveira Fabiano</i>	
ENCICLOPÉDIA DISCURSIVA DA COVID-19: UMA ENTREVISTA COM FERNANDA CASTELANO E ROBERTO BARONAS	170
<i>Lauro Damasceno</i>	
SOBRE AS AUTORAS E OS AUTORES	182

PREFÁCIO

No marco da pandemia da COVID-19, transformações de distintas ordens ocorreram, dentre elas as de práticas discursivas. Em jornais impressos ou online, televisão, rádio e redes sociais digitais, são muitos os que emitem discursos sobre a pandemia, como profissionais da saúde, políticos, cientistas, pessoas públicas e famosas, internautas anônimos, coletivos, *trolls* e *bots*. Nessa arena discursiva, distintas posições foram marcadas a partir também de diversos movimentos e atos sócio-políticos. Muitos desses embates se valem das redes sociais digitais tanto quanto da articulação entre o espaço urbano e os meios midiáticos, tornando-se, assim, parte de um cotidiano completamente transformado.

Este livro traz uma coletânea de capítulos inéditos e tem como objetivo contribuir criticamente com o debate ideológico-político acerca dos embates discursivos em torno da pandemia, desde sua irrupção em março de 2020. Nesse sentido, as contribuições que compõem a pluralidade de vozes materializada nesta obra trazem construções teórico-analíticas com foco em termos, conceitos, expressões e siglas vinculados ao contexto da pandemia da COVID-19 nos mais variados mídiuns. A indagação que inspira esta publicação coletiva é: como, num determinado momento histórico, tais termos, temas e assuntos relacionados à pandemia são (re)significados por diferentes atores sociais?

A obra focaliza casos brasileiros, porém não se exime da reflexão com o contexto mundial. Ao dar visibilidade a investigações em estudos discursivos, o livro “Pandemia em (Dis)curso” oferece um panorama dos processos discursivos no marco da pandemia da COVID-19 de maneira irrestrita a uma localidade específica, mas, às vezes, particularizada nela. O livro é organizado em quatro blocos sutilmente encadeados. O primeiro, com os capítulos um e dois, aborda questões discursivas e políticas nacionais e internacionais no contexto da pandemia; o segundo bloco, composto pelos capítulos três, quatro e cinco, levanta questões político-discursivas visibilizadas mais em espaços digitais sobre as mulheres na pandemia; o terceiro, com os capítulos seis e sete, tendo o digital também como espaço de coleta de *corpus* apresenta interessantes possibilidades de trabalho investigativo assentado no campo da linguística popular e finalmente o quarto bloco, com o capítulo oito e a entrevista que fecha a obra, aborda questões sobre discurso, pandemia e divulgação científica.

O primeiro capítulo intitulado “*Fique em casa*” e “*O Brasil não pode parar*”: *a polêmica nos discursos em tempos da pandemia da COVID-19*, de autoria dos pesquisadores Fernando Curtti Gibin e Marco Antonio Almeida Ruiz, foi escolhido para abrir a obra pelo primoroso debate proposto assentado nas noções

de polêmica e de polarização a partir de mobilizações de *hashtags* de ampla circulação. O estudo permite compreender que *hashtags* massivas de circulação mundial podem atuar em embates peculiares de contextos específicos quando envolvem disputas com a política de morte de certos manejos da pandemia.

Na mesma toada de crítica aguçada e refinada, o capítulo dois, *O novo normal e os sentidos do corpo*, de autoria dos pesquisadores Júlio Bonatti e Roberto Leiser Baronas, amplia o olhar para diferentes localidades do globo, abordando questões relativas ao controle de corpos nessa nova realidade imposta com a pandemia.

Como consequência dessa “nova normalidade”, as pesquisadoras-mães Sidnay Fernandes dos Santos Silva, Terezinha Ferreira de Almeida e Lígia Mara Boin Menossi de Araújo refletem sobre as novas relações e modos de trabalho trazidos com a necessidade de confinamento, isolamento e distanciamento social pela pandemia, no capítulo três, intitulado *Isolamento, distanciamento social e quarentena: produção de sentidos na pandemia da COVID-19*. As autoras trazem ao debate questões que recebem, em geral, pouca visibilidade na mídia e nos círculos acadêmicos, relativas à maternidade e trabalho a partir da nova modalidade de trabalho remoto, o “home office”.

Também lançando luz às mulheres na pandemia, as pesquisadoras Julia Lourenço e Tamires Bonani Conti buscam nas redes sociais digitais marcas, vozes e gritos que fortalecem o debate sobre questões que envolvem feminismo e estereótipos, no capítulo quatro, intitulado *Contradição, “malabarismo” e os estereótipos femininos na pandemia*.

No quinto capítulo, as pesquisadoras Gleice Alcântara e Jorcemara Cardoso aprofundam o debate no universo das mulheres invisibilizadas na pandemia, ao abordarem a questão da prostituição no contexto atual. O capítulo intitulado *“Preciso comer”: prostituição e pandemia* traz, com a coragem necessária, uma rica análise de uma das expressões que a cada dia vem ganhando maior circulação na pandemia por diferentes grupos sociais, “preciso comer”, e que, contraditoriamente, menos recebeu visibilidade na mídia, nas redes sociais digitais e no meio acadêmico.

Rompendo com os dogmas tradicionais dos estudos linguísticos, o sexto capítulo, de autoria das pesquisadoras Livia Maria Falconi Pires, Lílian Pereira de Carvalho e do pesquisador Guilherme Freitas dos Santos, intitulado *Práticas populares na mobilização linguística em tempos pandêmicos*, busca compreender como sujeitos comuns entendem, usam e comentam as diferentes expressões da pandemia do coronavírus, sobretudo as mais populares nas redes sociais digitais.

Também dedicados ao campo, praticamente virgem, da Linguística Popular no Brasil, a pesquisadora Mariana Morales da Silva junto com os pesquisadores Lafayette Batista Melo e Marcelo Rocha Barros Gonçalves, empreendem no capítulo sete, intitulado *O fenômeno de (re)nomeação das variantes do coronavírus: diálogos entre teorias do Discurso Digital e Linguística Popular*, um minucioso esforço em colocar dois campos recentes para as Ciências da Linguagem em diálogo.

Por fim o capítulo oito, sob o título *“Achatar a curva”: ascensão e queda da coletividade*, o trio de pesquisadores, Carlos Alexandre Molina Noccioli, Mariana Guidetti Rosa e Bianca Cristina de Oliveira Fabiano, ao analisar a expressão “achatar a curva”, discorrem sobre questões concernentes ao campo discursivo e ao campo da divulgação científica.

É também no esforço de aproximar estudos discursivos com o compromisso social da divulgação científica de qualidade que o jovem pesquisador Lauro Damasceno nos oferece, ao fim desta obra coletiva, acesso ao processo, fundamentação e metodologia de um trabalho pioneiro no Brasil, o da “Enciclopédia Discursiva da COVID-19”, da plataforma InformaSUS-UFSCar, a partir de uma belíssima entrevista realizada com os coordenadores do projeto, Fernanda Rodrigues Castelano e Roberto Leiser Baronas.

Sem dúvida, a leitora ou o leitor terá a oportunidade de nesta obra refletir a partir do prisma dos estudos discursivos em relação com outras áreas, aspectos ideológicos-políticos que envolvem termos, palavras, nomes e expressões relativas à pandemia da COVID-19, que foram (res)significados por diferentes atores sociais. As autoras e os autores que compõem essa obra plural, política, crítica e com rigor científico acurado, têm alguns vínculos em comum, além do compromisso científico e social, que transborda pelas páginas deste livro. Esse coletivo de pesquisadoras e pesquisadores pertencem ao grupo de investigação LEEDIM-UFSCar/CNPq – Laboratório de Estudos Epistemológicos e Discursividades Multimodais, coordenado pelo Prof. Dr. Roberto Leiser Baronas juntamente com a prof^a. Dra. Lígia Mara Boin Menossi de Araújo e formaram, no ano de 2020, a equipe do projeto da Enciclopédia Discursiva da COVID-19, da plataforma InformaSUS-UFSCar, coordenada pelo Prof. Dr. Roberto Leiser Baronas junto com a Prof^a. Dra. Fernanda Rodrigues Castelano.

A escolha em reunir essas vozes, que se dedicaram, em 2020, ao trabalho pioneiro de divulgação científica no campo discursivo sobre a pandemia, veio da potência e latência de todos os encontros, materiais, dados, debates e discussões geradas naquele espaço dos encontros semanais virtuais, que não couberam no

formato da modalidade da divulgação científica. E, então, nesta obra construíram um coro científico-político com compromisso social, tendo em vista desenvolver e aprofundar os estudos iniciados em 2020.

Trata-se de uma obra singular que evidencia o rigor e a harmonia de um grupo que vem dedicando-se intensamente a buscar compreender e contribuir com os mais diversos debates sobre fenômenos que circundam e constituem a pandemia da COVID-19 enquanto esta ocorre. Neste livro encontramos com um grupo que resiste e insiste em uma Ciência sistematicamente atacada por um governo que mata diariamente vidas, sonhos, trabalhos e pesquisas do povo brasileiro pelo negacionismo, pela negligência, pela política de morte, pela fome e pelos cortes orçamentários - pelos quais fomos também afetados nesta obra.

Nesse contexto, agradecemos mais uma vez o apoio e financiamento recebidos do Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal de São Carlos (PPGL-UFSCar) que, por meio do Programa de Apoio à Pós-Graduação (PROAP-UFSCar), concedeu financiamento proveniente da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (Capes) na modalidade de auxílio financeiro à estudante de pós-graduação para publicação de livro organizado. Essa conquista reforça ainda mais nosso compromisso acadêmico-científico e carimba mais uma marca da resistência da Pós-Graduação no Brasil.

São Carlos, dezembro de 2021.

Mariana Morales da Silva, Lílian Pereira de Carvalho e Júlio Antonio Bonatti Santos

CAPÍTULO 1

“FIQUE EM CASA” E “O BRASIL NÃO PODE PARAR”: A POLÊMICA NOS DISCURSOS EM TEMPOS DA PANDEMIA DA COVID-19

Fernando Curti Gibin
Marco Antonio Almeida Ruiz

INTRODUÇÃO¹

O primeiro semestre de 2020 ficou marcado por uma grave crise sanitária. Fomos, a todo instante, bombardeados com diferentes informações sobre a disseminação de um vírus aparentemente desconhecido e letal que causou (e vem causando, infelizmente) inúmeras mortes e modificou o *modus operandi* da vida de todos os seres humanos. A expressão “fique em casa” (ou “ficar em casa”, dependendo da região)² e outras palavras e expressões – tais como, “novo normal”, “testar positivo”, “vacina”, “cloroquina” e “linha de frente”, por exemplo – ocorreram de forma acentuada durante o início da disseminação da COVID-19 no Brasil e no mundo. Essas (re)formulações, palavras, de certo modo já conhecidas no vocabulário dos falantes, adquiriram novas ressignificações cujo objetivo era, nessa nova configuração, contribuir

¹ Gostaríamos de agradecer aos nossos pares e amigos de grupo LEEDiM/UFSCar, ao Prof. Júlio Antonio Bonatti Santos e ao Prof. Roberto Leiser Baronas, leitores críticos, que contribuíram significativamente com as reflexões que empregamos nestas páginas durante todo o seu processo de produção. Nossos sinceros agradecimentos.

² De acordo com os pesquisadores da Universidade de Brasília, Maria Marta Pereira Scherrel, Daisy Bárbara Borges Cardoso, Marcus Vinicius da Silva Lunguinho, Heloísa Maria Moreira Lima Salles, no artigo científico intitulado “Reflexões sobre o imperativo em português”, as formas imperativas são denominadas por autores de orientação gerativa de **imperativo verdadeiro** (em português: “fica”, “olha”, “abre”, “faz”), ao lado de **imperativo supletivo** (em português: “fique”, “olhe”, “abra”, “faça”); A alternância “fica”/“fique”, no português brasileiro, não tem relação clara com o traço [±distanciamento], que rege a distribuição “fique”/“você/seu vs. “fica”/tu/teu nessas outras duas línguas. Na verdade, a alternância entre o imperativo verdadeiro e o imperativo supletivo no português brasileiro falado evidencia-se como um marcador geográfico. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-44502007000300010. Acesso em: 5 ago. 2020.

com campanhas que auxiliassem na contenção do avanço da doença e na preservação da vida. Tais empregos emergiram não só para ressignificar o nosso dia a dia, mas também para criar novos rumos de discussões tornando-se, de fato, cadeias de significação importantes frente ao novo cenário³.

Nesse caminho, entre as várias expressões que emergiram no nosso dia a dia durante a pandemia, que circula(ra)m nos mais diferentes meios, ouvimos, com maior frequência, as seguintes: “isolamento social”, “COVID-19”, “quarentena”, “linha de frente”, “cloroquina”, “fique em casa”, “use máscara”, “EPIs”, “*lockdown*”, “tranca rua”, entre outras. Tais “novos” empregos adquiriram novas ressignificações de sentidos que desencadearam, de certo modo, embates discursivos, polarizando duas instâncias enunciativas: a da saúde e a da vida *versus* a economia e a morte, o que, de fato, desestruturou as medidas necessárias para conter a propagação da doença em nosso país.

Assim, relacionada ao isolamento social, a expressão “fique em casa” carrega consigo o sentido de proteção da vida, evitando aglomerações. O ficar em casa promoveu uma mudança de sentido necessária no modo como as pessoas se relacionam, instaurando novos hábitos de higiene pessoal, alterando grandes economias e restringindo a circulação de pessoas nas ruas. Devido ao alto grau de contágio, a Organização Mundial da Saúde (OMS) classificou-a como um estado pandêmico; por isso, noticiários, capas de jornais, redes sociais, entre outros meios de comunicação, propagaram diversas informações sobre o vírus. O Brasil, por exemplo, entre os meses de fevereiro a abril de 2021

³ Palavras que eram, antes, comuns ao nosso vocabulário, como *casa* (“fique em casa”), *normal* (“novo normal”), entre outras, tornaram-se importantes sequências linguísticas que definiram a pandemia da COVID-19 no Brasil e no mundo. Como forma de compreender os novos sentidos empregados e ressignificados a partir dessa nova realidade, criamos, em parceria com pesquisadores de diferentes áreas do conhecimento, no interior da plataforma InformaSUS UFSCar (<https://www.informasus.ufscar.br/>), uma enciclopédia discursiva, cuja função é trazer tais novos empregos no cenário da pandemia, ou seja, como certas palavras se ressignifica(ra)m em nosso dia a dia a partir da emergência da quarentena no país, em março de 2020. A Enciclopédia discursiva da COVID-19, um projeto de extensão da Universidade Federal de São Carlos, desde o início de outubro de 2020 publica, semanalmente, novos verbetes com uma linguagem acessível, sem perder o caráter científico, e busca, assim, informar a comunidade sobre os novos sentidos irrompidos. Disponível em: <https://www.informasus.ufscar.br/enciclopedia-discursiva-da-covid-19/>. Acesso em: 10 nov. 2020. Em especial, este artigo é uma versão completa da elaboração do verbete “fique em casa” produzido por nós e publicado na plataforma do InformaSUS UFSCar em 2 de outubro de 2020: <https://www.informasus.ufscar.br/fique-em-casa-2/>. Acesso em: 10 nov. 2020.

registrava os maiores índices diários de mortes, chegando a mais de 4 mil⁴. Tal cenário coincide com uma política genocida liderada por um presidente da República que tenta, diariamente, minimizar as mortes, associando a doença a uma “gripezinha”, instaurando diferentes posicionamentos, contrários, que não auxiliam no controle da doença.

Na contramão do “ficar em casa”, emergia no Brasil a polêmica entre a ciência e o “saber” do presidente em que, de um lado, víamos a defesa do isolamento e do ficar em casa como únicas formas de conter a disseminação e, por outro, víamos o total descaso com a saúde por parte do governo federal, que estimulava, a todo custo, as pessoas a saírem de suas casas como justificativa de que o Brasil não podia parar economicamente. Logo, em meio ao caos sanitário, em decorrência da pandemia, vivemos, também, um caos político sem precedentes, um cenário marcado, por exemplo, por sucessivas trocas no comando do Ministério da Saúde⁵, prejudicando as medidas de contenção da doença, a minimização das informações sobre o vírus e os riscos graves de contaminação caso não seguirmos as regras e orientações da OMS, a falta de gestão e de políticas públicas efetivas no controle da doença, as afirmações desrespeitosas às vítimas e aos familiares acometidos pela COVID-19, tornaram-se motivos para esse acelerado aumento dos casos confirmados e de mortes no país. As falas infelizes do chefe de Estado, ao longo dos últimos meses, só ratificaram o descaso e a despreocupação com a saúde pública brasileira, tais como: “todo mundo vai morrer um dia” (29/03); “Vai morrer gente? Vai” (30/03); “Eu não sou coveiro” (20/04); “E daí? Lamento. Quer que eu faça o que? Eu sou Messias, mas não faço milagre” (28/04), entre outras.

O descaso pôde ser visto numa campanha publicitária contrária ao isolamento, intitulada “o Brasil não pode parar”, mas que não chegou a ser veiculada por determinação da justiça, pois feria as normas de saúde pública. A campanha pôs em xeque a maioria dos esforços para conter o avanço do vírus e incitou um impasse, polarizando as duas expressões, “fique em casa” e “o Brasil

⁴ Disponível em: <https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2021/04/06/brasil-bate-marca-de-4-mil-mortes-por-covid-registrados-em-um-dia-e-soma-3376-mil-na-pandemia.ghtml>. Acesso em: 25 set. 2021.

⁵ Durante o chamado “pico da pandemia” no Brasil, entre os meses de maio e setembro, ficamos sem nenhum ministro da saúde; após a saída de Nelson Teich, em 15 de maio de 2020, a pasta da saúde foi assumida, interinamente, pelo general Eduardo Pazuello. Em 14 de setembro, o presidente Jair Bolsonaro oficializa Pazuello no comando do Ministério da Saúde.

não pode parar”, de modo a opor efeitos de sentidos de saúde e de economia. Ou seja, a sequência “fique em casa” é associada a um posicionamento ideológico que está a favor da saúde, já “o Brasil não pode parar” parece se manifestar opostamente, priorizando a economia e o lucro.

Para tal, neste nosso capítulo, temos como objetivo observar a emergência dessa polêmica de sentidos instaurados a partir desses dois lugares enunciativos distintos, ou seja, a partir dos pressupostos teóricos e metodológicos da análise do discurso de matriz francesa – e, sobretudo a partir dos conceitos desenvolvidos por Dominique Maingueneau (2008) em *Gênese dos discursos* –, propomos analisar como diferentes espaços midiáticos trataram discursivamente os sentidos e posicionamentos trazidos pelas expressões “fique em casa” e “o Brasil não pode parar”, quando postas a circular em diferentes artigos on-line de diferentes plataformas digitais, tais como: revista Fapesp, InformaSUS UFSCar e portal R7⁶. Se o objetivo é verificar a polêmica instaurada por essa circulação na mídia, categorizaremos os tipos de unidades como tópicas, pré-recortadas pelas práticas sociais e que se articulam em torno da categoria de gênero de discurso, um dispositivo de comunicação social e historicamente determinado: os artigos escritos on-line. No que tange a uma delimitação temporal, adotamos o período de 13 de março de 2020 a 30 de junho de 2020, respectivamente.

CAMINHOS EM (DIS)CURSO: O CONFRONTO DE POSICIONAMENTOS E A POLÊMICA COMO INTERINCOMPREENSÃO

No bojo dessa polêmica discursiva instaurada pelas duas expressões em destaque, vemos a irrupção de interdiscursos que determinam diferentes instâncias enunciativas, ora a favores da ciência, ora contrários, enaltecendo a economia, tratam-se, pois, de diferentes posicionamentos ideológicos que ocupam um certo espaço discursivo. Nesse sentido, Maingueneau (1997), ao pensar o interdiscurso, reforça-nos a necessidade de observarmos três

⁶ O *corpus* selecionado para este trabalho faz parte do acervo utilizado na produção do verbete “fique em casa” do projeto *Enciclopédia Discursiva da Covid-19*. Disponível em: <https://www.informasus.ufscar.br/fique-em-casa-2/>. Acesso em: 11 fev. 2021.

categorias: *universo discursivo*, *campo discursivo* e *espaço discursivo*” (MAINGUENEAU, 1997, p. 116).

Como universo discursivo, temos um conjunto de formações discursivas de todos os tipos que coexistem, é, desse modo, “um horizonte a partir do qual serão construídos domínios susceptíveis de serem estudados, recortando os chamados ‘campos discursivos’” (RUIZ, 2019, p. 103). Em relação ao campo discursivo, o autor francês entende como “um conjunto de formações discursivas que se encontram em concorrência, delimitando-se reciprocamente em uma região determinada do universo discursivo” (p. 34). Por fim, no interior desse campo, é preciso delimitar os espaços discursivos por meio de “subconjuntos de formações discursivas, cuja relação será julgada pertinente pelo analista diante de seu propósito e objetivos de pesquisa” (RUIZ, 2019, p. 103-104). É, pois, nesse espaço discursivo que verificamos a polêmica instaurada entre as duas expressões linguageiras que nos propomos a analisar: “fique em casa” e “o Brasil não pode parar”.

Nesse sentido, ao observarmos esse espaço discursivo – ainda que não implique uma restrição totalizante e fechada, dadas as bordas maleáveis que ele permite –, parece mostrar-se evidente que há, nesse espaço, a própria condição de possibilidade das diversas posições enunciativas em uma rede de interação semântica, o que, conforme Maingueneau (2008, p. 99), definirá um processo de interincompreensão generalizada: “quando o espaço discursivo é considerado como rede de interação semântica, ele define um processo de interincompreensão generalizada, a própria condição de possibilidade das diversas posições enunciativas.” É como se houvesse em cada discurso um conjunto de semas divididos em dois registros: o primeiro, constituído de semas positivos, reivindicados por determinado posicionamento (“fique em casa”, ressaltando a “segurança”, “saúde”, “vida”); o segundo, formado de semas negativos, em que tratam de sentidos outros não pertencentes à formação discursiva do “fique em casa”, por exemplo, tais como “economia”, “empresas”, “emprego”, “lucro”.

A expressão “fique em casa”, nesse cenário, é associada a uma posição discursiva que não só a faz interpretar os enunciados do Outro (do

interdiscurso), mas também a faz traduzir⁷ os enunciados desse Outro como semas negativos do seu próprio sistema de restrições semânticas. Nas palavras de Maingueneau (2008, p. 99), “cada posição discursiva se associa [a] um dispositivo que (...) faz interpretar os enunciados de seu Outro, traduzindo-os nas categorias do registro negativo de seu próprio sistema.”

Em outras palavras, os semas positivos constituintes do discurso presente em “o Brasil não pode parar” serão interpretados e traduzidos como semas negativos suscitados no discurso aludido em “fique em casa” e não serão, pois, tratados, de maneira idêntica, nas categorias semânticas do sistema da formação discursiva instituída a partir do posicionamento evocado por “fique em casa”. Haverá, pois, um processo de compreensão em conformidade com o sistema de restrições semânticas do intérprete, isto é, de sua formação discursiva (“fique em casa”), de modo que, inevitavelmente, ele construirá um simulacro do discurso do Outro (“o Brasil não pode parar”).

Nesse sentido, o linguista francês afirma que:

Esses enunciados do Outro só são ‘compreendidos’ no interior do fechamento semântico do intérprete; para constituir e preservar sua identidade no espaço discursivo, o discurso não pode haver-se com o Outro como tal, mas somente com o simulacro que dele constrói. Convencionaremos chamar discurso-agente aquele que se encontra em posição de tradutor e de discurso-paciente aquele que é assim traduzido; é por definição em proveito do primeiro que se exerce a atividade de tradução. (MAINGUENEAU, 2008, p. 100)

Malgrado possamos pensar que a provável incompreensão no interior do espaço discursivo seja proveniente de mal-entendidos linguageiros, ocasionados por posicionamentos aparentemente antagônicos, na realidade, dado o caráter constitutivo do discurso ou “dado que a relação com o Outro é constitutiva”, nas palavras do autor, não há um espaço composto de dois posicionamentos separados e equidistantes que, por parecerem ocupar posições antagônicas, levam ao surgimento de uma incompreensão pela diferença. Essa incompreensão é “apenas um aspecto do funcionamento da formação discursiva

⁷ Compartilhamos das ideias de Maingueneau (2008, p. 105) sobre essa tradução, segundo ele trata-se de “um mecanismo necessário e regular, ligado à constituição de formações discursivas que remetem, para além delas mesmas, a descontinuidades sócio-históricas [*sic*] irredutíveis. [...]”.

que se encontra especificado como consequência. Não existe relação polêmica ‘em si’: a relação com o Outro é função da relação consigo mesmo” (MAINGUENEAU, 2008, p. 104).

Neste capítulo, propomos analisar a identidade semântica dos enunciados que são evocados por um posicionamento depreendido na expressão “fique em casa”, que ao se comparar com “o Brasil não pode parar”, vemos distintas formações discursivas⁸ inscritas num determinado espaço discursivo. Ao ressignificar palavras da língua, encontramos expressões que ratificam determinadas posições ideológicas em disputa. Haverá, com isso, uma atividade exclusiva que forçará os discursos imbricados numa formação discursiva dada a partir do posicionamento trazido pela sequência linguística “fique em casa”, em que deparamo-nos com uma polêmica que oscilará entre duas estratégias exemplares: a integração, a qual se dá por meio do simulacro e a qual é constituída não pela crítica à semântica do discurso adversário, mas pela crítica à pretensão dessa semântica a uma posição de monopólio dentro do espaço discursivo e a exclusão, ou seja, a rejeição do universo semântico do adversário, como algo cuja veracidade pode ser contestada ou incompatibilizada.

A polêmica, de maneira constitutiva, dar-se-á no interior das formações discursivas delimitadas – a partir de um simulacro que elas constroem dos discursos que cada uma delas evocam de si mesmas – e, pois, nas relações entre elas. A essa altura do texto, não podemos, talvez, mais pensar na noção de polêmica como comumente a entendemos, como uma “controvérsia violenta”, em que supomos a existência de um campo de batalha no qual haja ataques e defesas, pelo contrário, pensamos como “um dos aspectos de um fenômeno mais geral, o das relações explícitas entre duas formações discursivas [...]”. Nestas reflexões, temos tentado estabelecer entre os semas positivos e negativos defendidos pelos posicionamentos divergentes – trazidos ora por “fique em casa” ora por “o Brasil não pode parar” – encontrados nas relações dessas formações discursivas em disputa num espaço discursivo, isto é, “[...] a semântica dos discursos que comanda[rá] a maneira pela qual os discursos polemizam, em sentido estrito.” (MAINGUENEAU, 2008, p. 107).

⁸ A formação discursiva não se configura como um espaço fechado, ela é “constitutivamente ‘invadida’ por elementos que vêm de outro lugar (isto é, de outras FDs) que se repetem nela” (PÉCHEUX, 2014, p. 310).

Conforme Maingueneau, no que tange ao conceito atribuído à polêmica como lugar de conflito, de batalha, “[s]e o fato estrutural que explica a polêmica é constitutivo, é inútil procurar saber quem ataca e quem se defende.” (MAINGUENEAU, 2008, p. 108). Na verdade, ainda que “ataque” e “defesa” sejam termos que pareçam inúteis, dada a natureza constitutiva do discurso, eles podem auxiliar na compreensão do fenômeno discursivo quanto ao processo de leitura do discurso do Outro ou quanto ao processo de interincompreensão; dessa maneira, os discursos de uma formação discursiva definirão alguns “pontos de ataque”, quando forem responder aos enunciados que lhe pareçam mais ameaçadores (ameaça essa avaliada dentro do sistema de restrições semânticas da formação discursiva), ou melhor, quanto forem lidar com os enunciados provenientes de um posicionamento não condizente com os semas positivos por eles defendidos.

Nas palavras do linguista,

o discurso responde àqueles que lhe parecem os mais ameaçadores. Essa avaliação do perigo se faz evidentemente em função de seu próprio sistema. [...] Na massa frequentemente considerável de enunciados não polêmicos do outro, o discurso define alguns pontos de ataque. (MAINGUENEAU, 2008, p. 110)

Os pontos de ataque serão estabelecidos por meio de um caminho que tenta “tirar do enunciador o direito à palavra, independentemente de todo conteúdo”, como se fosse possível deslegitimá-lo. Isso será feito, quando, publicamente, for possível apanhar o adversário em erro, de modo a colocá-lo em uma situação de violação de alguma lei imposta como incontestável. É um conflito de interpretações contraditórias, de incompatibilidade de universos semânticos, em que “nenhum reconhece a maneira que o Outro tem de estar de acordo com a lei”. O posicionamento constituinte dos discursos em “fique em casa” – cujos semas evocados defendem prioritariamente a saúde e a vida, antes de qualquer coisa – buscarão deslegitimar o posicionamento defendido por “o Brasil não pode parar” – cujos semas tendem a advogar em defesa da manutenção das empresas e dos empregos, antes de mais nada (MAINGUENEAU, 2008, p. 110).

Assim, “não é sem razão que os espaços mais totalitários, que não têm nada a temer, em princípio, de alguém que os contradiga, polemizam continuamente, não cessam de entregar-se ao ritual de admissão-expulsão do

simulacro do Outro.” (MAINGUENEAU, 2008, p. 113). Considerando a recente conjuntura política brasileira – a partir da delimitação temporal previamente realizada, em que as expressões linguísticas “fique em casa” e “o Brasil não pode parar” circulam, não podemos deixar de identificar o fato de que, talvez, vivamos, no Brasil, dentro do atual governo, em um posicionamento político-ideológico atrelado mais aos ideais conservadores e totalitários, a partir do qual estabelecerão um espaço incessante de um ritual de admissão-expulsão do simulacro do outro.

De qualquer forma, ainda que possamos pensar espontaneamente que, na polêmica, a divergência prevaleça sobre a convergência, consoante Maingueneau, “na polêmica, contrariamente ao que pensamos espontaneamente, é a convergência que prevalece sobre a divergência, já que o desacordo supõe um acordo sobre ‘um conjunto ideológico comum’, sobre as leis do campo discursivo partilhado.” (MAINGUENEAU, 2008, p. 111) Existe a sustentação de que haja reconhecido por eles, um “código que transcende os discursos antagônicos”, o que possibilitaria decidir entre o justo e o injusto. Irremediavelmente, “[...] o discurso foi desde sempre tomado por ela [polêmica], desde que definiu seu espaço de enunciação.” (MAINGUENEAU, 2008, p. 116).

Diante dessas discussões teóricas, objetivamente, podemos, neste trabalho, analisar, nos *corpora* midiáticos aqui delimitados: a) os semas que constituem as formações discursivas estabelecidas, no intuito de estabelecermos a identidade semântica dessas formações; b) se os posicionamentos trazidos por essas formações discursivas são, de fato, esses que parecemos notar, previamente e; c) a atividade exclusiva de estratégias de integração e de exclusão que forcem os discursos presentes nessas formações discursivas a inevitável polêmica.

AS FORMAÇÕES DISCURSIVAS, OS POSICIONAMENTOS E OS REGISTROS CONSTITUÍDOS DE SEMAS: UMA ANÁLISE DISCURSIVA

Em consonância com as reflexões de Dominique Maingueneau (2008), “cada discurso repousa, de fato, sobre um conjunto de semas repartidos em dois registros: de um lado, os semas ‘positivos’, reivindicados; de outro, os semas

‘negativos’, rejeitados” (MAINGUENEAU, 2008, p. 99). Assim, diante do nosso material de análise, alguns artigos retirados de mídias digitais, “fique em casa” traz os semas positivos relacionados à “saúde”, à “vida”; já em “o Brasil não pode parar”, vemos a formação de semas negativos, são eles: “economia”, “empresas”, “emprego”, “lucro”.

Analisando os artigos publicados, observamos o emprego da expressão linguística “fique em casa” na pandemia da COVID-19, ela é associada a uma posição discursiva que não só a faz interpretar os enunciados e sentidos do Outro, como em “o Brasil não pode parar”, mas também a faz traduzir os enunciados desse Outro como semas negativos.

Na plataforma do InformaSUS UFSCar, no dia 08 de maio de 2020, encontramos o artigo intitulado “Dia das mães sem a visita da família?”⁹, nele vemos enunciados que atestam um posicionamento que está em consonância com os semas positivos evocados pela formação discursiva representativa de “fique em casa”, ou seja, ligados aos sentidos de preservação da vida, da saúde. Há um apelo às pessoas que se cuidem e cuidem de seus familiares por meio do distanciamento, única forma, por enquanto, de prevenção contra o vírus. A materialidade mostra-nos efetivamente esses sentidos emergindo no interior dessa formação discursiva, vejamos:

- (1) “Distanciar-se, neste momento, é um ato de amor”;
- (2) “Lembre-se o amor pode ser sentido a qualquer distância”

Nesse mesmo espaço midiático, na publicação de 27 de maio de 2020, intitulada “Crianças com deficiência e seus cuidadores durante a pandemia”¹⁰, há uma preocupação, durante a pandemia, com as crianças com deficiência, no sentido de protegê-las. São dadas dicas de como podem proceder os pais ou os responsáveis por elas durante esse período:

- (3) “Fique em casa! Terapeutas e demais profissionais que atendem crianças com deficiência podem dar várias dicas de atividades interessantes para que elas façam tudo em casa (pensando, também, em processos de reabilitação)”;

⁹ Disponível em: <https://www.informasus.ufscar.br/dia-das-maes-sem-a-visita-da-familia/>. Acesso em: 4 nov. 2020.

¹⁰ Disponível em: <https://www.informasus.ufscar.br/criancas-com-deficiencia-e-seuscuidadores-durante-a-pandemia/>. Acesso em: 4 nov. 2020.

(4) “Lembre-se: proteja sua filha/seu filho e sua família e fique em casa. Converse com médicos(as), terapeutas e profissionais da Saúde sobre as melhores maneiras para atravessar este momento crítico e informe-se sobre orientações específicas para o seu caso”.

Novamente, no interior dessa formação discursiva da saúde, que recupera, de certo modo, o discurso da ciência, observamos enunciados que retomam a necessidade com os cuidados de saúde e da vida, em especial, das crianças com deficiência, para que elas não tenham que sair e, em casa, possam fazer as atividades que rotineiramente faziam com os terapeutas e profissionais. Há a validação de um posicionamento que está em concordância com o posicionamento evocado pelos semas positivos inscritos na formação discursiva instituída a partir da sequência linguística “fique em casa”, tais como os semas “saúde”, “vida” e “proteção”.

Já na revista Fapesp, em 31 de março, a publicação traz uma possível variação da sequência “fique em casa”, a recomendação é que as pessoas “permanecessem em casa”¹¹. Diante da cadeia significativa e dos sentidos que essas duas seqüências discursivas podem gerar, mais uma vez, vemos a extensão dos cuidados e do valor atribuído aos sentidos de ficar em casa. Por circular num periódico científico, os semas positivos – vida, prevenção, cuidado, por exemplo, coincidem-se com o discurso da ciência, estabelecendo, assim, uma disputa com os sentidos produzidos em “o Brasil não pode parar”.

No artigo publicado no R7 no dia 06 de maio de 2020, a esposa lamenta a morte do marido pela COVID-19¹². Disse que tinha zombado da situação em um vídeo que fez em que dizia “fique em casa, mas quem vai pagar nossas contas?”. Nesse discurso, é possível que se identifique um posicionamento em consonância com os semas positivos presentes no sistema de restrições semânticas de “fique em casa”, porém, de maneira semelhante, podemos notar a presença de semas negativos, já traduzidos por esse sistema em “mas quem vai pagar nossas contas”; a preocupação, essencialmente, com a economia e com os empregos refere-se a um posicionamento partilhado por semas positivos encontrados na formação discursiva de “o Brasil não pode parar”, mas que são

¹¹ Disponível em: <https://agencia.fapesp.br/para-conter-o-avanco-explosivo-docoronavirus/32789/>. Acesso em: 4 nov. 2020.

¹² Disponível em: <https://portalcorreio.com.br/zombei-do-fique-em-casa-diz-viuva/>. Acesso em: 4 nov. 2020.

lidos como negativos no sistema de restrições semânticas de “fique em casa”, constituindo-o.

Outro artigo a ser analisado é do site R7, publicado em 11 de maio de 2020¹³, há no discurso um posicionamento que defende a permanência em casa, o que é condizente com os semas positivos presentes no posicionamento inerente da formação discursiva de “fique em casa”, como notamos em “apelou à população para que permaneça em casa e tome cuidados”; entretantes, semas positivos constitutivos do discurso presente na formação discursiva de “o Brasil não pode parar” podem ser identificados como já traduzidos como semas negativos no sistema de restrições semânticas da formação discursiva de “fique em casa”: em “pandemia não é ficção, fique em casa” e em “Para você, cético, que acredita que tudo isso é ilusão, cuidado. Você pode estar colocando sua vida em risco e de todos aqueles que convivem com você. Portanto, faça mais uma vez o apelo: se puder, fique em casa”. Observamos o discurso do outro, quando da existência de enunciados que atestam que a pandemia é uma ficção, que é uma ilusão para os céticos. No discurso aqui analisado, esses enunciados já estão lidos e traduzidos para o sistema de restrições semânticas de “fique em casa”, tanto que já é dito que “pandemia não é ficção” e que os céticos devem tomar cuidado, pois tampouco é uma ilusão.

Em 25 de março de 2020, no R7, no artigo intitulado “Bolsonaro volta a defender nas redes sociais que ‘o Brasil não pode parar’¹⁴”, há enunciados proferidos pelo atual presidente da República que contrariam “as recomendações das autoridades sanitárias para este período de quarentena em razão do avanço da pandemia do coronavírus”. No vídeo divulgado, o presidente brasileiro aparece ao lado do presidente norte-americano com a frase “o Brasil não pode acabar”, “defendendo que os prejuízos da economia paralisada, com a quarentena, poderão ser mais danosos do que o próprio vírus”. Esses enunciados estão de acordo com o posicionamento imbricado na formação discursiva dada a partir da sequência “o Brasil não pode parar” e constituída dos semas positivos defendidos por esse posicionamento, quais

¹³ Disponível em: <https://www.gazetadigital.com.br/editorias/cidades/pandemia-no-fico-fique-em-casa-alerta-secretrio-de-estado-de-sade/615813>. Acesso em: 4 nov. 2020.

¹⁴ Disponível em: <https://www.istoedinheiro.com.br/bolsonaro-volta-defender-nas-redes-sociais-que-o-brasil-nao-pode-parar/>. Acesso em: 4 nov. 2020.

sejam: a preocupação prioritária com a “economia”, com os “empregos, com as “empresas”.

Além desse posicionamento, de maneira semelhante, é possível notar a presença de semas negativos – já traduzidos pelo sistema de restrições semânticas da formação discursiva de “O Brasil não pode parar” – tais como os que defendem o seguimento das “recomendações das autoridades sanitárias”, a preocupação com os danos “que o próprio [corona]vírus” possa ocasionar. Esses semas são lidos como negativos (embora sejam positivos para o sistema de “fique em casa”) no sistema da formação discursiva de “O Brasil não pode parar”, tanto que o uso da oração subordinada adverbial comparativa expressa uma comparação de superioridade em “[...] os prejuízos da economia paralisada, com a quarentena, poderão ser mais danosos do que o próprio vírus”, de modo a defender, com superioridade, um posicionamento de que o Brasil, de fato, não possa ter a economia paralisada, caso contrário incorremos em prejuízos maiores ou piores, se o outro posicionamento fosse adotado, aquele validado pelos semas positivos presentes na formação discursiva constituída a partir da expressão linguística “fique em casa”, semas esses, pois, que são lidos como negativos no sistema de restrições de “o Brasil não pode parar”, constituindo-o.

Conforme o enunciado da própria campanha, “Para quem defende a vida dos brasileiros e as condições para que todos vivam com qualidade, saúde e dignidade, o Brasil definitivamente não pode parar”, verificamos o processo de tradução dos enunciados do Outro ou da outra formação discursiva instituída a partir de “fique em casa” – “saúde”, “Para quem defende a vida”, “todos vivam” –, ou melhor, observamos que esses enunciados foram ressignificados dentro das categorias das restrições semânticas da formação discursiva dada a partir de “o Brasil não pode parar”, visto que se admitem os semas relativos à proteção à vida, à saúde, mas desde que “com qualidade”, “dignidade”.

É justamente nesses espaços mais totalitários em que não se teme a contradição que a polêmica não cessa, uma vez que cultiva o ritual de admitir e expulsar, sem parar, o simulacro do Outro. Maingueneau (2008, p. 113) afirma que “não é sem razão que os espaços mais totalitários, que não têm nada a temer, em princípio, de alguém que os contradiga, polemizam continuamente,

não cessam de entregar-se ao ritual de admissão-expulsão do simulacro do Outro.”

Podemos analisar também o cotexto, em “não há como negar que existe um problema em relação à propagação do coronavírus, mas que o desemprego também pode ser uma doença”. Ainda que seja empregado a conjunção adversativa “mas” nesse período, a partir do que se depreende pelo texto do artigo publicado, a relação entre as ideias trazidas pelas orações não é de contraposição, de oposição; trata-se de uma concessão, por isso esse mesmo período poderia ser reescrito, de sorte que pudéssemos compreendê-las como se apresenta, de fato, no contexto. Se reescrevermos o período, teremos: “O desemprego também pode ser uma doença, embora não se negue a existência de um problema relacionado à propagação do coronavírus”. Diferentemente das orações adversativas, no caso das concessivas, a orientação argumentativa que sobressai é a do segmento que não é introduzido pela conjunção. Em outras palavras, o enunciado que traz uma orientação argumentativa que se sobressai é daquele que não está acompanhado da conjunção (“embora”), ou seja, “o desemprego também pode ser uma doença”. Ainda que, aparentemente, no discurso analisado, haja uma suposta tentativa de apaziguamento das posições, a análise do cotexto permite concluir que, de fato, existe uma argumentação evidente que defende a manutenção dos empregos, prioritariamente, o que está de acordo com o discurso cujo posicionamento atesta por semas positivos presentes na formação discursiva estabelecida a partir de “o Brasil não pode parar”.

Nesse mesmo dia, no R7, o jornal de Brasília publica um artigo de notícia sobre a suspensão dessa campanha que “prega o fim do isolamento social e a reabertura do comércio¹⁵” pela Justiça Federal do Rio de Janeiro a pedido do Ministério Público Federal. Trata-se de uma ação civil pública contra a União frente a uma campanha que defende “a flexibilização do isolamento para um modelo ‘vertical’, na qual apenas idosos e pessoas do grupo de risco do novo coronavírus ficam em casa”. Os procuradores, na ação, alegam que se trata de uma publicidade enganosa, “violadora do caráter meramente informacional imposto pela Constituição Federal”, já que difunde, “sem

¹⁵ Disponível em: <https://www.correiodopovo.com.br/not%C3%ADcias/pol%C3%ADtica/justi%C3%A7a-manda-governo-suspender-campanha-o-brasil-n%C3%A3o-pode-parar-1.408723>. Acesso em: 4 nov. 2020.

evidências científicas sólidas e em desconformidade com o consenso técnico e as recomendações internacionais sobre a matéria, a desnecessidade de medidas de isolamento social abrangente (‘horizontal’) para a administração da intensidade do contágio pelo coronavírus.”. Novamente, o embate polêmico toma forma entre os posicionamentos antagônicos estabelecidos pelas formações discursivas.

Neste artigo, defende-se o posicionamento que está em consonância com os discursos imbricados na formação discursiva do “fique em casa”, cujos semas positivos defendem, de modo prioritário, a vida, a saúde; no entanto, de maneira constitutiva, convivem com os semas pelo sistema de restrições semânticas já traduzidos como negativos, ou seja, com aqueles que advogam por um posicionamento que trate a economia, os empregos e as empresas em primeiro lugar. São enunciados que pedem o “fim do isolamento social”, a “reabertura do comércio”, a “flexibilização do isolamento”, o “modelo vertical”, em que “apenas idosos e grupos de risco” ficam em casa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo de nossa observação, especialmente sobre os campos discursivos, os quais estão submetidos a uma lógica de concorrência constante, dois posicionamentos foram postos em concorrência, disputa: um que se preocupa com a saúde, com a vida, de modo prioritário, e outro que se atenta à economia, aos empregos e às empresas, também prioritariamente. Postos em relação, diante de nosso objetivo, estabelecemos dois subconjuntos de formações discursivas que as isolamos nesse campo discursivo delineado; de modo a formar o espaço discursivo e a definir uma rede de interação semântica, vimos um processo de interincompreensão generalizada formada a partir de diversas posições enunciativas nos discursos, nos quais os semas se dividem em dois registros: um constituído de semas positivos, reivindicados por determinado posicionamento, tal qual o posicionamento encontrado no discurso presente em “fique em casa”; e o outro formado de semas negativos, rejeitados por esse mesmo posicionamento encontrado em “fique em casa”, priorizando a economia, o emprego, o lucro.

Ao realizarmos a nossa análise, notamos que as sequências linguísticas aqui trabalhadas apresentavam formas outras que também puderam ser identificadas ou expressões que as retomavam, que fortaleciam os

posicionamentos que defendiam. A sequência linguística “fique em casa” pôde ser depreendida em “ficar em casa”, “permanecer em casa”; já a sequência linguística “o Brasil não pode parar” também foi vista ou depreendida de outras formas ou expressões, quais sejam “o país não pode parar”, “o trabalhador brasileiro não poder parar”; “o Brasil não pode acabar”.

Se a expressão linguística que emergia era “fique em casa”, o discurso que se via circular era o constituído dos seguintes enunciados: “estratégias de prevenção da COVID-19”, “evitar aglomerações”, “conscientização da população”, “achatamento da curva”, “isolamento social”, “combater o vírus”, “mais um de nossos inimigos [o vírus]”, “tome cuidados” “distanciar-se, neste momento, é um ato de amor”; “o amor pode ser sentido a qualquer distância”; “proteja sua filha/seu filho e sua família”; “evitar aglomerações”; “achatamento da curva”, “isolamento social”, “combater o vírus”, “mais um de nossos inimigos [o vírus]”; “muita gente vai precisar de leitos de UTI”; “agradecer os profissionais de saúde na luta contra a COVID-19”, “conscientizar as pessoas da importância de ficar em casa.”. Esses enunciados presentes nos discursos do *corpus* analisado estavam em consonância com o posicionamento que defende, de maneira prioritária, a vida, a saúde.

De maneira constitutiva, notamos na formação discursiva representativa de “fique em casa” a presença do discurso do Outro, do interdiscurso, já trazido para dentro de seu sistema de restrições semânticas, o que evidencia a polêmica como processo de interincompreensão, conforme os pressupostos de Maingueneau (2008).

Refletir sobre o *corpus* de análise e sobre o funcionamento do discurso, a partir das contribuições de teóricos e linguistas, auxiliou-nos a problematizar certas questões acerca do cenário de pandemia no Brasil. O modo como vemos hoje os desdobramentos da doença no país, com o total descaso e descompromisso do governo federal, contribui para agravar a crise sanitária e econômica. A polarização de sentidos que observamos anteriormente – “fique em casa” e “o Brasil não pode parar” – é apenas um dos diferentes fatores que ratificam o descontrole da pandemia em nosso país e, como consequência disso vemos, infelizmente, o aumento do número de casos e mortes. A falta de políticas públicas por parte do governo federal, por meio do descaso e

minimização da doença, deixou o Brasil como um dos piores países no gerenciamento da pandemia, segundo o *Lowy Institute*, de Sydney¹⁶.

Enfim, em tempos de grandes efervescências sociais, resistir tornou-se uma palavra bastante cara, o que faz emergir movimentos diversos que corroboram a preservação de nossos direitos já garantidos pela Constituição. Nesse cenário triste, o Brasil se encontra numa grave crise sanitária, política e ética comprovada pela crueldade de um (des)governo que a todo custo sufoca nossa democracia, minimiza mortes e o vírus e dissemina mentiras, criando efeitos de obscurantismo, violência e preconceito. A nós, cientistas da linguagem, resta-nos continuar a atravessar a opacidade dos ditos e a mostrar cientificamente caminhos de interpretação dos discursos, marcando, com isso, vozes e ecos de resistência diante do autoritarismo; eis nosso próprio manifesto.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto n. 64.862, de 13 de março de 2020. Disponível em:

<<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2020/decreto-64862-13.03.2020.html>> . Acesso em: 12 jul. 2020.

Brasil é o pior país do mundo na gestão da epidemia de Covid-19, aponta estudo australiano. Disponível em:

<https://g1.globo.com/mundo/noticia/2021/01/28/brasil-e-pior-pais-do-mundo-na-gestao-da-epidemia-de-covid-19-aponta-estudo-australiano.ghtml>. Acesso em: 11 fev. 2021.

Brasil bate marca de 4 mil mortes por Covid registradas em um dia pela 1ª vez e soma 337,6 mil na pandemia. Disponível em:

<https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2021/04/06/brasil-bate-marca-de-4-mil-mortes-por-covid-registrados-em-um-dia-e-soma-3376-mil-na-pandemia.ghtml>. Acesso em: 20 set. 2021.

Bolsonaro volta a defender nas redes sociais que ‘o Brasil não pode parar’.

Disponível em: <https://www.istoedinheiro.com.br/bolsonaro-volta->

¹⁶ Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2021/01/28/brasil-e-pior-pais-do-mundo-na-gestao-da-epidemia-de-covid-19-aponta-estudo-australiano.ghtml>. Acesso em: 11 fev. 2021.

defender-nas-redes-sociais-que-o-brasil-nao-pode-parar/. Acesso em: 4 nov. 2020.

CONASS. Disponível em:

<<https://www.conass.org.br/painelconasscovid19/>>. Acesso em: 02 ago. 2020.

Crianças com deficiência e seus cuidadores durante a pandemia. Disponível em: <https://www.informasus.ufscar.br/criancas-com-deficiencia-e-seus-cuidadores-durante-a-pandemia/>. Acesso em: 4 nov. 2020.

CURTTI GIBIN, F.; RUIZ, M. A. A. *Fique em casa*. Enciclopédia discursiva da Covid-19. Informasus UFSCar. Disponível em: <https://www.informasus.ufscar.br/fique-em-casa-2/>. Acesso em 11 fev. 2021.

Dia das mães sem a visita da família? Disponível em:

<https://www.informasus.ufscar.br/dia-das-maes-sem-a-visita-da-familia/>. Acesso em: 4 nov. 2020.

Justiça manda governo suspender campanha “o Brasil não pode parar”.

Disponível em:

<https://www.correiodopovo.com.br/not%C3%ADcias/pol%C3%ADtica/justi%C3%A7a-manda-governo-suspender-campanha-o-brasil-n%C3%A3o-pode-parar-1.408723>. Acesso em: 4 nov. 2020.

MAINGUENEAU, D. As unidades tópicas. In: _____. Discurso e análise do discurso. 1. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2015.

MAINGUENEAU, D. A polêmica como interincompreensão. In: _____. Gênese dos discursos. 1. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

MAINGUENEAU, D. Novas tendências em análise do discurso. Campinas: Pontes, 1997.

‘Pandemia não é ficção, fique em casa’, alerta secretário de Estado de saúde.

Disponível em: <https://www.gazetadigital.com.br/editorias/cidades/pandemia-no-fico-fique-em-casa-alerta-secretrio-de-estado-de-sade/615813>. Acesso em: 4 nov. 2020.

Para conter o avanço explosivo do coronavírus. Disponível em:

<https://agencia.fapesp.br/para-conter-o-avanco-explosivo-do-coronavirus/32789/>. Acesso em: 4 nov. 2020.

PÊCHEUX, M. *A análise de discurso: três épocas* (1983). In: GADET, F.; HAK, T. (Org.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. 5ª ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2014.

RUIZ, M. A. A. *Por uma ciência da linguagem no/do Brasil: percursos e irrupções teóricas*. 2019. 223p. Tese (Doutorado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal de São Carlos, Departamento de Letras, São Carlos, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/11684?show=full>. Acesso em: 30 out. 2021.

SCHERRE; M. M. P.; CARDOSO, D. B. B.; LUNGUINHO, M. V. S.; SALLES, H. M. M. L. Reflexões sobre o imperativo em português. *Delta: documentação em estudos de linguística teórica e aplicada*, v. 23, 2007. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-44502007000300010. Acesso em: 30 out. 2020.

Zombei do ‘fique em casa’, diz mulher que perdeu o marido por covid-19. Disponível em: <https://portalcorreio.com.br/zombei-do-fique-em-casa-diz-viuva/>. Acesso em: 4 nov. 2020.

CAPÍTULO 2

O NOVO NORMAL E OS SENTIDOS DO CORPO¹

Júlio Bonatti

Roberto Leiser Baronas

É dócil um corpo que pode ser submetido, que pode ser utilizado, que poder ser transformado e aperfeiçoado. [...] Não é a primeira vez, certamente, que o corpo é objeto de investimentos tão imperiosos e urgentes; em qualquer sociedade, o corpo está preso no interior de poderes muito apertados, que lhe impõem limitações, proibições ou obrigações (FOUCAULT, 2004, p. 126).

Já prestes a completar dois anos de surgimento, para além de escancarar as diversas mazelas que nos afligem cotidianamente, como a fome, a miséria, o racismo, o feminicídio, a precarização das condições de trabalho etc., a pandemia da COVID-19 trouxe consigo um conjunto vasto de novas ou repaginadas palavras, frases, expressões. Dentre elas está, por exemplo, a expressão “novo normal”, enquanto um conceito que busca abarcar as condições que garantam a nossa sobrevivência durante e pós-pandemia, que vem sendo empregada nos mais diferentes tipos de textos e nos mais diversos campos e plataformas.²

No presente capítulo, buscaremos problematizar esse conceito de “novo normal”, entendido não apenas como uma expressão que ganhou relevância

¹ Este capítulo consiste em uma versão ampliada e bastante modificada do verbete “Novo Normal”, publicado na Enciclopédia Discursiva da COVID-19 em 9 de outubro de 2020 (disponível em: <https://www.informasus.ufscar.br/novo-normal/>), também de autoria de Júlio Bonatti e Roberto Baronas, e teve como propósito trazer discussões pertinentes ao tema que não tinham espaço no gênero “verbetes”. Agradecemos as leituras críticas de nossos colegas de LEEDiM, Fernando Curtti Gibin e Marco Antonio Almeida Ruiz, pelas valiosas contribuições.

² Atesta esta ampla circulação do “novo normal” em diferentes campos e textos, por exemplo, o artigo escrito por Marcos Nakagawa, intitulado *Precisamos de um novo normal pós pandemia?*, publicado no jornal Folha de S. Paulo em 25 de junho de 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/empreendedorsocial/2020/06/precisamos-de-um-novo-normal-pos-pandemia.shtml>. Acesso em 04/07/2021.

através do léxico da pandemia da COVID-19, mas que resume um conjunto de disputas políticas em torno de um discurso sobre a normalidade. Uma reflexão sobre o “novo normal” da pandemia global provocada pelo SARS-CoV-2 nos permite discutir várias questões que afetam bastante o que entendíamos por normalidade no início do século XXI.

Um primeiro olhar sobre o “novo normal” nos leva a indagar sobre o significado imediato da expressão: dizer “novo” pressupõe a existência de um “antigo”, de um “velho”, daquilo que está mais distante temporalmente em relação a algum tipo de mudança gerada por determinada razão. A noção de “novo” aqui se aplica ao conceito de “normal”: modifica aquilo que se entendia por uma “normalidade” instalada. Porém, o que é “normal”? E, quais “tipos de normalidade” estão em jogo quando o assunto é a COVID-19?

Antes de ser aplicado para identificar as transformações do atual momento, o conceito de novo normal já possuía uma circulação importante no campo das Ciências Econômicas, tendo se originado para referir-se à Crise de 2008, como uma forma de conceber os novos papéis da iniciativa privada e do Estado frente aos desafios da economia de mercado, bem como identificar a insuficiência da livre regulação do sistema financeiro.³

Quer tenha sido usado como jargão dos economistas ou adaptado agora aos discursos sobre a COVID-19 para definir os rumos de uma pandemia, a ideia de um novo normal parte de uma oposição fundamental, de uma disputa entre necessidades recentes (ou urgentes) e uma ordem dos fatos que se entende como ultrapassada ou insuficiente para resolver os problemas que se colocam à luz do dia. Temos, a partir da expressão novo normal, um claro debate entre diferentes indivíduos e instituições para determinar qual seria o verdadeiro sentido que o conceito abarca.

Desse modo, a crise gerada pela COVID-19 exigiu a revisão da ordem jurídica, inclusive rompendo garantias básicas como o direito de ir e vir: o nascimento do “novo” impunha o sacrifício do indivíduo em nome de uma ideia de coletividade, um sacrifício que incide diretamente sobre os limites do corpo, numa reestruturação da dinâmica social marcada pela biossegurança

³ O texto que primeiro usou essa expressão de “novo normal” foi publicado na revista Bloomberg em maio de 2008, escrito pelos economistas Rich Miller e Matthew Benjamin, para se referir aos desafios da economia estadunidense diante da crise financeira. Pode ser consultado pelo seguinte sítio eletrônico: <https://www.bloomberg.com/news/articles/2008-05-18/post-subprime-economy-means-subpar-growth-as-new-normal-in-u-s>. Acesso em 03/08/2021.

(ZYLBERMAN, 2013). Por isso, a implementação de um novo normal não se restringe às atitudes governamentais, com medidas restritivas: é preciso também “falar” em uma “nova normalidade”, criá-la simbolicamente, produzir uma percepção de mudança, de aceitação dos planos necessários para se atingir um bem maior sintetizado na superação da pandemia.

Assim, com a quantidade excessiva de informações sobre a pandemia, com dados de sua evolução, número de mortos, de contaminados, tendências de curvas e variáveis estatísticas em geral, a população se vê incapaz de compreender os rumos dos acontecimentos. A rápida transformação dos fatos nos escapa, foge à nossa capacidade de entendimento: nos sentimos incapazes de entender a realidade, ou melhor, não temos meios de apreendê-la em sua velocidade – e o “novo” se apresenta como algo inevitável, inquestionável e que já está naturalizado.

Dessa limitação técnica da população para compilar tudo o que se diz sobre a pandemia e conseguir entender a aceleração dos fatos, o “novo” precisa de alguém, ou melhor, de um grupo específico de indivíduos na sociedade que estão autorizados a interpretar a crise epidemiológica e dizer os passos que devem ser seguidos. Esse grupo é composto por especialistas da saúde: eles estão autorizados a idealizar as diretrizes do durante e do pós-pandemia para a consolidação de uma “nova normalidade”.

Portanto, a aceitação – ou mesmo a imposição – de um novo normal se baseia na autossuficiência do discurso científico, resultado de pesquisas, de estudos de experts em curvas e tendências virais, simbolizado nas autoridades médicas. Logo, declarações como “Não há previsão para a volta ao velho normal em qualquer tempo futuro”⁴, feita no dia 7 de julho de 2020 pelo diretor-geral da OMS, Tedros Adhanom, apresentam-se como dotadas de um poder indiscutível.

Respalado, então, por um “valor de verdade” identificado na ciência, o discurso dos especialistas em saúde não se restringe mais ao ambiente hospitalar, do laboratório ou do consultório: na nova normalidade esses especialistas não dizem apenas como se deve prevenir ou curar doenças, mas como se deve viver em sociedade, prescrevendo regras de distanciamento social e uso de equipamentos diversos. É essa autoridade sanitária sobre a população

⁴ Confira: <https://noticias.r7.com/internacional/nao-ha-previsao-para-um-retorno-ao-velho-normal-diz-oms-13072020>. Acesso em 05/08/2021.

vai muito além do controle da vida: há uma “nova normalidade” também da morte (CARREON; SANTOS, 2020), com restrições dos rituais funerários ou mesmo proibição de velórios, tanto para se evitar aglomerações como por medo de o corpo morto continuar sendo um vetor do coronavírus.

Nesse sentido, podemos enxergar não uma, mas diversas formas de “normalidade” que foram afetadas no atual cenário de pandemia: o espaço da família se viu limitado ao ambiente doméstico, da campanha “fique em casa” (GIBIN; RUIZ, 2020); o consumo foi restrito aos bens chamados “essenciais”, identificados nos produtos dos supermercados e das farmácias; a convivência social agora é marcada pelo distanciamento físico entre as pessoas; os espaços sagrados de templos e igrejas se viram fechados, com os fiéis tendo de se adaptar a cultos, reuniões e missas online; a movimentação cultural nos teatros, cinemas, bares etc. foi reduzida ao espaço das *lives* nas redes sociais e a educação, do ensino básico ao superior, caminha a passos largos à migração da sua dinâmica presencial para uma modalidade híbrida ou totalmente a distância.

Os sentidos do “novo” trazem uma ruptura com formas elementares de convivência social, marcadas, principalmente, por um uma nova disciplina do corpo (FOUCAULT, 2004; 2007), pela necessidade de se impedir aglomerações, ou seja, o contato dos corpos, e possibilitar a diminuição dos contágios por coronavírus.

O que seria, pois, o novo normal de uma sociedade ameaçada pela COVID-19 é um conjunto de novas práticas que se chocam com hábitos instituídos, com os quais estávamos acostumados, tendo como núcleo a reconfiguração das formas de proximidade dos corpos: as pessoas não são mais vistas como cidadãos, estudantes, fiéis, clientes ou funcionários, mas como potenciais transmissores de um vírus. Dessa maneira, os códigos sociais da “nova normalidade” incidem sobre um corpo concebido como “organismo” e não como um objeto de desejo ou dotado de vontades que excedam o “essencial”: comprar alimentos, remédios e sobreviver.

Para a criação desse novo padrão de ser humano, identificado pelos limites do seu corpo, foram necessárias medidas governamentais rígidas⁵. As decisões políticas para conter o avanço da pandemia em praticamente todos os países do mundo, embora as práticas adotadas não tenham sido exatamente as mesmas (BERROCAL *et al.*, 2021), tiveram como foco a diminuição das liberdades individuais, como a livre circulação, com determinação de sanções legais e multas para quem desrespeitasse as diretrizes dos especialistas em epidemiologia, principalmente as normas da OMS (Organização Mundial de Saúde), de impor o uso de máscaras e exigir a presença de géis de limpeza por todos os lugares públicos.

Compreendemos, assim, como se cria um “normal” permeado por uma biopolítica farmacológica de controle do corpo (PRECIADO, 2018), numa sociedade dominada pela lógica capitalista, pelas regras de consumo e de exploração de classe, onde são recrudescidas antigas formas de desigualdade nas possibilidades de circulação dos corpos. E são ainda novas formas de rarefação da liberdade do corpo: consolida-se o “corpo avatar”, do indivíduo que tem suas relações profissionais e familiares nos ambientes virtuais; e o corpo que ocupa os espaços físicos com todos os equipamentos de proteção necessários.

É uma outra forma de configuração e politização do corpo como ciborgue (GRAY, 2002; HARAWAY, 2000), como mescla de elementos humanos e não-humanos: mais sutil e aparentemente menos invasiva, embora tenhamos também o exemplo dos “corpos vacinados”, que cria uma imagem do corpo que sofisticava o uso de equipamentos para colocar-se em movimento, exigindo-se também exige meios para um controle digital dos corpos, com dados de quem já possui anticorpos, quem recebe imunizante ou quem testa positivo (CARVALHO; PIRES, 2020).

Para entendermos como se cria um novo normal dos corpos que partilham de alguma forma de convívio, trataremos aqui algumas imagens que ilustram situações relacionadas ao mundo do trabalho, ao lazer, às artes, à educação e ao consumo, buscando mostrar como a relação entre os indivíduos

⁵ Cabe aqui comentar que, de maneira geral, essas normas não foram cumpridas no Brasil, ou foram cumpridas muito pontualmente em alguns lugares, pois não houve a organização de uma política nacional de combate ao coronavírus: as estratégias de controle da pandemia ficaram a cargo de estados e municípios.

no normal pandêmico deve ser sempre mediada, interrompida, feita em partes para que não haja um contato direto.

Nessas diferentes situações em que o corpo é carregado de significado, sua presença, seus limites, suas possibilidades de movimento, seu porte de equipamentos, seus novos tipos de vestimenta, representam o discurso epidemiológico hegemônico que se faz efetivo durante a construção do novo normal e encampa o espaço do visual para discutirmos alguns modos de normalidade instituídos ou experimentados.

O primeiro exemplo que trazemos aqui ilustra as tentativas de se reabrir alguns espaços de consumo após meses que muitos países passaram fechados, com política de confinamento. A Figura 1 consiste em uma foto do final de setembro de 2020, onde vemos pessoas comendo em um famoso café novaiorquino.

Figura 1: Pessoas no Café Du Soleil, Nova Iorque.



Fonte: Anthony Behar/Sipa USA. Disponível em:

<https://edition.cnn.com/2020/05/20/world/gallery/new-normal-coronavirus/index.html>. Acesso em 08/08/2021.

Fica explícito na Figura 1 o problema criado para o adequado funcionamento da cafeteria: que local os corpos podem ocupar para que se mantenha uma coerência com o discurso oficial de distanciamento social. Para isso, lançam mão de barracas de plástico, numa espécie de bolha, que permite aos grupos conviventes poderem desfrutar de um ambiente reservado para si próprios, sem que haja troca de aerossóis com as pessoas das mesas vizinhas. Tem-se assim a garantia de uma segurança biológica para o corpo dos clientes,

o que permitiria a empresas como essa poderem manter sua atividade econômica mesmo durante uma pandemia.

O segundo exemplo que trazemos diz respeito também a espaços adaptados a consumidores. Na figura 2 é possível percebermos as marcações no chão indicando o distanciamento exigido entre as pessoas. Tem-se também uma nova função laboral: a funcionária do estabelecimento, em preto, mede a temperatura dos clientes que entram, algo que não era de sua competência até então. Deve haver um controle sobre o máximo de temperatura permitido. Não se pergunta sobre as instruções nos contratos trabalhistas para o exercício dessas funções, se esta mulher da foto teria, como segurança ou recepcionista, esse tipo de atribuição.

Figura 2: Funcionária mede a temperatura de visitantes na entrada do shopping Morumbi Town, em São Paulo.



Fonte: Isabella Faria/CNN. Disponível em:

<https://www.cnnbrasil.com.br/business/2020/07/09/fluxo-de-pessoas-em-lojas-fisicas-sobe-194-em-junho>. Acesso em: 08/08/2021.

Esse fato evidencia o conceito do corpo como propriedade de quem contrata a força de trabalho (MARX, 2013), sendo a trabalhadora na Figura 2 exposta ao contato direto com os clientes: a função de segurança executada no “novo normal” não é apenas a que se refere aos possíveis delitos, de furtos nas lojas ou de algum outro tipo de violência, mas de assegurar a quem circula no espaço uma garantia de não haver ninguém com febre, ou seja, que nenhum dos corpos naquele ambiente é potencial transmissor do coronavírus.

A Figura 3 também traz uma nova configuração das relações de trabalho durante a pandemia: quem executa determinadas tarefas de contato físico com os clientes de um estabelecimento deve se paramentar com equipamentos distintos de seu antigo cotidiano laboral para garantir uma aproximação segura, uma espécie de novo compromisso sanitário.

Cria-se, então, uma nova tecnologia de segurança do trabalho, onde alguém que é profissional do ramo de cuidados estéticos, como uma manicure em um salão de beleza, deve observar essas regras e se sujeitar a, além do uso da máscara, cobrir a maior parte do seu corpo com uma capa plástica para não oferecer riscos à cliente, ao mesmo tempo que esse equipamento lhe serve também para se prevenir de uma possível contaminação, como ilustra a Figura 3. A observância dessas regras é um exemplo das condições impostas pelo poder público para a reabertura de espaços prestadores de alguns serviços de maior contato.

Figura 3: Manicure trabalhando em um salão de beleza na cidade de Atlanta, EUA.



Fonte: Elijah Nouvelage/Bloomberg/Getty Images. Disponível em: <https://edition.cnn.com/2020/05/20/world/gallery/new-normal-coronavirus/index.html>. Acesso em 08/08/2021.

Esse impacto na reconfiguração dos corpos vemos bem claramente em alguns experimentos para tornar possível a volta presencial às aulas. Para

pensarmos os sentidos do corpo de alunos e alunas no “novo normal”, ainda que à primeira vista possa parecer um exagero, a Figura 4 nos traz um exemplo das inúmeras tentativas dos profissionais da educação em pensar uma maneira segura biologicamente de se voltar às aulas presenciais num contexto de pandemia.

Talvez um exemplo como esse, de salas de aula na Tailândia, se faça algo distante da realidade brasileira, mas indica como se reelaboram os modelos para a disciplina do corpo nas escolas, em que não apenas as crianças devem usar máscaras e outros protetores, mas também um suporte à semelhança de uma régua que as mantém separadas por ao menos um metro de distância umas das outras.

Figura 4: Escola Ban Pa Muad em Chiang Mai, Tailândia.



Fonte: Wichai Taprieu/AP. Disponível em:

<https://edition.cnn.com/2020/05/20/world/gallery/new-normal-coronavirus/index.html>

A Figura 4 representa ainda de um caso especial por ser a educação infantil, de situações de educação em que é mais difícil manter a disciplina e o distanciamento. É um exemplo de como há um caráter experimental nesses novos meios de reproduzir um modelo mais antigo de educação, a presencial, que se contrasta com o avanço da educação a distância, mais adequada ao atual contexto do ponto de vista sanitário. Neste caso, a configuração de uma educação alternativa a distância que se impôs com a “nova normalidade” pandêmica não impacta somente nas discussões psicopedagógicas sobre o

aprendizado digital: o espaço da casa se confunde com a sala de aula e os profissionais da educação são obrigados a lidar com ferramentas que não conheciam, muitas vezes desempenhando apenas o papel de mediadores de uma plataforma virtual. Entretanto, esse “normal” revela os desafios de uma sociedade desigual, em que grande parte dos estudantes, a exemplo da realidade brasileira, sequer conta com acesso à internet, aumentando assim o abismo entre a educação básica pública e a particular.

Trazemos aqui uma última imagem que ilustra reformulações de regras sobre o corpo no “novo normal”. A Figura 5 nos mostra tendas e abrigos improvisados instalados em um acampamento para pessoas sem-teto na cidade de São Francisco, Estados Unidos. Nela vemos retângulos desenhados no chão que servem como delimitação de um território de convívio com base no distanciamento físico, uma fronteira para os corpos.

Figura 5: Organização de barracas de pessoas em situação de rua na cidade de São Francisco, EUA.



Fonte: Noah Berger/AP. Disponível em:

<https://edition.cnn.com/2020/05/20/world/gallery/new-normal-coronavirus/index.html>. Acesso em 08/08/2021.

Vemos, pois, na Figura 5, uma prática imposta pelas autoridades sanitárias às pessoas em situação de rua que explicita a aceitação dessa condição econômica e social: o problema seria como os corpos devem obedecer a uma

lógica do distanciamento, do isolamento, mas não permite um olhar crítico ao fato em si de haver pessoas que vivem dessa maneira.

Dizendo em outras palavras, no “novo normal” continua sendo “permitida” e aceita a existência de pessoas em situação de rua, isso não é identificado como um problema para o discurso da saúde que regula as relações em nosso contexto: estipula-se apenas como essas pessoas devem se portar no espaço público, como devem ocupar o espaço entre os seus iguais para que se evite o contágio por coronavírus.

Trouxemos esses exemplos de imagens para entendermos como o “novo” da pandemia cria novas exigências para a disciplina dos corpos, embora não se questione o status velho das formas de exploração. As regras de biossegurança sobre o corpo vão além e se mostram como verdadeiras políticas migratórias: faz-se premente também a ideia do “corpo vacinado”, o “corpo imunizado”, que tem direito de circular em alguns locais enquanto os seus diferentes não são autorizados. É o caso do “passaporte verde”, o chamado “passaporte da vacina” europeu: no dia 9 de junho de 2021 o Parlamento Europeu aprovou a criação de um certificado digital de vacinação⁶.

Esse tipo de documento, à primeira vista, se mostra como um avanço para se consolidar a nova normalidade, mas algumas contradições não ficam claras quando se entende as exclusões que tal medida gera: isso se comprova na institucionalização de privilégios para os europeus: o passaporte verde aprova apenas imunizantes procedentes dos laboratórios Pfizer, Moderna, AstraZeneca (Oxford) e Janssen. Ou seja, a Agência Europeia de Medicamentos não aceita as vacinas mais disseminadas no Sul Global, a exemplo AstraZeneca produzida na Índia e as vacinas de laboratórios chineses, como a CoronaVac. Segundo a Agência Europeia de Medicamentos (EMA), a explicação para tais exclusões teria uma razão técnica:

Isso ocorre porque as vacinas são produtos biológicos. Mesmo pequenas diferenças nas condições de fabricação podem levar a diferenças no produto final, e a legislação da UE exige que os locais

⁶ Confira: <https://www.dw.com/pt-br/parlamento-europeu-aprova-passaporte-de-covid-19/a-57832120>. Acesso em 05/08/2021.

de fabricação e os processos de produção sejam avaliados e aprovados como parte do processo de autorização.⁷

Nesse tipo de justificativa oficial temos uma discriminação explícita principalmente de países do Sul Global, um discurso revestido da legalidade de órgãos de Estado, definindo que tipo de corpo vacinado poderá circular livremente pelas fronteiras da comunidade europeia, se hospedar em certos hotéis, frequentar estádios, ir a eventos culturais etc.

Configuram-se novas maneiras de gerar desigualdades entre os corpos, recrudescidas a partir de critérios econômicos que já existiam. Isso vemos na distribuição das vacinas pelo mundo. Como afirma o diretor geral da, o mundo está em um apartheid de vacinas. Ainda no que se refere à efetivação de uma divisão no novo normal entre corpos vacinados e não vacinados, cabe aqui mencionar a problemática do “apartheid das vacinas”, levantada pelo diretor geral da OMS, Tedros Adhanom em 17 de maio de 2021:

Acho que irei um passo adiante e direi que não apenas o mundo está sob o risco de um apartheid de vacinas, o mundo já está em um apartheid de vacinas. Como vocês sabem os países de alta renda respondem por 15% da população mundial, mas têm 45% das vacinas, e os de rendas média e baixa somam quase metade da população mas recebem apenas 17% das vacinas mundiais, então a lacuna é realmente enorme.⁸

A partir dessa afirmação do diretor-geral da OMS, podemos enxergar a retomada da expressão “apartheid”, que diz respeito totalmente a uma ocupação dos espaços pelos corpos, usada para designar períodos da história específicos dos EUA e da África do Sul, o que é uma maneira de ressignificar os limites deste termo, verificando outras possíveis configurações de segregação que envolvem o conceito de etnia, sendo em si um racismo, mas também se insere em uma divisão internacional do trabalho. O destaque que fazemos desse trecho é para que há um “apartheid” que se constrói de forma velada no discurso

⁷ Confira a matéria em português sobre a decisão da EMA de exclusão de certas vacinas: <https://exame.com/mundo/ue-nao-autoriza-vacina-da-astrazeneca-fabricada-na-india/>. Acesso em: 08/08/2021.

⁸ Grifo nosso. Confira: <https://g1.globo.com/bemestar/vacina/noticia/2021/05/17/mundo-vive-apartheid-de-vacinas-contra-covid-19-diz-diretor-da-oms.ghtml>. Acesso em: 08/08/2021.

das autoridades que manejam a pandemia, não apenas com critérios que julgam técnicos, mas que é margeado por discussões políticas ulteriores, como a exclusão da maioria da população mundial do privilégio das vacinas, além de reposicionar a problemática da “crise migratória” nos países ricos.

Uma vez regulada pela lógica dos epidemiologistas, a política sanitária global de controle da pandemia se mostra, em muitos casos, como uma estratégia higienista. Ademais, a sociedade do “novo normal” enfrenta ainda uma incerteza temporal: não há previsões sobre o fim do contexto de pandemia; embora em alguns lugares haja um controle do número de casos e óbitos, constatam-se novas “ondas” e, em dezenas de países, as contaminações ora diminuem, ora aumentam, mesmo onde há uma alta taxa de imunização.

Por isso, cabe perguntarmos: a ideia de “nova normalidade” é uma adaptação a uma situação perene de pandemia? É possível prever uma situação de pós-pandemia na qual esse “novo normal” se estabilizaria?

Essas dúvidas nos levam a questionar se a transformação dos aspectos materiais da vida, como já refletimos sobre as novas modalidades de trabalho, é algo que veio para ficar. Crescem as formas de teletrabalho e temos a impressão de que tudo pode ser realizado de forma remota por meio de aplicativos ou por ambientes cibernéticos, uma vez que se promove assim o distanciamento físico necessário à contenção do coronavírus. Por outro lado, intensifica-se a exploração de trabalhos em situações geralmente precárias, como dos entregadores de produtos diversos, e, reiteramos aqui, daqueles que devem trabalhar presencialmente e se mantêm expostos à contaminação pelo coronavírus.

O novo normal da COVID-19 sintetiza inúmeras mudanças em um mundo assolado por uma doença que se espalhou muito rapidamente e que a própria medicina não conhece em profundidade. De todo o conjunto de expressões que surgiram durante a pandemia para ressignificar a vida em coletividade, quer na escola, nas cafeterias, nos ambientes de trabalho ou no convívio entre pessoas em situação de rua, como mostramos aqui através de algumas imagens, a ideia de um “novo normal” é um conceito que se nutre desse universo de sentidos da pandemia; ele a retroalimenta.

Em meio a essas incertezas, todavia, vemos que todas as transformações da “normalidade” a que chamamos de “nova” se adequam às velhas estruturas, nas quais o aumento do desemprego pela crise econômica força a redução de

salários e a precarização das formas de trabalho, evidenciando que as camadas mais pobres da sociedade sofrem e continuarão sofrendo mais no próprio corpo as consequências desta e das próximas pandemias. São duas ordens temporais em disputa: de um novo que surge com uma força extrema e se impõe, mas encontra um velho que resiste em morrer. E esse movimento de ruptura se dá ainda de forma mais trágica em alguns países, a exemplo do Brasil, em que o “novo” traz consigo a sombra de um genocídio.

REFERÊNCIAS

- BERROCAL, M., KRANERT, M., BONATTI SANTOS, J. A. *et al.* Constructing collective identities and solidarity in premiers' early speeches on COVID-19: a global perspective. In: *Nature – Humanities and Social Sciences Communications*, 8, 128 (2021). <https://doi.org/10.1057/s41599-021-00805-x>.
- CARREON, Renata de Oliveira; SANTOS, Emely Larissa dos. Morte. In: *Enciclopédia Discursiva da Covid-19 – InformaSUS UFSCar*. 2020. Disponível em: <https://www.informasus.ufscar.br/morte-por-covid-19/>. Acessado em 25/07/2021.
- CARVALHO, Lílian Pereira de; PIRES, Livia Maria Falconi. Testar Positivo. In: *Enciclopédia Discursiva da Covid-19 – InformaSUS UFSCar*. 2020. Disponível em: <https://www.informasus.ufscar.br/testar-positivo/>. Acessado em 25/07/2021.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. 29ª ed. Tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.
- GIBIN, Fernando Curtti; RUIZ, Marco Antonio Almeida. Fique em Casa. In: *Enciclopédia Discursiva da Covid-19 – InformaSUS UFSCar*. 2020. Disponível em: <https://www.informasus.ufscar.br/fique-em-casa-2/>. Acessado em 25/07/2021.
- GRAY, Chris H. *Cyborg Citizen: politics in the posthuman age*. New York: Routledge, 2002.

- HARAWAY, Donna J. Manifesto ciborgue: ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX. In: SILVA, Tomaz T. (Org.). *Antropologia do ciborgue: As vertigens do pós-humano*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.
- HARAWAY, Donna J. *Microfísica do poder*. 23. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2007.
- MARX, Karl. *O Capital* – Livro I – crítica da economia política: O processo de produção do capital. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.
- RUGER, J.-P. The injustice of COVID-19: we need a moral constitution for our planet's health. In: *The Lancet Planetary Health* [Versão online]; 4 (7) E264-E265. Disponível em: www.thelancet.com/planetary-health, Vol 4 Jul 2020. Acessado em 26/07/2021.
- ZYLBERMAN, Patrick. **Tempêtes microbiennes**. Essai sur la politique de sécurité sanitaire dans le monde transatlantique. Paris: Gallimard, 2013.

CAPÍTULO 3

ISOLAMENTO, DISTANCIAMENTO SOCIAL E QUARENTENA: PRODUÇÃO DE SENTIDOS NA PANDEMIA DA COVID-19¹

Sidnay Fernandes dos Santos Silva
Terezinha Ferreira de Almeida
Lígia Mara Boin Menossi de Araujo

Nas condições sócio-históricas da pandemia da COVID-19 que se iniciou em março de 2020, muitas palavras e expressões oriundas do campo da saúde se deslocaram para outros campos e passaram a circular com muita proeminência sobretudo nos noticiários e, logo, foram também incorporadas nas interações linguageiras cotidianas. Tendo como enfoque compreender como as expressões *isolamento social*, *distanciamento social* e *quarentena* passaram a ser constituídas, formuladas e postas a circular no Brasil neste momento de crise sanitária, estabelecemos, previamente, para a seleção de textos e a construção do *corpus*, um recorte temporal de março até novembro de 2020. Porém, à medida que fomos desenvolvendo a pesquisa, percebemos a necessidade de retomar períodos anteriores, inclusive quanto ao percurso histórico de alguns termos como *quarentena* e *isolamento social*.

Enquanto partícipes deste momento histórico e estudiosas da linguagem, é possível observar que, de maneira geral, há muita confusão por parte dos falantes de língua portuguesa quanto à(s) definição(ões) desses significantes e muitas são as tentativas de diferenciá-los semanticamente do ponto de vista científico. Diante dessas percepções, consideramos relevante analisar semelhanças e diferenças de sentidos dos termos *isolamento*, *distanciamento* e *quarentena* não apenas pelo viés técnico-científico, mas principalmente pelo modo como os enunciadores, em diversos gêneros textuais e em diversos espaços discursivos, atribuem significados a esses termos. Para ilustrar a análise linguística que empreendemos, selecionamos algumas

¹ Agradecemos as ricas contribuições e comentários advindos das sensíveis leituras críticas realizadas por nossas companheiras de grupo de investigação, Julia Lourenço e Tamires Conti.

publicações de redes sociais que suscitam questionamentos importantes em torno da temática da pandemia e, em especial, sobre os verbetes os quais nos debruçamos.

Em termos de aproximações e semelhanças, compreendemos que a emergência da cadeia de significantes – *isolamento social, distanciamento social, distanciamento físico, isolamento físico, quarentena, lockdown e toque de recolher* – assim como os sentidos atribuídos a eles, no âmbito da pandemia da COVID-19, alicerçam-se em decisões políticas de autoridades frente à contenção do coronavírus. As medidas que devem ser implementadas são pautadas em orientações emitidas pela Organização Mundial de Saúde² (OMS), conforme o Regulamento Sanitário Internacional e estudos/dados atuais do avanço (ou controle) do surto epidemiológico em uma dada região.

Essas medidas protetivas impuseram novos modos de (con)viver, e novos comportamentos sociais alinhados como o denominado *novo normal*. Dentre essas medidas, há aquelas que são alicerçadas em estudos científicos da área da saúde - determinadas por pesquisadores e profissionais, como o isolamento e a quarentena - e aquelas que se concretizam, em maior medida, por meio de decisões no campo político, impostas por autoridades públicas para conter o espalhamento do coronavírus, como o distanciamento social, o *lockdown* e o toque de recolher.

Como “a construção de percurso não está submetida a um único capricho dos pesquisadores: há um conjunto de princípios, de técnicas que regulam esse tipo de atividade hermenêutica” (MAINGUENEAU, 2008, p. 24), optamos por delimitar nosso itinerário analítico a partir de critérios lexicais e semânticos, tendo em vista as condições de produção dos termos em estudo nas plataformas Revista Fapesp, InformaSUS, R7, OMS, OPAS, Ministério da Saúde e em redes sociais como *Instagram*³.

A seguir, apresentamos sucintamente como os sentidos dos termos *isolamento, distanciamento e quarentena* funcionam em campos discursivos e gêneros diferenciados, bem como em épocas também distintas.

² <https://www.who.int/eportuguese/countries/bra/pt/>.

³ Optamos por recortar alguns exemplos da rede social Instagram que refletem na materialidade linguística o que buscamos discutir em torno das questões discursivas. Ademais, outras redes sociais, tais como Facebook e Twitter também têm crescido exponencialmente enquanto espaço de produção de discursos acerca de temática importantes e atuais.

ISOLAMENTO SOCIAL: ENTRE SENTIDOS DISFÓRICOS E EUFÓRICOS

Com o surgimento em 2002 do Sars-Cov, o coronavírus, apesar de ser estudado desde a década de 30⁴, passou então a ser considerado uma ameaça à saúde humana. Contudo, em 2003, o Sars-Cov foi considerado erradicado. Quando o SARS-CoV-2 (considerado uma segunda estirpe da espécie do vírus) surgiu, encontrou a humanidade desprevenida para contê-lo. Na ausência de medicamentos e vacinas, a população recorreu às medidas de proteção e contenção para enfrentar a pandemia da COVID-19: diminuir a transmissão do vírus, achatar a curva, evitar a superlotação em leitos de UTI e nos hospitais e, assim, reduzir o número de mortes.

No início do surto na China, mais especificamente em janeiro de 2020, quando a formação epidêmica foi notificada à OMS, protocolos para diagnóstico, tratamento e redução da intensidade da epidemia começaram a ser elaborados. Dentre as medidas prioritárias, esteve o isolamento da cidade de Wuhan⁵ e dos municípios vizinhos com restrições impostas a seus habitantes, tal como o deslocamento para viagens. O termo isolar, nesse contexto, é associado ao fato de impedir que indivíduos infectados transitem pelo restante do território chinês. Isolar, na condição de verbo transitivo direto, tem como complemento uma região geográfica ou ainda um indivíduo infectado com o vírus: isolar Wuhan, por exemplo.

Com a propagação do vírus pelo globo terrestre e o decreto de estado de pandemia pela OMS em março de 2020, os sentidos do verbo e do ato de isolar se ampliaram. O termo nominalizado, *isolamento*, ganhou como acréscimo o adjetivo *social* e passou a ter grande circulação. O verbo isolar (e suas derivações *isolamento* e *isolado*), em um de seus sentidos dicionarizados, significa: “separar uma coisa dos objetos vizinhos”; “por alguém afastado dos

⁴ GRÄF, T. Diversidade dos coronavírus, origem e evolução do SARS-COV-2. In: BARRAL-NETTO, M.; BARRETO, M. L.; PINTO JUNIOR, E. P.; ARAGÃO, E. (org.). Construção de conhecimento no curso da pandemia de COVID-19: aspectos biomédicos, clínico-assistenciais, epidemiológicos e sociais. Salvador: Edufba, 2020. v. 1. DOI: <https://doi.org/10.9771/9786556300443.001>.

⁵ Cidade da China localizada na Província de Central. rever a necessidade dessa nota de rodapé.

outros homens/isolar um doente contagioso”⁶. Já a expressão *isolamento social* provém do campo da Psicologia e, até a pandemia da COVID-19, era mais utilizada no âmbito dessa área por se referir a “um comportamento no qual o indivíduo deixa de participar de atividades sociais em grupo como trabalho e entretenimento”⁷, principalmente quando acometido por algum transtorno de ordem psicológica.

Na pandemia da COVID-19, porém, a expressão *isolamento social*, dotada de uma carga semântica tão negativa – por se referir a um comportamento que, se for exacerbado, exige muita atenção e tratamento psicológico –, adquiriu certos sentidos considerados positivos ao passar a ser utilizada para referir a uma medida de prevenção e de possibilidade de contenção da pandemia, representando comportamentos que devem ser valorizados e adotados pela população.

Com seu uso contínuo e cotidiano durante a crise sanitária, no entanto, os sentidos positivos de isolamento social foram sendo relativizados visto que, mesmo beneficiando a saúde coletiva por meio da contenção da COVID-19, a saúde mental de muitas pessoas se viu afetada, em especial daquelas que compõem grupos de risco ou pessoas idosas⁸, geralmente menos acostumadas com ferramentas tecnológicas que permitem amenizar o impacto da falta de contato social.

A incidência de patologias resultantes da ausência de interação social durante a pandemia tem sido objeto de estudo de muitas pesquisas. Em artigo publicado em agosto de 2020 no InformaSUS, explica-se os possíveis efeitos neuropsiquiátricos causados por tais medidas protetivas. Segundo a publicação, um estudo realizado na França constatou que o isolamento social muito prolongado poderia induzir reorganizações cerebrais, pois uma completa ausência de contato social poderia gerar dificuldades em distinguir o que é real do que não é⁹. Dentre os distúrbios apontados estão os do sono, os transtornos de ansiedade e os riscos de depressão e de suicídio. O estudo ainda sugere que

⁶ KOOGAN, A. & HOUAISS, A. Enciclopédia e dicionário ilustrado. 3 ed. Rio de Janeiro: Seifer, 1998.

⁷ Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Isolamento_social>. Acesso: 26 ago. 2020.

⁸ Disponível em: <https://www.informasus.ufscar.br/como-auxiliar-pessoas-idosas-a-lidarem-com-o-cotidiano-e-a-saude-mental-durante-a-pandemia/>.

⁹ Disponível em: <https://www.informasus.ufscar.br/os-possiveis-efeitos-neuropsiquiatricos-da-quarentena/>.

pode haver ocorrência de fatores de risco para restrição dietética e alimentação emocional como comportamentos viciantes.

Talvez como tentativa de interditar, minimizar ou alterar os sentidos negativos da expressão *isolamento social*, o adjetivo *físico* passou a ser utilizado para acompanhar tanto o termo isolamento quanto distanciamento, a partir da compreensão de que o adjetivo *social* significa sociável, que prefere estar na companhia de outras pessoas e, ademais, provém da palavra sociedade, cujo significado está diretamente vinculado a um agrupamento de indivíduos que estabelecem relações de proximidade entre si. Por outro lado, o uso de *isolamento físico* sugere que, mesmo diante da impossibilidade de interação presencial, é possível estabelecer e preservar a interação entre as pessoas usando, por exemplo, os meios tecnológicos disponíveis.

Enquanto uma parte da população sofre com a falta de interação social durante o período de isolamento, outra, composta majoritariamente por mulheres, se vê sobrecarregada de tarefas relacionadas aos cuidados com parentes, familiares em geral e, principalmente, com os filhos. Historicamente, é atribuído às mulheres o cuidado com a casa e os filhos em decorrência de uma estrutura familiar que entende esses cuidados como algo que compete ao espaço privado do lar como feminino. Como exemplo do deslocamento de sentido que pode sofrer o termo *isolamento social* de acordo com as condições de produção em que ele é formulado, o *post* abaixo (Figura 1) - publicado em um perfil sobre maternidade na rede social *Instagram* - exemplifica a realidade de muitas mulheres, em especial, as que estão no papel de mães.

O enunciado em forma de questionamento "Mães, como vocês estão se sentido no [1] *isolamento*?" acompanhado da resposta "Sem [2] *isolamento* no meu próprio [3] *isolamento*" exemplifica a questão sobre a produção distinta de sentido de acordo com a formulação do enunciado que suscita condições de produção específicas. Em [1] e [3], o termo isolamento imprime a questão acerca das medidas protetivas para contenção da disseminação do vírus; já em [2], sua constituição mobiliza uma memória em torno das demandas em relação aos filhos que as mães têm durante a pandemia e que nessas condições de produção específicas permitem que o sentido de isolamento possa não existir já que nunca se está só diante do acúmulo de tarefas que os filhos exigem.

Figura 1¹⁰



Diante da formulação exposta pelo texto acima, entendemos que há a mobilização em torno da memória do dizer do *isolamento* que é ressignificado pelo contexto histórico da pandemia e, assim, passa a ser formulado de acordo com condições de produção específicas. No caso das mulheres no papel de mães, em virtude da presença dos filhos em casa de maneira mais intensa que o habitual devido a pandemia, isolar-se não é uma possibilidade, tanto no sentido físico como em outros sentidos do termo em questão - ficar isolada, ter sua individualidade preservada. Assim, mesmo adotando sentidos positivos, *isolamento* também passa a ser utilizado de modo distinto e promove questões importantes sobre a distribuição de tarefas, a convivência familiar e a própria construção da subjetividade das mulheres que exercem o papel de cuidadoras não só dos filhos, mas também de idosos.

DISTANCIAMENTO SOCIAL: (IM)POSSIBILIDADES E(M) EMBATES DE SENTIDOS

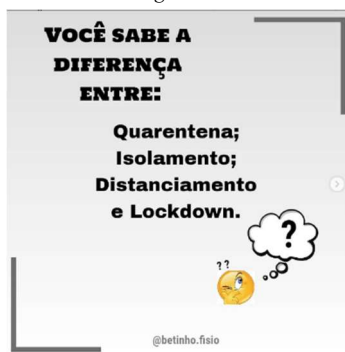
A expressão *distanciamento social* é formada pelo substantivo masculino derivado do verbo *distanciar* e pelo adjetivo *social*. A palavra *distanciamento*, em sua acepção dicionarizada, é ato ou efeito de distanciar ou distanciar-se; afastamento, espaçamento. Distanciar-se socialmente significa, portanto, abster-se das práticas sociais nas quais há proximidade entre os corpos, em outras palavras, evitar o contato físico.

¹⁰ Diário de uma mãe. 29 de julho de 2020. Disponível em: <<https://www.instagram.com/p/CDPFXGxjYJ3/>>.

No cenário da pandemia da COVID-19, ao lado dessa expressão, emerge também a expressão *distanciamento físico*. Embora apontem para efeitos semânticos distintos, visto que o adjetivo *físico* supõe a distância entre os corpos e não necessariamente interrupção na interação social, a qual pode ocorrer por outras vias que não utilizem a proximidade entre os corpos, os adjetivos social e físico foram empregados no nosso material de análise com significação intercambiável entre si. E, mesmo diante da tentativa de muitos enunciadores demarcarem a diferença de sentidos entre essas adjetivações, a expressão mais recorrente em publicações nas diversas plataformas, no período de 2020, foi *distanciamento social*.

No Brasil, os substantivos *isolamento* e *distanciamento* têm sido tomados em muitos espaços discursivos indistintamente, ou seja, como sinônimos. O mesmo ocorre, muitas vezes, com isolamento social e isolamento físico. Há muitos textos publicados recentemente no Brasil que tratam das diferenças semânticas entre isolamento social, distanciamento social, quarentena e *lockdown* em virtude dessas medidas de contenção do vírus serem entendidas como um mesmo movimento. Não temos como objetivo aqui mostrar um só significado do termo distanciamento, mas, como essas expressões promovem deslocamentos, inversões e questões interessantes de modo a podermos explorar a sua disseminação. A seguir, apresentamos um exemplo de um *post* da rede social *Instagram* o qual mostra uma certa tentativa de esclarecer os termos e, de algum modo, controlar os sentidos instaurados:

Figura 2¹¹



¹¹ @Fisiocomjose. 10 de agosto de 2020. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CDungNOJQoZ/>.

Contudo, o fato é que não há como controlar os sentidos e sua circulação e, por isso mesmo, no cotidiano das redes sociais e até mesmo em textos jornalísticos, nestes tempos de pandemia, os sujeitos empregam um ou outro sem muita consciência das razões de seu uso. Fato que instaura espaços de discussão e disseminação de ideias sobre os termos como na materialidade verbal na figura 2: "Você sabe a diferença entre: Quarentena, Isolamento; Distanciamento e Lockdown.", enunciado que prossegue acompanhado de uma legenda com as definições de cada um dos termos, exemplos como esse foram recorrentes nas redes sociais no ano de 2020 e que suscitam discussões em torno do usos linguísticos-discursivos.

Além dessas questões, o distanciamento social não é uma medida inédita de prevenção ao contágio de doenças infecciosas. Juntamente com a recomendação do uso de máscara e higienização das mãos, distanciamento social foi praticado durante a Gripe Espanhola, como também é recomendado em outros casos de doenças infecciosas transmitidas por gotículas, contato físico direto e/ou indireto (transmissão pelo toque em superfície contaminada, por exemplo).

No entanto, a problemática não se restringe à escolha linguística, tampouco ao campo científico da Saúde ou a decretos e leis outorgadas por autoridades governamentais e municipais, há outros desafios que podem comprometer a viabilidade das medidas protetivas. No Brasil, os maiores desafios são oriundos do alto índice de desigualdades sociais, uma vez que pessoas que moram nas ruas ou em moradias precárias, com inexistência de saneamento básico e condições de higiene, aliado à insegurança alimentar comprometem a adoção de medidas profiláticas propostas para a contenção da COVID-19¹².

Em outras palavras, o impacto do vírus entre moradores de rua, habitantes de favelas e minorias étnicas é maximizado pela situação de vulnerabilidade social. Respeitar o período de quarentena ou isolar em casa um integrante da família que esteja infectado torna-se um feito irrealizável quando

¹² Disponível em: <<https://recordtv.r7.com/balanco-geral-rj/videos/o-virus-na-favela-3-falta-de-estrutura-impede-moradores-da-cidade-de-deus-de-respeitar-a-quarentena-30072020>>.

a família dispõe de apenas um quarto e um banheiro na moradia. Lavar as mãos frequentemente torna-se impraticável quando não há água potável encanada e o esgoto escorre a céu aberto. Ficar em casa e abster-se de trabalhar é impossível quando não se tem segurança alimentar.

Já há vários estudos desenvolvidos a partir de boletins epidemiológicos do Ministério da Saúde do Brasil e de pesquisas de campo mais amplas comprovando que pobres, negros e indígenas são as pessoas que mais morrem vítimas da COVID-19¹³. Uma pesquisa publicada por brasileiros na *The Lancet Global Health*, em 23/09/2020, constatou que, “na parcela 20% mais pobre da população, a prevalência [da COVID-19] foi de 3,7%, mais do que o dobro do 1,7% encontrado entre os 20% mais ricos” e que a prevalência “entre os indígenas é de 6,4% mais de quatro vezes maior do que em pessoas brancas (1,4%)”¹⁴.

No Brasil, diferentemente do que ocorre em outros países, esse embate de sentidos entre os termos e adoção de políticas públicas para enfrentamento da pandemia revelam ideologias que se opõem e polarizam posicionamentos. Há o posicionamento pautado pela ciência, cuja expressão de representação é a #fiqueemcasa, no qual o entendimento de que na ausência de uma vacina que aja na prevenção e de uma medicação comprovadamente eficaz, a melhor maneira de enfrentar a crise é evitando a exposição ao vírus. Na outra direção, há o posicionamento que nega a letalidade do vírus e atenua o efeito da crise, posicionando fortemente contra uma possível vacinação em massa, contudo adotando medicação tanto para prevenção como para tratamento da COVID-19 sem comprovação científica, cuja expressão máxima representativa é a #OBrazilNãoPodeParar. Esse último, com forte apelo para a manutenção da economia, é o discurso representativo do governo federal.

A cisão entre ciência e política no Brasil encontrou eco nas camadas sociais. Surgiram discursos filiados ao discurso científico, que preconizava as medidas de prevenção, tais como distanciamento, uso de máscara e álcool gel, como também os que se filiavam ao discurso político de negacionismo da

¹³ Alguns exemplos em: <https://www.cnnbrasil.com.br/saude/2020/06/05/negros-morrem-40-mais-que-brancos-por-coronavirus-no-brasil>; <https://www.bbc.com/portuguese/brasil53338421>.

¹⁴ Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/bbc/2020/09/23/estudo-reforca-indicios-de-que-pobres-e-indigenas-sao-mais-vulneraveis-a-covid-19.htm?cmpid//informe.ensp.fiocruz.br/noticias/50084>>.

letalidade do vírus. Esse fenômeno influi diretamente no sucesso ou fracasso das medidas de prevenção e enfrentamento da pandemia.

QUARENTENA: BREVE PERCURSO DE UM SENTIDO HISTÓRICO A MULTIPLICIDADES DE SENTIDOS NA PANDEMIA DA COVID-19

Quarentena é um substantivo feminino derivado do numeral cardinal quarenta, formado a partir de outro numeral de valor menor, quatro, e significa, como resultado de uma multiplicação, quatro dezenas. O sufixo -ena traz o sentido de período, um período de quarenta dias, assim como quinzena, um período de quinze dias. Os dicionários de língua portuguesa registram também os verbetes quarentenar (verbo que significa estar de, ou fazer quarentena) e quarentenário (palavra utilizada para se referir ao período de quarenta anos e, no contexto de ações sanitárias, para adjetivar palavras como medidas quarentenárias).

O termo quarentena tem origem nos primórdios da vacinação contra a varíola quando, na China Antiga, constatara-se que as crostas extraídas dos acometidos por varíola permaneciam infectantes por cerca de 40 dias durante o inverno e 20 dias no verão¹⁵. Tal constatação determinou práticas culturais diversas a serem adotadas para conter a disseminação de doenças infecciosas, dentre elas, o período de reclusão imposto a indivíduos doentes ou suspeitos de serem portadores de doenças infecciosas.

Na Idade Média, diante da hanseníase e da epidemia de peste bubônica, a prática de quarentena foi adotada e, após a epidemia da peste estendeu-se ao controle portuário, navios procedentes de determinadas áreas ficavam durante quarenta dias sem comunicação nos portos em que ancoravam. No século XIX, vários países europeus adotaram a medida de quarentena como lei portuária, incluindo não só passageiros, mas também tripulantes e mercadorias. Em 1951, a Organização Mundial de Saúde (OMS) aprovou o Regulamento Sanitário Internacional e “o termo quarentena ganhou peso

¹⁵ SANTOS, Iris Almeida dos. & NASCIMENTO, Wanderson Flor do. As medidas de quarentena humana na saúde pública: aspectos bioéticos. Revista Bioethikos- Centro Universitário São Camilo. Disponível em: <https://saocamilosp.br/assets/artigo/bioethikos/155563/A05.pdf>.

normativo internacional, aceito por diversos países como forma eficaz de controle sanitário”¹⁶.

Conforme sua própria origem, quarentena significa, então, o isolamento de indivíduos saudáveis que mantiveram contato com uma pessoa doente ou que vieram de áreas consideradas de alto risco de uma determinada doença infectocontagiosa. O período do isolamento, porém, não está necessariamente atrelado a quarenta dias, mas sim ao período máximo de incubação de uma infecção. Segundo a legislação sanitária internacional, somente quatro doenças (varíola, peste, febre amarela e cólera) eram consideradas quarentenárias¹⁷, ou seja, sua transmissibilidade pode ocorrer por um período de até quarenta dias. No caso da COVID-19, o período exigido para o indivíduo que foi exposto ao coronavírus fazer quarentena (ou isolar-se dentro de sua própria casa) é de até quatorze dias.

O termo quarentena tem sido bastante utilizado no Brasil, popularizando-se, e seu uso tem ocorrido, muitas vezes, indistintamente, como sinônimo de isolamento social, de distanciamento social, de jornada da pandemia (período de março de 2020 até dezembro de 2020 ou até a vacinação da população), de medidas restritivas e até mesmo de pandemia.

Figura 3¹⁸



¹⁶ SANTOS, Iris Almeida dos. & NASCIMENTO, Wanderson Flor do. As medidas de quarentena humana na saúde pública: aspectos bioéticos. Revista Bioethikos- Centro Universitário São Camilo. Disponível em: <https://saocamilosp.br/assets/artigo/bioethikos/155563/A05.pd>.

¹⁷ Disponível em: <<https://pt.wikipedia.org/wiki/Quarentena> >

¹⁸ Mães_na quarentena. 18 de maio de 2020. Disponível em:<<https://www.instagram.com/p/CAWb6zeFfWt/>>.

Figura 4¹⁹



Contudo, a expressão quarentena implica em sua constituição a mobilização de uma memória do dizer distinta porque suscita ideias sobre a doença - provocada pelo vírus, sobre não se relacionar e sobre estar só e poder relaxar, descansar, por exemplo, para se recuperar daquela doença que atingiu determinado sujeito. Nas figuras 3 e 4, há duas formulações enunciativas acerca do termo quarentena; na primeira, tem-se: "Eu 'tentando' relaxar na quarentena", de acordo com a materialidade imagética, trata-se de uma mulher que acumula afazeres domésticos, a junção discurso verbal e não verbal produz sentido e possibilita que a interpretação possa ser entendida como: as mulheres quando precisam ficar em quarentena não podem descansar, não podem relaxar porque os afazeres domésticos se acumulam.

Algo semelhante ocorre no texto seguinte no qual a constituição do enunciado: "Alguém sabe me dizer quando vai começar a quarentena das mães?" acompanhado da fotografia do ator Paulo Gustavo em um de seus papéis mais importantes quando representou sua mãe, Dona Hermínia, no filme "Minha mãe é uma peça". A imagem do ator vestido como sua mãe para representá-la é viralizada por meio de memes como os da figura 4, logo abaixo e depois da foto do ator, há o enunciado resposta: "Porque eu não parei nenhum dia!". Aqui, mais especificamente, observamos a mulher (como na figura 1) no papel de mãe e dona de casa, por isso, a pergunta retórica e também carregada

¹⁹ Mães_na quarentena. 7 de maio de 2020. Disponível em:<https://www.instagram.com/p/B_40s4Xl28b/>.

de ironia para corroborar com a produção de humor, produz sentido e possibilita que entendamos a palavra quarentena não como um momento de descanso, mas, como um momento que não permite que as mães usufruam e possam relaxar tal qual já comentamos no subitem sobre isolamento social. Aqui, portanto, fica mostrado também por meio da formulação dos enunciados que o sentido ganha corpo de acordo com as condições de produção e, principalmente, as circunstâncias de enunciação específicas.

Em seu sentido técnico, o termo **quarenten** é pouco utilizado. Tende a ser encontrado em textos científicos e informativos emitidos por instituições científicas, tais como Organização Mundial de Saúde (OMS), Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS), Ministério da Saúde do Brasil. Como exemplo, temos um dos objetivos estratégicos de resposta à pandemia da COVID-19, divulgado pela OPAS: “prevenção da transmissão comunitária com detecção, isolamento e tratamento rápido dos casos, além de identificação, quarentena e atendimento às necessidades dos contatos”²⁰. Na mesma frase, os termos **quarentena** e isolamento estão empregados com seus sentidos diferentes, científicos: **quarentena** fazendo referência às ações para indivíduos que tiveram contato com casos confirmados e “isolamento”, para os indivíduos portadores do vírus SARS-CoV-2.

Em contrapartida, mesmo em textos mais técnicos, **quarentena** também tem adquirido sentidos novos. Em texto científico publicado na Agência Fapesp, o termo **quarentena** é empregado no plural e representa os períodos nos quais as cidades devem adotar medidas restritivas para circulação dos habitantes e funcionamento de instituições comerciais e de serviços à população: “Estudo mostra a vantagem de quarentenas alternadas em cidades paulistas”²¹.

Na Agência Fapesp, no portal InformaSUS e no portal R7, há prevalência do termo **quarentena** em títulos de textos dos mais variados gêneros. No entanto, os textos mais próximos da esfera das atividades de entretenimento são onde se registram mais ocorrências. Nesses contextos, o sentido atribuído à **quarentena** não é o científico, o que parece demonstrar que

²⁰ Disponível em: https://iris.paho.org/bitstream/handle/10665.2/52045/OPASBRACOV1920039a_%20por.pdf?sequence=8. Acesso em: 30/09/2020.

²¹ Disponível em: <https://agencia.fapesp.br/estudo-mostra-a-vantagemdequarentenasalternadas-em-cidades-paulistas/33201/>. Acesso em: 30/09/2020.

o termo teve seus sentidos alterados e passou a significar, no contexto brasileiro, o período que corresponde desde março de 2020 até o presente momento em que é utilizado.

Muitos enunciadores partilham dicas de como passar esse período ou sugestões de atividades para serem feitas neste momento: “Ideias culturais na quarentena: dica para leitura”²², “21 ideias sobre o que fazer em casa na quarentena”²³. Também há muitos títulos de projetos sociais e acadêmicos que trazem o termo **quarentena**: Quarentena ao Vivo (LABI-UFSCar)²⁴, Projetos da Quarentena: cantando a distância (Colégio Bandeirantes)²⁵.

Com esse novo sentido adquirido – jornada da pandemia, na qual é preciso manter distanciamento social e evitar aglomerações – emerge, nas redes sociais, o termo “quarentenado”, usado em suas várias flexões: singular, plural, masculino e feminino. O Instagram, inclusive, lançou uma série de seis episódios “Quarentenados: eles moram no mesmo prédio, mas não se encontram”²⁶. No Twitter, Facebook e Instagram, o termo aparece acompanhado de hashtag *#quarentenados*. No InformaSUS, há uma ocorrência no feminino singular no interior de uma crônica²⁷: “Tivemos que fazer hora, ou melhor, fazer meses, já que nas minhas contas já tenho quatro meses ‘quarentenada’”²⁸.

O termo **quarentena** também é utilizado em contextos que permitem a permuta com pandemia ou COVID-19. A crônica publicada no InformaSUS, citada acima, intitula-se “Tinha uma quarentena no meio do caminho” e, nela, se lê: “Mas ‘No meio do caminho tinha uma pedra, Tinha uma pedra no meio

²² Disponível em: <https://www.informasus.ufscar.br/ideias-culturais-na-quarentena-dica-para-leitura/>. Acesso em: 16/10/2020.

²³ <https://folhadirigida.com.br/blog/o-que-fazer-em-casa-quarentena/>. Acesso em:17/10/2020.

²⁴ Disponível em: <https://agencia.fapesp.br/agenda-detalle/quarentena-ao-vivo-mulheres-cientistas-na-pandemia/33662/>. Acesso em: 16/10/2020.

²⁵ Disponível em: <https://colband.net.br/o-aluno-band/projetos-da-quarentena-cantando-a-distancia>. Acesso em: 16/10/2020.

²⁶ Disponível em: <https://www.instagram.com/quarentenadostv/>. Acesso em: 18/10/2020.

²⁷ Crônica que compõe o Projeto CultivARTE, um projeto apoiado pelo INFORMASUS , que se caracteriza como um festival virtual, no qual são exibidas obras artísticas de diversas categorias para viabilizar o diálogo da produção cultural com os sentimentos e sentidos relacionados ao enfrentamento das adversidades impostas pela pandemia da COVID-19.

²⁸ Disponível em: <https://www.informasus.ufscar.br/tinha-uma-quarentena-no-meio-do-caminho/> . Acesso em: 18/10/2020.

do caminho’, pois é Drummond, a pedra no meu caminho tinha nome e se chamava Covid-19”²⁹. Mesmo em textos científicos, ocorrências desse tipo são corriqueiras: “Identificamos que os sonhos do primeiro mês da quarentena estavam mais associados aos termos contaminação e limpeza”³⁰.

Esses sentidos fluidos atribuídos ao termo **quarentena** podem justificar porque, em muitos discursos midiáticos, há uma tendência de acrescentar o adjetivo “obrigatória” quando se trata de referir seu sentido científico: “Arbolino voa com doente por Covid-19 e perde GP de Aragão por quarentena obrigatória”³¹; “Ex-premiê do R. Unido teria furado quarentena obrigatória, diz jornal. Tony Blair teria desrespeitado isolamento de 14 dias depois de voltar dos EUA e embarcado para outra viagem 10 dias após o retorno”³².

Quarentena ganhou força e se tornou um termo produtivo, inclusive ampliando o léxico da língua portuguesa. É o que se vê com o surgimento de uma palavra nova criada pelo processo de derivação: *quarentener*. Empregada como substantivo, refere-se às pessoas que estão cumprindo a medida restritiva de **ficar em casa** neste período, e, em tom de brincadeira, é utilizada para nomear perfis nas redes sociais e para caracterizar os estilos de “personagens” ou os diferentes modos como as pessoas estão vivendo a jornada da pandemia, como no título do teste: “Que tipo de *quarentener* é você?”³³.

No Brasil, a polarização político-partidária que se intensificou em meio à crise sanitária estendeu-se ao campo das disputas pelas palavras e pelos sentidos acerca da doença pandêmica, da saúde da população brasileira e da economia do país. Nesse contexto, o neologismo *quarenteners* emerge em oposição a outro: *cloroquiners*³⁴, derivado de **cloroquina**. O acréscimo do sufixo -er, no português, remete ao significado “aquele que, ou aquilo que”. Há

²⁹ Idem.

³⁰ Disponível em: <https://agencia.fapesp.br/sonhos-podem-revelar-como-esta-o-processo-de-adaptacao-ao-novo-normal/33380/>. Acesso em: 17/10/2020.

³¹ Disponível em: <https://www.grandepremio.com.br/motogp/noticias/arbolino-voa-com-doente-por-covid-19-e-perde-gp-de-aragao-por-quarentena-obrigatoria/>. Acesso em: 17/10/2020.

³² Disponível em: <https://noticias.r7.com/internacional/ex-premie-do-r-unido-teria-furado-quarentena-obrigatoria-diz-jornal-18102020>. Acesso em: 17/10/2020

³³ Disponível em: <https://www.uol.com.br/universa/quiz/2020/05/19/que-quarentener-e-voce.htm>. Acesso em: 18/10/2020.

³⁴ Disponível em: <https://www.diariodaregio.com.br/cidades/2020/05/1193621-pandemia-do-coronavirus-traz-a-tons-novas-palavras-e-terminos.html>. Acesso em: 18/10/2020.

recorrência também do termo *quarenteners* como adjetivo na expressão “bebês quarenteners”, que designa os que estão nascendo nesse período de pandemia, fazendo referência à capacidade de resiliência e adaptação dos seres humanos.

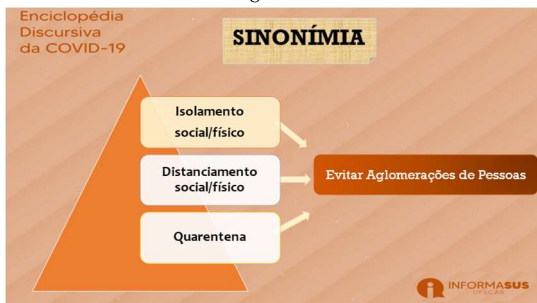
Nos discursos divulgados nas mídias e redes sociais brasileiras, ser um *quarentener* ou um *cloroquiner* é se posicionar na arena de embates de sentidos evocados pela polarização da pandemia da COVID-19. Esses termos categorizam as pessoas em dois grupos distintos: os que acreditam no poder letal do vírus e são adeptos de medidas restritivas, como isolamento, distanciamento e **quarentena**; e os negacionistas da letalidade do vírus, que defendem o uso da cloroquina no tratamento do coronavírus, apesar da falta de comprovação científica quanto à eficácia da droga.

Pelo histórico do termo **quarentena**, é possível compreender, por um lado, como a língua, diante da necessidade de expressar novas realidades, movimenta-se sem obedecer a fronteiras ou regras e, por outro lado, como as instituições midiáticas, assim como as redes sociais deste tempo presente, conseguem impulsionar ainda mais esse movimento de significação simbólica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

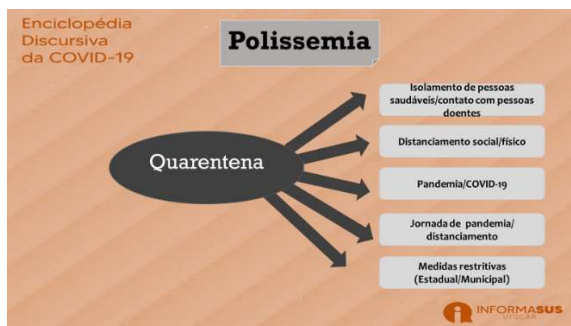
Constatamos que é muito comum, nas interações cotidianas, como nos textos que circulam em plataformas *online* dos mais variados gêneros, os enunciadores usarem indistintamente isolamento social/físico, distanciamento social/físico e quarentena. No processo de sinonímia, há vários significantes com um mesmo significado e, nesse caso, tais significantes convergem para o sentido que agrupamos como medidas protetivas e restritivas para evitar aglomerações de pessoas, para conter a disseminação do vírus SARS-Cov-2, que é o causador da COVID-19, conforme esquematizamos a seguir:

Figura 5³⁵



Por outro lado, o significante quarentena que já possuía o significado científico (isolar pessoas saudáveis que tiveram contato com indivíduos infectados ou que estiveram em áreas endêmicas) adquire, no contexto da pandemia da COVID-19, múltiplos significados como apontamos e sintetizamos abaixo (Figura 6) , caracterizando-se como uma palavra polissêmica.

Figura 6³⁶



Nosso estudo reforça a tese da fluidez da língua. Em tempos totalmente atípicos como esses marcados pela pandemia da COVID-19, quando muito se ouve falar sobre doença e saúde, um léxico totalmente novo começa a circular nos noticiários e os sujeitos, diante da necessidade de expressar novas realidades, movimentam a língua e os sentidos. E a presença de um determinado significante/significado (e não outro) pode indicar produção de

³⁵ Esquema elaborado pelas autoras para a apresentação no YouTube no canal do InformaSUS.

³⁶ Esquema elaborado pelas autoras para a apresentação no YouTube no canal do InformaSUS.

sentidos diferentes e a inscrição de sujeitos em uma dada posição ideológica e política.

REFERÊNCIAS

- Enciclopédia Discursiva da COVID-19*. Disponível em <https://www.informasus.ufscar.br/enciclopedia-discursiva-da-covid-19/>. Acesso em 20 dez. 2020.
- KOOGAN, A. & HOUAISS, A. *Enciclopédia e dicionário ilustrado*. 3 ed. Rio de Janeiro: Seifer, 1998.
- MAINGUENEAU, D. *Cenas da Enunciação*. Trad. Sírio Possenti e Maria Cecília Pérez de Souza-e- Silva et al. São Paulo: Parábola, 2008.
- MAINGUENEAU, D. *Discurso e análise do discurso*. Trad. Sírio Possenti. São Paulo: Parábola, 2015.
- ORLANDI, E. *Discurso e texto: produção e circulação dos sentidos*. Campinas: Editora Pontes, 2012.
- PÊCHEUX, M. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas: Ed. da Unicamp, 2009 [1975].
- PÊCHEUX, M. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. Campinas: Pontes, 2006 [1983].
- SANTOS, Iris Almeida dos. & NASCIMENTO, Wanderson Flor do. As medidas de quarentena humana na saúde pública: aspectos bioéticos. *Revista Bioethikos* - Centro Universitário São Camilo. Disponível em: <https://saocamilo-sp.br/assets/artigo/bioethikos/155563/A05.pd>.
- TOMAZ, R. Feminismo, maternidade e mídia: relações historicamente estreitas em revisão. *Galaxia* (São Paulo, Online), n. 29, 2015, p. 155-166.

CAPÍTULO 4

CONTRADIÇÃO, "MALABARISMO" E OS ESTEREÓTIPOS FEMININOS NA PANDEMIA¹

Julia Lourenço
Tamires Bonani Conti

O corpo, com base em uma perspectiva linguístico-discursiva, somente pode ser apreendido dos "preenchimentos semânticos de valoração axiológica e ideológica de valores", como modo recorrente de dizer (Discini, 2018, p. 119). A corporalidade do sujeito só é apreensível, portanto, por meio das marcas que deixa na materialidade, isto é, enquanto linguagem em funcionamento que produz os efeitos ligados à historicidade. No contexto de pandemia, este corpo, individual e coletivo, é narrativizado de variadas formas, construindo os variados pontos de vista enquanto posicionamento em um dado contexto histórico, político e social.

Os efeitos da relação entre o corpo e a linguagem participam tanto na construção dos sentidos quanto determinam o próprio sujeito do/no discurso. Quando produzimos textos², estamos, de modo geral, (re)construindo modos de percepção do mundo, ou seja, perspectivas específicas sobre os variados temas que participam do nosso cotidiano. Nas teorias do discurso, não apenas essa visão de mundo pode ser apreendida na materialidade da língua, mas também a própria compreensão de sujeito.

A língua em uso, com base nessa perspectiva teórica, é então a única capaz de ancorar determinada compreensão sobre o modo como habitamos,

¹ Nosso agradecimento às pesquisadoras Sidnay Fernandes, Terezinha Almeida e Lígia de Araújo pela atenta e riquíssima leitura crítica realizada em nosso capítulo. Suas contribuições foram imprescindíveis para esta versão final.

² "Halliday e Hasan definiram o texto como uma unidade de uso da língua em uma situação de interação e como uma unidade semântica: 'Um texto é mais bem pensado não como uma unidade gramatical, mas antes como uma unidade de tipo diferente: uma unidade semântica. A unidade que o texto tem é uma unidade de sentido em contexto, uma textura que expressa o fato de que ele se relaciona como um todo com o ambiente no qual está inserido' (1976: 293)". (Charaudeau; Maingueneau, 2008, p. 467, grifos dos autores).

agimos e discursivizamos o caos do mundo no contexto pandêmico. Alguns questionamentos podem, por exemplo, expor essas fissuras: como o tema *pandemia* é construído pela mídia hegemônica? Como as escolas e universidades têm debatido a questão? O que revistas especializadas – em economia, saúde, sociologia etc. – têm destacado como relevante neste cenário? Como as redes sociais são usadas pelos sujeitos?

Os modos de abordagem de um tema geral expõem, portanto, as formas como ele é discursivizado, ou seja, com que palavras e expressões ele é concretizado. Da perspectiva das teorias discursivas, a maneira como os temas são vinculados à língua determina de modo próprio a compreensão de sujeito, este que só pode ser capturado no entremeio da sua relação com a língua e, também, com a história.

De um lado, de uma perspectiva linguística, "todo problema que lide com a significação é, em certo sentido, 'semântico'" (Bechara, 2009, p. 318), de outro, discursivamente, o significado dos enunciados está ancorado em uma temporalidade e um espaço dados, que influenciam diretamente nos modos de leitura e interpretação. É no espaço de significação das redes sociais digitais que procuramos analisar os processos de subjetivação do sujeito *mulher*³, observando como ele é definido no contexto da pandemia.

À semântica "cabe a descrição da função, e, uma vez atribuído um valor para a variável, o estabelecimento das relações semânticas" (Pires de Oliveira; Basso, 2007, p. 7). Abordada discursivamente, a semântica se define como "a análise científica dos processos característicos de uma formação discursiva, [...] que leva em consideração o elo que liga os processos às condições nas quais o discurso é produzido" (Haroche; Pêcheux; Henry 2007). É, portanto, com base na enunciação enunciada, que a subjetividade – bem como a formação discursiva – pode ser capturada.

Na escolha sintagmática incide determinado paradigma, se considerarmos os temas como "conjunto de possibilidades atestadas em uma situação histórica" (Guilhaumou; Maldidier, 1994, p. 164-165). Enquanto fio

³ As questões de gênero não são plenamente abordadas neste texto, porém, compreendemos, na esteira de Butler (2003, p. 46), que "ao postular o 'sexo' como 'causa' das experiências sexuais, do comportamento e do desejo a produção tática da categorização descontínua e binária do sexo oculta os objetivos estratégicos do próprio aparato de produção".

condutor, o trajeto temático, concretizado por figuras⁴ específicas, remonta ao modo como o acontecimento discursivo, inscrito na história, pode ser analisado (Haroche; Pêcheux; Henry, 2007).

De acordo com Pêcheux (2007, p. 26), a semântica é "susceptível de descrever cientificamente uma formação discursiva, assim como as condições de passagem de uma formação à outra", na medida em que analisa os "processos, administrando a organização dos termos em uma sequência discursiva".

Neste capítulo, abordamos os processos discursivos em torno da contradição que, historicamente, permeiam a narratividade de vida das mulheres e que, no contexto da pandemia ficaram ainda mais evidentes. Afetadas de modos diferentes não só pelas questões de gênero, mas também por outras variáveis, como raça e classe⁵, as mulheres no contexto da pandemia passaram a ocupar cada vez mais determinado protagonismo social, na medida em que se encarregaram com ainda mais funções, tanto no ambiente familiar quanto no espaço social.

Com base na análise do discurso francesa, analisamos os processos discursivos depreendidos do recorte de corpus que foi feito na rede social Instagram, tanto por meio do uso da *hashtag* #mulheresnapandemia, quanto em capturas de tela que estabelecem uma relação interdiscursiva com este primeiro recorte. O período considerado compreende 10/09/2021a 22/09/2021.

Este recorte é considerado como representativo da maneira como o tema geral *mulheres na pandemia*, muitas vezes transformado e circulado como *hashtag*, é tratado no microcosmo desta rede social. Consideramos este conjunto de enunciados como uma totalidade, isto é, com base neles, aventamos a possibilidade de abordagem do macrocosmo: o contexto político e social no qual foram produzidos.

⁴ "As figuras remetem a elementos de um mundo natural, real ou ficcional, que podem ser percebidos pelos sentidos: pedra, menino, luar, voar. Já os temas remetem a elementos que organizam, categorizam e ordenam a realidade percebida: hostilidade, ingenuidade, imaginar, idealizar, sentir-se feliz (Fiorin, 2004). Compreendemos, ainda, que a "[...] disseminação discursiva dos temas e a figurativização são tarefas do sujeito da enunciação, que assim provê seu discurso de coerência semântica e cria efeitos de realidade, garantindo a relação entre mundo e discurso" (Barros, 2001, p. 113).

⁵ Consultar Crenshaw 2002; Hill Collins, 2013 sobre o conceito de interseccionalidade.

Dessa maneira, as diversas formas de designação (instaladas no paradigma) são compreendidas na esteira de Zoppi-Fontana (2003) como "relações de referência instáveis, produzidas pelo entrecruzamento de diferentes posições de sujeito" (p. 250), pensadas na sua textualidade (na cadeia sintagmática). Interessa-nos, especificamente, as formas de designar os sujeitos, pois elas são

um observatório privilegiado para a análise dos efeitos da contradição entre posições de sujeito que afetam o sujeito do discurso no acontecimento enunciativo em que se materializa linguisticamente sua formulação. Elas sinalizam os pontos de ruptura/desestabilização referencial, nos quais a própria identidade do sujeito do discurso (que nomeia/nomeado) oscila, suspendendo os efeitos de evidência do sujeito e do sentido. (Zoppi-Fontana, 2003, p. 252)

Destacamos no corpus analisado - entre outras possibilidades de leitura e análise - duas formas de designar as mulheres em tempos de pandemia: a da sobrecarga e a do heroísmo, enquanto subtemas da representação do papel social *mulher* no contexto da pandemia. Destacamos, sobretudo, que os efeitos de sentido derivam não da aparente contradição, mas também da relação de causalidade que é estabelecida entre eles.

Historicamente encarregadas das funções relacionadas ao cuidado, as mulheres foram ainda mais exploradas como força de trabalho para manter o sistema capitalista no qual vivemos devidamente funcionando durante a pandemia. Elas permaneceram mantendo o "lar" devidamente organizado para que o trabalho, que agora é desempenhado no ambiente doméstico, possa ser plenamente desenvolvido. Silvia Federici (2017) e muitas outras já abordaram a questão, destrinchando a relação entre capitalismo e patriarcado.

Sublinhamos quatro sequências discursivas do corpus, divididas em subgrupos. Nelas, alguns lexemas foram enfatizados: de um lado, "heroína" e "coragem"; de outro, "sobrecarregadas" e "socorro". Essas designações, estabelecidas no processo de contradição, expõem o entremeio no qual as mulheres são historicamente situadas e que ficou ainda mais evidente no contexto da pandemia. Observemos:



Figura 1



Figura 2

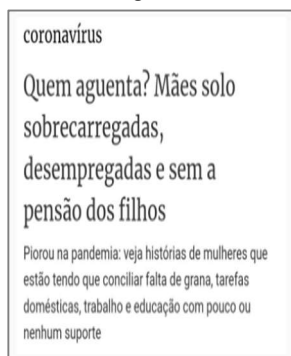


Figura 3



Figura 4

1. Cris Linhares convida todas as **heroínas** para uma semana de terapia coletiva
2. **Coragem** contra a crise
3. Quem aguenta? mães solo, **sobrecarregadas** e sem pensão dos filhos
4. **Socorro!!!** Um ano de pandemia e parece que só piorou!

Ao apresentar tais enunciados, temos como objetivo mostrar os embates que se estabelecem com base na discursivização da ideologia na abordagem sobre o tema *mulheres na pandemia*. Por meio das relações interdiscursivas estabelecidas é possível interpretar o tema que se desenvolve a

partir de um processo de contradição semântica e ideológica, demarcando posições diversas sobre o tema.

Se, de um lado, o termo/sema "sobrecarga" e suas derivações são usados para designar "tudo o que excede a carga normal"⁶; o termo/sema "herói/heroína" é indicado como "uma figura arquetípica, personagem modelo, que reúne, em si, os atributos necessários para superar, de forma excepcional, um determinado problema de dimensão épica". As definições dicionarizadas começam a estabelecer, no nível semântico, a oposição dos posicionamentos ideológicos.

Os processos de contradição, compreendidos na relação entre o conjunto de enunciados analisados, remonta a uma contradição interna de formações discursivas diferentes, isto é, uma ancorada na compreensão de que o peso da pandemia recai sobre as mulheres e outra que as concretiza discursivamente enquanto heroínas. Há, contudo, uma contradição interna que intensifica a gradação entre os posicionamentos.

A causalidade entre os dois lexemas cria a compreensão de que "porque sobrecarregada, heroína", isto é, o enaltecimento de que a mulher, responsável por diversas tarefas e sendo capaz de executá-las, supera os limites humanos e se coloca no espaço do divino, reforçando os estereótipos de gênero. O "malabarismo", como "manipulação dos objetos de forma harmonizada" é, portanto, nosso lugar de enunciação, este que enfatiza a pressão de que é necessário manter o equilíbrio, isto é, ser capaz de gerenciar todas as tarefas de modo plenamente satisfatório, heroico.

As funções historicamente atribuídas às mulheres, como cumprir as atividades domésticas; cuidar dos filhos (dos pais, eventualmente); trabalhar etc. – ficaram ainda mais exacerbadas no contexto da pandemia. Desde 2020, as mulheres têm feito esses "malabarismos" para superar os desafios cotidianos impostos por uma crise não só sanitária, mas política, econômica e social no Brasil.

Na figura 2, apresentada anteriormente, o enunciado "coragem contra a crise" está acompanhado de imagens de diferentes mulheres, vestidas com roupas mais sociais, ou uniformes de trabalho limpos e bem-feitos, com poses tipicamente representadas por pessoas de sucesso em capas de revistas.

⁶ Todas as definições dicionarizadas foram consultadas do dicionário Michaelis online (<https://michaelis.uol.com.br/>).

Nesse sentido, o termo “coragem” é recuperado como a única solução necessária para que mulheres se sobressaíam à crise, provavelmente por meio de algum trabalho dito “empreendedor”, como nos sugere as imagens. Nelas, as mulheres aparecem em primeiro plano, em posições de liderança, imagem repercutida pelo ideal capitalista de ser dono/dona do próprio negócio e, com isso, obter sucesso financeiro. Tal ideal, tanto de sucesso quanto de coragem, vai na contramão dos dados de desemprego, diminuição do poder de compra, fome e demais índices que ficaram ainda mais exacerbados durante a pandemia⁷.

De modo antagônico, a figura 3 traz destacado o enunciado “Quem aguenta? mães solo, **sobrecarregadas** e sem pensão dos filhos”, cuja primeira parte, uma pergunta, é respondida e, também, alimentada pela segunda. Aqui, *sobrecarregadas* vem junto de um contexto mais específico: a realidade de mães que criam seus filhos sem companheiro, muitas vezes sozinhas e sem o recurso financeiro. Tal situação precária é conhecida e, também, aumentada neste período de pandemia, em que a realidade se agrava com o desemprego, com o aumento do custo dos itens básicos, como aqueles de alimentação e higiene⁸. Além disso, a citada situação é agravada se considerarmos que muitas crianças são cuidadas, ensinadas e, ainda, alimentadas nas creches e escolas. Com essa lacuna, toda a tarefa do ensinar-aprender, entreter e alimentar é ainda mais demandada às mães, que passam a ter as tarefas domésticas multiplicadas.

É preciso, ainda, considerar que o aumento do tempo em casa sobrecarrega ainda mais as mulheres-mães, como afirma um título de reportagem: “Eles comiam no colégio, era menos uma preocupação: fechamento de escolas afeta nutrição de alunos”⁹. Sozinhas, essas mulheres

⁷ Consultar, por exemplo, o “Relatório da ONU: ano pandêmico marcado por aumento da fome no mundo”. Disponível em: <<https://www.unicef.org/brazil/comunicados-deimprensa/relatorio-da-onu-ano-pandemico-marcado-por-aumento-da-fome-no-mundo>>. Acesso em: 30 nov. 2021.

⁸ Conferir, por exemplo, a reportagem disponível em: <<https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2021/10/13/preco-dos-alimentos-sobe-no-mundo-todo-por-que-no-brasil-parece-pior.htm>>. Acesso em: 30 nov. 2021.

⁸ Conferir, por exemplo, a matéria disponível em:

⁹ Disponível em: <<https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/educalab/eles-comiam-no-colegio-era-menos-uma-preocupacao-fechamento-de-escolas-afeta-nutricao-de-alunos-1.3127033>>. Acesso em: 21 nov. 2021.

precisam fazer um verdadeiro “malabarismo”, seja físico, emocional e/ou financeiro, como adiantamos no título deste artigo.

Em meio a esse contexto de pandemia e de divisão tênue entre as barreiras físicas dos espaços de trabalho, escola e descanso/lazer, especialmente as mulheres têm a vida afetadas, uma vez que são as responsáveis primeiras por esse tipo de tarefa. Usando de humor, a figura 5, parte de nosso corpus, representa essa situação. Observemos a seguir:

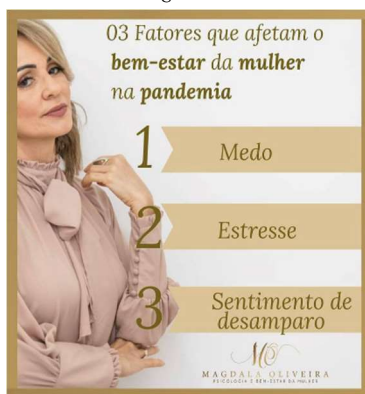
Figura 5



Na imagem citada, um meme conhecido no Brasil pela personagem “Nazaré”, apresenta a ambiguidade representativa das mulheres neste “malabarismo” que é viver em tempos de pandemia, especialmente no que concerne à maternidade: por fora, há a aparência de alegria, com sorriso, maquiagem, cabelo solto e arrumado, refletindo o padrão feminino esperado das mulheres em uma sociedade machista e patriarcal, acompanhada do enunciado “sabadou”; por “dentro”, representado por uma sobreposição de imagem, uma mulher séria, com olhos preocupados e face reflexiva, sem maquiagem e sorriso, com cabelos presos e com a frase “sou mãe”.

Assim, recupera-se a realidade de uma mulher/mãe que não tem tempo e nem espaço para o lazer, materializado pelo “sabadou”; se essa dificuldade já é histórica, amplifica-se neste contexto de pandemia. A figura 6, a seguir, apresenta também outros dados sobre essa dificuldade:

Figura 6

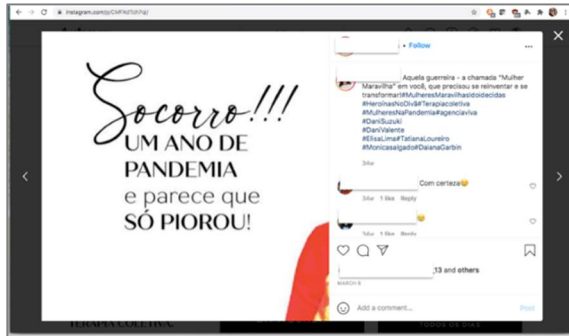


Nela, são descritos “3 fatores que afetam o **bem-estar da mulher na pandemia**”. Se anteriormente foi possível destacar os lexemas “heroína” e “coragem”, em contradição com “sobrecarregadas” e “socorro”, aqui, temos o “medo” se opondo à “coragem”, e “estresse” e o “sentimento de desamparo” corroborando “sobrecarregadas” e “socorro”.

Apesar de os lexemas apresentados na imagem terem carga semântica historicamente negativa, na imagem observamos uma mulher com aparência de bem cuidada, maquiada, e vestindo uma roupa bonita, limpa e clara, cabelos arrumados e uma pose de confiança. Aparentemente, diferente das mulheres que sofrem com os três fatores citados na pandemia, a publicação reforça um padrão feminino daquela que “depende de si” para “se empoderar”; realidade muitas vezes fora do alcance de muitas mulheres.

A seguir, apresentamos mais uma publicação que faz parte do corpus analisado em sua forma mais completa, no qual é possível identificar a contradição interna à qual fazemos referência e que se coloca na verdade na gradação. Na capa da referida postagem, lemos em formatação maior a palavra “socorro” para, em seguida, na descrição da imagem, lermos as designações “guerreira”, “Mulher Maravilha”, além das hashtag “#MulheresMaravilhasidoidecidas” (*sic*). Observemos:

Figura 7



Esses dois lugares de enunciação, analisados no conjunto dos enunciados, estabelecem a contradição das distintas compreensões sobre o papel da mulher na pandemia, porém, no nível interno, há a determinação do encadeamento tanto gradual quanto causal: as mulheres só são heroínas, pois, apesar de sobrecarregadas, são capazes de plenamente desempenhar as funções a elas atribuídas.

Apesar das mulheres, segundo a publicação analisada, pedirem "socorro", isto é, "auxílio, benefício, ajuda ou assistência a alguém que se acha em situação de perigo, desamparo", elas são as mulheres-maravilha, as heroínas, que precisaram "se reinventar e se transformar", ainda que em um ano de pandemia a situação pareça só ter piorado.

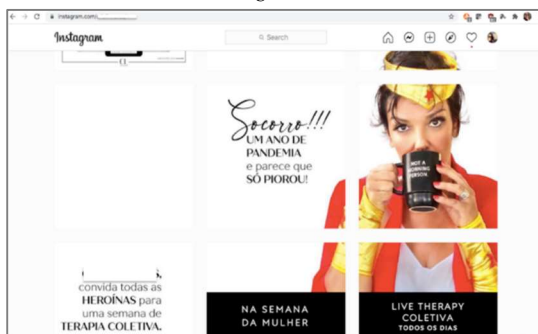
Alinhados aos excessos, tanto a sobrecarga como o heroísmo não tornam possível uma maior permeabilidade e abertura sobre a identidade das mulheres, não só neste contexto, mas nele intensificado. No movimento do sujeito do discurso na história, tais compreensões foram possíveis a partir do trajeto traçado pelas análises, que assinalam a ausência da justa medida e do equilíbrio quando as compreensões de gênero são abordadas.

Para que tais imagens possam ser compreendidas na interdiscursividade, foi necessário "um trabalho histórico e simbólico de obturação imaginária das rachaduras abertas no campo da representação do sujeito pela contradição constitutiva dos processos discursivos" (Zoppi-Fontana, 2003, p. 263). As "rachaduras abertas" no Instagram analisado permitem entrever a construção do sujeito mulher.

Esta rede social apresenta visualmente as publicações de determinado perfil em formato de mosaico, de modo que haja tanto uma publicação

individual, recorte de um todo, se vista isoladamente, quanto uma totalidade, se visualizamos o perfil com as postagens em miniaturas. Assim, arranjadas lado a lado, cada publicação pode tanto ser lida e interpretada isoladamente quanto como parte que compõe um todo, conforme observamos na imagem a seguir:

Figura 8



No centro da figura 8 está o enunciado anteriormente analisado e, agora com a visão mais ampla do perfil da usuária da rede social, é possível observar que ela, além de estabelecer os sentidos e representações de modos mais "internos", participa também da composição de certa "exterioridade". Colocada no mosaico do Instagram, ela compõe visualmente este recorte, contribuindo na representação almejada.

A heroína agora se concretiza visualmente, reforçando os estereótipos de gênero analisados nos enunciados verbais. Sua roupa reforça a ideia de heroína ao remeter à personagem Mulher Maravilha, porém, a tiara torta, estando levemente descabelada e com olhos caídos retoma o pedido de socorro, historicamente reconhecido pela sobrecarga das mulheres. Ademais, a fantasia que a mulher veste para ser capaz de cumprir as diferentes tarefas simultaneamente sinaliza a importância de que ela tenha "superpoderes".

O aparente "descuidado" consigo, a "heroína" da imagem está com as unhas feitas e usando anéis, traços marcantes do tacitamente exigido papel da mulher exemplar: ser *feminina*. Além disso, ela segura uma caneta com a estampa "not a morning person" ["não sou uma pessoa matutina"], atribuindo seu possível mau humor e aspereza, reflexos do cansaço, a um possível traço de personalidade, encarado com humor e naturalidade.

Outra imagem traz o enunciado de que a marca “convida a todas as heroínas para uma semana de **terapia coletiva**”. Assim, sem desconsiderar a promoção do evento por parte da empresa, atenuadas pela “salvação” promovida pela/na terapia, temos novamente a culpa e a solução da sobrecarga feminina recaídas somente na mulher. Dessa forma, elas devem, mais uma vez, e com mais uma tarefa – de fazer terapia –, ser responsável cuidado de si, com a finalidade de atender determinada demanda social.

Todas os lexemas usados para concretizar a imagem da mulher na pandemia e estão alinhados aos estereótipos de gênero. De acordo com Amossy, o processo de estereotipagem é "a operação que consiste em pensar o real por meio de uma representação cultural preexistente, um esquema coletivo cristalizado" (AMOSSY, 2008, p. 125). Dessa maneira, a comunidade discursiva, a partir desta valoração prévia, isto é, segundo um modelo pré-construído da categoria por ela difundida e no interior da qual ela o classifica" (*Ibidem*).

No tocante aos estereótipos, como bem aponta Amossy (1991; 2008), aparentemente estamos lidando com algo que traz memórias pré-concebidas, sempre já lá a serem usadas, mas, de maneira geral e em um senso mais comum em perspectivas negativas e que de alguma forma transformam traços mais ou menos estáveis, mais ainda em certas regularidades negativas. Ou seja, entram e saem quadras históricas e os traços negativos cumprem a função de alimentar pré-conceitos mais ou menos estabilizados - e justamente esse movimento contribui para sua estabilidade - no corpo social.

Se, por um lado, ao senso comum, fenômenos ligados a estereótipos estiveram quase sempre associados a traços de negatividade e, até mesmo, como diz Amossy (1991; 2008), considerados como evidência de banalidade, por outro lado, nos domínios mais científicos, os estereótipos foram frequentemente analisados em suas múltiplas funções nas esferas de atividade social,

O estereótipo aparece, portanto, como objeto transversal e contemporâneo nas reflexões das ciências humanas, e nem sempre tomado como algo ruim. Ele atravessa questões de opinião e de senso comum, de relações com o Outro, de categorizações, permitindo estudar as interações sociais, a relação do discurso com

o imaginário social e, mais amplamente, a relação entre língua e sociedade. (AMOSSY, 1991, p. 7¹⁰)

É o caráter mais amplo, como se vê nessa citação, qual seja, entender relação entre língua (e, também, discursos) e sociedade, que nos faz crer na hipótese de que o estereótipo parece ser uma noção-conceito bastante produtiva para a compreensão dos objetos que aqui buscamos analisar. Os papéis sociais de gênero, reiteradamente presentes no corpus analisado, corroboram o estereótipo da mulher, mãe, guerreira, corajosa, destemida, capaz, independente, incansável e heroína desta pandemia.

Com efeito, estereótipos possuem caracteres mais ou menos fixos e rígidos, que esquematizam e categorizam, dão certo padrão, a elementos simbólicos e materiais circulantes em um ambiente social. Isso se torna fundamental na inter-relação entre sujeitos ou grupos à luz cotidiana da necessidade de interação¹¹. São ainda essenciais à própria cognição, embora possa se questionar o padrão generalizante e simplificador de uma categoria tão ampla como "cognição", o que evidentemente não cabe à nossa discussão também¹².

Na dimensão da compreensão histórica, os estereótipos nos são dispostos e/ou impostos pelo que temos de modelos já existentes, já lá, já construídos, para que depositemos nossa compreensão de mundo e, mais ainda, nossa filiação identitária canalizadas nessas formas mais ou menos fixas de significar sujeitos, lugares e grupos sociais.

¹⁰ Tradução nossa do trecho original em francês: *"Le stéréotype apparaît ainsi comme un objet transversal de la réflexion contemporaine dans les sciences humaines, qui ne le prennent pas toujours en mauvaise part. Il traverse la question de l'opinion et du sens commun, du rapport à l'autre, de la catégorisation. Il permet d'étudier les interactions sociales, la relation des discours aux imaginaires sociaux et plus largement le rapport entre langage et société"*.

¹¹ A presença e a circulação na sociedade de fórmulas mais ou menos rígidas pelas quais os grupos sociais interagem, como, por exemplo, os enunciados concretos e os gêneros à luz do pensamento do círculo de Bakhtin, ou mesmo a noção de fórmula que se inicia, dentro do escopo de estudos da linguagem, nos anos 1970, com Jean-Pierre Faye e, nos anos 1980, com Michel Ebel e Pierre Fiala, todos, na França, e posteriormente com Alice Krieg-Planque, também na geografia francesa.

¹² Um trabalho discursivo que discute e problematiza a questão da cognição e outras compreensões, digamos, mais históricas e sociais, se dá nas pesquisas de Marie-Anne Paveau, sobretudo em seus estudos acerca dos pré-discursos, memória e cognição distribuídas (Ver, PAVEAU, 2013).

Do homem ao sujeito, passando por diversas instâncias, buscamos a previsibilidade e o padrão de repetição, aos quais ajustamos nosso comportamento no tocante ao papel da mulher no contexto da pandemia. Assim, ao se pesquisar mais aspectos na teoria de estereótipo, como advoga Amossy, o conceito se revitaliza e passa a operar para explicar variados fenômenos, principalmente de cunho social.

É interessante observar que os sentidos e predicções discursivas dadas à mulher nos recortes analisados, circulam ou parecem circular nos mesmos trilhos interdiscursivos, formando, portanto, matrizes ideológicas nas formações discursivas de ambos de forma muito similar. Tão similares que os pré-construídos, dados em estereótipos, são praticamente os mesmos, ditos em processos discursivos que lançam mão de formulações linguísticas distintas, mas que formam perfeitamente uma relação de equivalência. Um sistema de evidências - aceitas e experimentadas - e uma identificação entre os discursos e as formações que os dominam.

Dessa forma, com base no exposto no decorrer deste capítulo, esperamos ter conseguido mostrar as diferentes contradições e os "malabarismo" praticados pelas mulheres brasileiras em tempos de pandemia. Ocupando variadas linhas de frente desta pandemia, as mulheres, conforme os enunciados analisados, são cada vez mais tematizadas e figurativizadas nos quadros dos estereótipos de gênero, contra os quais historicamente lutam para se desvencilhar.

REFERÊNCIAS

- AMOSSY, Ruth. *Les idées reçues: semiologie du stéréotype*. Paris: Éditions Nathan, 1991.
- AMOSSY, Ruth. (Org.). *As imagens de si no discurso: a construção do ethos*. São Paulo: Contexto, 2008.
- BARROS, Diana Luz Pessoa. *Teoria do discurso: Fundamentos semióticos*. 3. ed. São Paulo: Humanitas/FLLCH/USP, 2001
- Bechara, Evanildo. *Moderna gramática da Língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Editora Fronteira, 2009.

- Butler, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Trad. Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. *Dicionário de Análise do discurso*. São Paulo: Contexto, 2008.
- COLLINS, Patricia Hill. *Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento*. Trad. Natália Luchini. Seminário Teoria Feminista. Cebrap, 2013 [1990].
- CREENSHAW, Kimberlé. *Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero*. In: Estudos Feministas, 10 (1), 2002, p. 171-188.
- DISCINI, Norma. *O estilo e o ator da enunciação*. Greimas na contemporaneidade. In: Estudos Semióticos 14 (1), 2018, p. 117-132.
- FEDERICI, Silvia. *Calibã e a bruxa*. Mulheres, corpo e acumulação primitiva. Trad. Coletivo Sycorax. São Paulo: Editora Elefante, 2017.
- FIORIN, José Luiz. *Linguagem e ideologia*. São Paulo: Editora Ática, 2004.
- HAROCHE, Claudine; PÊCHEUX, Michel; HENRY, Paul. *A Semântica e o Corte Saussuriano: Língua, Linguagem, Discurso*. A semântica e o corte saussuriano: língua, linguagem, discurso. Trad. Roberto Baronas e Fábio Montanheiro. In: BARONAS, Roberto. (org.). *Análise do discurso: apontamentos para uma história da noção-conceito de formação discursiva*. São Carlos: Pedro & João Editores, 2007 [1971], p. 13-32.
- GUILHAUMOU, Jacques; MALDIDIER, Denise. *Effets de l'archive*. In: GUILHAUMOU, Jacques *et al.* *Discours et archive: experimentations en analyse du discours*. Liège: Mardaga, 1994. p. 91-111.
- PECHEUX, M. *A semântica e o corte saussuriano: língua, linguagem, discurso*. Tradução brasileira de Roberto Leiser Baronas e Fábio César Montanheiro. In: BARONAS, R. L. *Análise do discurso*:

apontamentos para uma história da noção- conceito de formação discursiva. São Carlos: Pedro & João Editores, 2007. p.13- 32.

PIRES DE OLIVEIRA, Roberta; BASSO, Renato Miguel. A Semântica, a pragmática e os seus mistérios. In: *Revista Virtual de Estudos da Linguagem – ReVEL*. V. 5, n. 8, março de 2007.

ZOPPI-FONTANA, Mónica. *Identities (in)formais*: contradição, processo de designação e subjetivação na diferença. In: *Organon* v. 17 n. 35, 2003.

CAPÍTULO 5

“PRECISO COMER”¹: prostituição e pandemia²

Gleice Alcântara
Jorcemara Cardoso

A DIFÍCIL ARTE DE COMEÇAR: CORPOS E SUJEITOS INVISÍVEIS

O investimento social sobre a prostituição, espaço fluído de práticas sociais e sexuais, centrou-se muito mais na construção de um fantasma, que nos perseguiu a nós mulheres por muitas décadas, do que sobre o espaço geográfico da zona do meretrício e sobre as meretrizes empiricamente consideradas. A escassez de estatísticas sobre o número de bordéis, casas de tolerância, rendez-vous, ou de prostitutas, cafetinas, gigolôs e fregueses na cidade é eloquente. Aliás, uma das grandes dificuldades que encontrei para a realização desta tese foi a precariedade de informações disponíveis e o tipo de fonte que pude contar. Concluo, então, que as prostitutas nunca foram importantes para a sociedade, a não ser num sentido muito específico, que todos conhecem: garantir a ordem na desordem das paixões, sem muita publicidade. (RAGO, 1990, p. 12)

¹ Para tentar iniciar essa escrita, tomamos de empréstimo para dar nome a esse capítulo parte da narrativa de uma Mulher trans de 39 anos, em contexto da pandemia. Tal gesto implica uma opção discursiva, feminista e militante, para problematizar, no âmbito da linguagem, uma ética linguageira do cuidado para falar da(s) morte(s), não no sentido de criar a dor e nem aumentá-las, ao contrário disso, assumimos como premissa a criação e consolidação de espaços de escutas e escritas sensíveis que possibilitem a reflexão sobre as perdas que sujeitos invisibilizados vivenciam diariamente, por meio de violências/ dores simbólicas e físicas que mata, romantiza e gourmetiza suas existências. (“Terei que aceitar se entrar 20 ou 30 reais e voltar para casa, preciso comer. Compro uma bandeja de frango temperada, alguns legumes, e sobrevivo”. Disponível em: <https://projetcocolabora.com.br/ods8/prostituicao-e-pandemia-terei-que-aceitar-20-ou-30-reais-preciso-comer/>)

² Gostaríamos de agradecer a leitura atenta e as contribuições pertinentes dos colegas Mariana Guidetti Rosa e Carlos Alexandre Molina Noccioli.

O que procuro é tentar mostrar como as relações de poder podem passar materialmente na própria espessura dos corpos sem ter de ser substituídas pela representação dos sujeitos. Se o poder atinge o corpo, não é porque ele foi inicialmente interiorizado na consciência das pessoas. Há uma rede de biopoder, de soma do poder que é ela mesma, uma rede a partir da qual nasce a sexualidade como fenômeno histórico e cultural no interior do qual ao mesmo tempo, nós nos reconhecemos e nos perdemos. (FOUCAULT, 2014, p. 37)

A experiência testemunhal de viver na conjuntura pandêmica da COVID-19 tem nos colocado questões de inúmeras ordens e gerado novos percursos existenciais e, por conseguinte, de formulação, produção e circulação de conhecimentos, estes, materializados e postos a ler por meio de uma enunciação corpórea feita, agora, também, de nossos espaços privados e manifestos no espaço público, através de diferentes dispositivos tecnológicos. Tal movimento de aceleração de processos que já estavam em curso, se instalou em todos os campos e práticas discursivas. Essa “nova ordem discursiva” ou “novo normal”³, instalada durante o ano de 2020, fez com que a população mundial fosse colocada em meio ao olho de um furacão chamado por diferentes nomes, assim como fazia referência a uma problemática que passaria a ser global: a emergência de uma pandemia e, com ela, o agravamento de outros problemas sociais.

Nesse ambiente de incertezas e de dor envoltos num turbilhão de emoções, de mudanças de práticas, provocados por uma crise sanitária sem precedentes, alguns de nós nos questionamos diariamente, como sujeitos viventes: que contribuição tirar dessa experiência traumática e de tanta dor? Que mundo construir pós-COVID-19? Mais especificamente como pesquisadoras do discurso, no emaranhamento entre o público e o privado, nos colocamos uma pergunta: qual o nosso lugar, enquanto sujeitos e estudiosas da linguagem/analistas de discurso nesta vida real, de mortes físicas e simbólicas que acontecem diariamente, ali, do lado de fora de nossas salas de aulas,

³ Para saber mais sobre esse assunto, indicamos a leitura de “Novo Normal”, disponível em: <<https://www.informasus.ufscar.br/novo-normal/>>.

quartos, escritórios e grupos de estudos, que nos escancaram uma lógica de exclusão e de silenciamento de sujeitos tornados (in)visíveis?

Dito isso, no bojo desse *carrefour* pandêmico, esta escrita nasce como uma das tantas formas do dizer e coloca em evidência a escrita de sujeitos de linguagem que “têm o direito de definir suas próprias realidades, estabelecer suas próprias identidades, de nomear suas histórias” (HOOKS, 1989, p.42, apud KILOMBA, 2019, p. 28). Tomamos o ato da escrita como um ato político, um ato de decolonização do olhar, este entendido como um gesto epistêmico reconstrutivo que procura reivindicar e mudar a geografia da razão e do conhecimento, alinhada àquilo que Alcoff (2016) denomina como *uma epistemologia para a próxima revolução*. Ademais, uma escrita que procura dar visibilidade a práticas e modos de existências da vida de sujeitos que a pandemia impactou, vidas e questões urgentes que foram alijadas por séculos e escancaradas durante a crise sanitária da SARS-CoV-2, tanto dentro da geografia brasileira quanto fora dela.

Para Husson (2017), assentada em trabalhos como de Marie-Anne Paveau e Joan Tronto, precisamos caminhar em direção a uma linguística do cuidado, uma linguística do afeto, que nos dê condições de perceber o funcionamento de novas ordens languageiras produzida por sujeitos que, historicamente invisibilizados, forjam suas falas nas rachaduras da história. Sem prescindir das relações de raça, classe social e da complexidade que atravessa o gênero, as novas epistemologias feministas decoloniais nos chamam para pensar a ética do cuidado, numa outra voz que ordene a vida, rompendo com os engendramentos de uma lente masculina, heteronormativa, cisgênera, branca (ou embranquecida), de classe social privilegiada. Uma linguística que dialogue com outros campos e que pense na língua/linguagem que não está na “ordem do dia”, que pense na forma como os sujeitos invisibilizados socialmente se apropriam da linguagem para produzir com ela não somente uma outra narrativa sobre si, mas outro vocabulário e outros sentidos para que suas histórias adentrem na ordem do visível.

Nessa direção, a partir das lentes da linguagem, mais especificamente das ferramentas do discurso, que concebe o sujeito não como individual, mas construído sócio-historicamente, assim como sob uma visada de uma ética languageira do cuidado (HUSSON, 2017), nosso propósito neste texto consiste

em glosar sobre e com os corpos (*in*)visíveis de sujeitos da/na prostituição em contexto da pandemia da COVID 19⁴.

Para realizar tal gesto, a escrita deste capítulo assume o objetivo de mostrar o funcionamento linguístico-discursivo de duas cartilhas online elaboradas por coletivos de mulheres trabalhadoras do sexo, produzidas na/sobre a pandemia. Ademais, a partir disso, evidenciar as possibilidades de invenções de novos modos de existência construídos por meio das práticas linguageiras que essas mulheres constroem e que nos mostram a construção de redes de afeto e (auto)cuidado no contexto pandêmico.

Para tanto, elegemos como arcabouço teórico-metodológico os basilares da Análise de Discurso em diálogos com estudos de Dominique Maingueneau (2010a; 2010b) sobre a paratopia, mais especificamente o conceito de atopia; com as reflexões de Michel Foucault (2000), para pensar as relações de poder e saber e os modos de agenciamento do discurso da prostituição; e com os trabalhos de Marie-Anne Paveau (2015; 2021) e Anne-Charlotte Husson (2017; 2018), no que diz respeito à ética do cuidado nos estudos linguísticos do discurso.

⁴ Os dados que traremos, especialmente na seção “Considerações sobre o objeto”, foram levantados a partir de uma busca configurada entre março de 2020 a janeiro de 2021 na plataforma Google, com a seguinte entrada de busca: “prostitutas e pandemia”. Consideramos as cinco primeiras páginas, cerca de 50 notícias que vão desde notícias veiculadas em jornais regionais, jornais de visualização nacional a boletins de notícias da Faculdade de Saúde Pública da USP. Após o recorte, o tal *corpus* tornou-se nosso *corpus* auxiliar e nos ajudou a compreender de uma forma mais vertical o *corpus* principal. Disponível em: https://www.google.com/search?q=prostitutas+e+pandemia&rlz=1C1ONGR_deDE931DE931&ei=OMO9YbeWI8767_UPhOT0Aw&ved=0ahUKEwi3ktjgnO30AhVO_bsIHYfxBMoQ4dUDCA4&uact=5&oq=prostitutas+e+pandemia&gs_lcp=Cgdn3Mtd2l6EAMyBggAEBYQHkoFCDwSATFKBAhBGAFKBAhGGABQ3QFYog1gkxBoAXAAeACAAX2IAckBkgEDMS4xmAEAoAEBwAEB&scient=gws-wiz.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE A “INFLAÇÃO DISCURSIVA” E OS REGIMES DE PODER SOBRE A SEXUALIDADE E, POR SUA VEZ, DA *PORNÉ*⁵

Os dizeres de Michel Foucault em entrevista “As relações de poder passam para o interior dos corpos” (1977) retomavam algumas considerações feitas em sua aula inaugural intitulada “A ordem do Discurso”, no Collège de France, em 1970, na qual apontava para algumas de suas reflexões iniciais a respeito de uma espécie de história da sexualidade. O filósofo francês chamava a atenção para a não possibilidade de uma homogeneidade do discurso da sexualidade, cuja existência, há séculos, se apresenta cercado de regimes de interdição, silenciamento, exclusão.

Tais regimes, segundo o autor, não são operados igualmente para todos os discursos que circulam nas sociedades. Sociedades essas que, desde o Império Romano, são regidas sob a égide das injunções da moralidade normativa. Entretanto, como o próprio filósofo destaca, na mesma entrevista, é preciso uma reelaboração da teoria do poder para o estudo a se fazer sobre “A História da Sexualidade”, o que se deu a partir de seus estudos no tocante às prisões. Tal reelaboração consistiu em considerar um poder que não operasse exclusivamente no sentido tradicional, como um mecanismo jurídico, o qual pune, proíbe, interdita, exclui, silencia, mas um poder que opera também no sentido da técnica, por meio de estratégias e táticas, enfim, pensar uma teoria do poder enquanto uma tecnologia que move a engrenagem do corpo social e individual distribuídos no espaço social.

Ao longo das problematizações produzidas por Foucault sobre a densidade histórica do dispositivo da sexualidade - o conjunto das regras, dos deveres, das proibições, dos fantasmas, das interdições - o filósofo francês destaca que diferentemente da interdição de outros discursos, os interditos a respeito da sexualidade estão associados à obrigatoriedade do dizer a verdade sobre si, contudo, o discurso da “decência das palavras”, construído

⁵ O pornográfico ou a prostituição reformada, 1769, trata do controle da prostituição pelo Estado. De fato, *porné*, em grego antigo, designa a prostituta. O derivado pornografia foi construído no início do século XIX. Progressivamente, a referência a prostituição desapareceu e pornografia veio a designar qualquer representação de coisas obscenas (MAINGUENEAU, 2010, p.13). Faremos uso em alguns momentos no texto do termo *porné*, no sentido do grego antigo.

especialmente a partir do século XVII, “limpa os discursos” (FOUCAULT, 1988). Para isso, o cristianismo teve um papel importante na instalação de técnicas de interiorização, da tomada de consciência, da sexualidade, com a finalidade não restrita ao ato de proibir, mas, principalmente, no de estabelecer uma série de procedimentos e técnicas de produção de indivíduos. No que diz respeito à sexualidade, a produção abundante de discursos não teve o caráter central voltado à interdição e à exclusão de forma explícita, uma vez que o *modus operandi* foi o da implementação de técnicas de produção de saberes e de poderes para organizar, disciplinar o sujeito, seu corpo e sua sexualidade: Desse modo, a sexualidade falada não era a da liberdade dos corpos, mas sim de sua disciplinaridade. Mais adiante falaremos mais sobre essa questão.

Na esteira dessas discussões e aproximando-as das reflexões apresentadas por Dominique Maingueneau (2010), a respeito da complexidade e das divergências que envolvem o regime discursivo da produção pornográfica, o discursivista francês coloca que se faz necessário entender as regras de funcionamento dessa superprodução de saber teórico sobre a pornografia, cuja existência emerge em “um conjunto diversificado de práticas semióticas restritas, com finalidade social, inscritas na história, distribuídas em tipos e em gêneros associados a determinados suportes e a determinados modos de circulação” (ibidem, p. 25). Todavia, a inserção dessa imensa produção, assim como dos corpos dos sujeitos do *porné* no espaço social, ainda hoje é problemática, pois o julgamento moral sobre a “pornografia” e, principalmente, dos sujeitos da/na prostituição, instaura uma fronteira que divide, hierarquiza esses “corpos pornográficos” à clandestinidade e aos espaços indesejados da cidade.

Em decorrência desse caráter de legitimidade e não legitimidade, torna-se complexo, como bem destacou Foucault (2014), dar a ver uma unicidade ao discurso da/sobre a sexualidade, dada a complexidade e os arranjos do dispositivo da sexualidade. Maingueneau afirma (2010b) que diferente de outros tipos de textos, no que concerne a pornografia, a censura é universalmente radical, pois todos os tipos de regimes políticos e de poder demarcam uma linha que separa o aceitável e o inaceitável, em matéria de representação da sexualidade. À luz do que é e do que não é aceitável, o que pode e o que não pode circular, Maingueneau diz que “não podemos nos contentar em opor, como se fossem dois blocos compactos, os discursos que

pertenceriam plenamente à sociedade e os discursos que seriam proibidos, ou tolerados, desde que permanecessem na sombra.” (2010a. p. 23).

No quadro teórico proposto para problematização do discurso literário da pornografia, o discursivista francês retoma algumas considerações elaboradas a partir das reflexões sobre o discurso literário como discurso constituinte (MAINGUENEAU, 2018), mais especificamente o conceito de paratopia. Conforme os postulados maingueneanos (2010a; 2010b), a respeito dos discursos que são aceitos ou reconhecidos pela sociedade, estão os discursos tópicos e os discursos paratópicos. Os paratópicos (religioso, científico, filosófico, literário) garantem os demais discursos (os tópicos), visto que devem se localizar ao mesmo tempo na e fora da sociedade. Dito de forma diferente, os discursos paratópicos participam da sociedade, pois fazem fronteira com o indizível e o Absoluto, seus falantes mais notáveis são impulsionados por uma força transcendente, logo, são discursos e sujeitos do discurso autorizados à existência e dignos de participação do/no espaço citadino.

Por sua vez, a literatura pornográfica atua em outra região fronteira da sociedade. Dito de outro modo, enquanto os discursos paratópicos e seus enunciadores têm o pleno direito de existência e de participar efetivamente da sociedade, a pornografia e os sujeitos do *porné* não têm o mesmo direito à cidadania, não são aceitos pela cidade, por conseguinte, não têm lugar para existir como *sujeitos da polis*. Tal qual outras práticas atestadas que se esgueiram pelas gretas do espaço social (missas negras, candomblé, palavrões e tantas outras práticas de linguagens amplamente atestadas), os discursos da pornografia é silenciado, escondido, reservado, mesmo sendo objeto de saberes atestados e sabidos por todos, o funcionamento deles é a de um existir e viver “debaixo do pano” (MAINGUENEAU, 2010 b, p. 167).

Nesse sentido, o discurso pornográfico convive com uma dualidade que lhe é constitutiva: é impossível existir (clandestina, parasita, nômade, ocultada/ ordem na norma) e, ao mesmo tempo, é impossível a sua não existência (massivamente atestada pela proliferação de enunciados que circulam/ ordem do fato). Essa existência e pertencimento problemáticos levou Maingueneau a propor a categoria de atopia, referindo-se a esse lugar fronteiro que não é reconhecido oficialmente para estar na cidade “idealmente, a sociedade não tem obrigação de saber que ela existe, tampouco de conceder-lhe um lugar e jamais haverá de erigir uma estátua a seus autores” (ibidem, p. 166).

É importante reiterar que o *porné* atende a regimes políticos e morais que traçam uma linha de segregação, cujo sistema de vigilância e controle dos corpos dos sujeitos desse discurso age em todas as ordens, algo que pode ser notado não apenas nas práticas linguageiras produzidas (por e sobre esses sujeitos), mas na parte arquitetônica e urbanística que distribui os espaços e lugares de existência desses corpos, como, por exemplo, a localização dos motéis, dos *Sex Shop*, dos bordéis, dos pontos de prostituição nas BRs, da venda de livros com temáticas sexuais em espaços separados e escondidos do grande público, sites especializados que estão disponíveis num regime de funcionamento de universo paralelo. Enfim, regimes que esquadrinham espaços definidos de existências, em que o olhar do Estado atua com o poder de coerção sobre a cidade e os corpos dos sujeitos que dela participam, bem como aquilo que nela pode e deve ser produzido e que circula, autorizando práticas discursivas que atendam às suas técnicas de produção de verdade, operando aquilo que Foucault (2014) chama de polícia dos enunciados/ controle das enunciações.

Acerca dessa questão, Foucault nos mostra que, em momentos distintos da história, dispositivos operaram sobre os corpos dos indivíduos diferentes formas de produção de sujeitos sociais. Essa forma de controle que vemos no hoje e que é “dada a ver” como um “sempre foi assim”, nasce a partir do século XIX, com a emergência dos moldes da sociedade burguesa. Num paradoxo, ao mesmo tempo que (re)nascem as democracias, as grandes cidades, a “liberdade do povo”, vai-se produzindo a rigidez das noções de identidade e, com ela, o lugar da mulher (majoritariamente branca, cisgênera e hétero) na construção da família e da moralidade. Àquelas que “corrompem” essa construção pudica do “ser mulher” estariam relegadas aos espaços marginalizados da cidade, quando não, deveriam ser mortas. A sexualidade é reprimida aos espaços do lar e sobre uma visão binária extrema: os heterossexuais e os “desviantes”. Nasce, então, um poder que não é explicitamente punitivo e soberano, mas que, fíncado nas estruturas eclesiásticas, garante às estruturas políticas do Estado Moderno produzir uma *astuciosa* combinação de técnicas de individualização e de procedimentos de totalização dos indivíduos.

Esse poder, o qual Foucault chama de poder pastoral (desenvolvido e amplificado pelo cristianismo do século III ao século XVI), agencia condutas, hierarquiza indivíduos em sujeitos do saber e sujeitos de poder, “responsáveis”

por “guiar”, “educar”, “tratar”, “punir” a população. A categoria de indivíduo (discursivizada como homem-espécie) e a categoria de massa (a multiplicidade dos homens) são categorias sobre as quais esse tipo de poder vai incidir suas forças.

Dessa maneira, governam-se as mentes e os corpos dos indivíduos sem que se tenha, necessariamente, a figura de um patrão, de um governante. A essa “arte de governar”, Foucault chama de governamentalidade e ela promoverá duas práticas de poder intercambiáveis: as práticas individualizantes, seriadas, através do biopoder; e práticas totalizantes, a biopolítica. O *modus operandi* do poder pastoral normaliza, cria normas, normatiza a vida, em vez de produzir uma ética de si. O biopoder e a biopolítica criam hierarquias, táticas de representação, regimes de verdades para legitimar suas ações. Sobre esses moldes de agenciamento, a figura da mulher é produzida para pertencer a um lugar distinto na sociedade – ser mãe, estar no espaço do lar, dessexualizada. Os discursos médicos, especialmente, impunham tal ordem sobre o corpo feminino. Ao normatizar o corpo feminino, marca-se a fronteira explícita do “normal” e “anormal” do “ser mulher”. Assim, as “mulheres públicas” (como eram chamadas as prostitutas no Brasil até os anos 1970) e outros sujeitos que não se encaixavam no binarismo produzido pela sociedade burguesa eram (e ainda são) postos no campo da “anormalidade”, retirados da esfera pública e do exercício da cidadania (RAGO, 1988).

A construção dessa normatividade sobre a vida dos sujeitos e a tentativa contínua de retirar o direito à cidadania dos sujeitos desviantes atravessou e ainda atravessa a produção do Estado, com bem mostraremos neste capítulo. Contudo, assim como a governamentalidade surge para promover as in(ter)venções e normatizar as condutas dos corpos em prol ao *status quo* da sociedade burguesa, ao mesmo tempo, há sujeitos que produzem suas contracondutas, termo que se refere aos modos de reação ao poder por meio de táticas de enfrentamentos às investidas do poder que busca governar os sujeitos (FOUCAULT, 2008). Para Foucault, as contracondutas nos ajudam a rastrear o vocabulário técnico que conduz as condutas, os comportamentos e interpelações do poder pastoral, ao mesmo tempo nos possibilita pensar numa atitude ética diferente que questione não apenas os modos do poder que subordina, mas o próprio poder.

CONSIDERAÇÕES SOBRE O OBJETO – E O QUE É PROSTITUIÇÃO?

Prostitutas, trabalhadoras do sexo, garotas de programas, mulheres em situação de prostituição, trabalhadoras sexuais, putas. A terminologia para mulheres que trabalham com atividades sexuais nos diz muito mais do que uma simples escolha lexical. No entanto, há algo em comum que atravessa todas essas designações – a produção da invisibilidade simbólica no espaço da cidade dos sujeitos prostitutas, produzido por certa camada da sociedade e estimulado por discursos moralizantes preconceituosos e conservadores (HELENE, 2015). Ao mesmo tempo, é possível rastrear histórica-discursivamente nessas mesmas designações a luta de mulheres profissionais do sexo que buscam trazer para o espaço público o debate sobre a garantia de direitos de sua classe (BONOMI, 2019).

A cidade é, segundo Orlandi (2001), um espaço simbólico significativo, um lugar em que vemos as disputas não apenas territoriais, mas lutas políticas de grupos que buscam se afirmar como identidades legitimadas socialmente. Nesse sentido, a construção de um espaço de pertencimento⁶ à cidade na/pela linguagem, de quem “deve” e/ou tem “direito” de ocupá-la, nos mostra caminhos para pensar a complexa problemática dos *territórios prostitucionais* (HELENE, 2015) e dos sujeitos, em sua maioria mulheres, no período da pandemia, momento em que esses corpos adentram em outro estágio de vulnerabilidade – o potencial contágio com o vírus SARS-CoV 2.

Passeando por diferentes paisagens enunciativas (reportagens, postagens em mídias sociais, manchetes de jornais digitais, sites de instituições e/ou organizações de mulheres trabalhadoras sexuais) verificamos que não há como falar de prostituição na pandemia sem que se toque também nas questões de classe, raça e gênero. Nessa direção, a maioria das imagens de mulheres que aparecem nesses espaços são mulheres de pele marrom claro, marrom escura e retinta, quando brancas, geralmente, as notícias se desenvolvem acerca da

⁶ Compreendemos a prática do pertencimento à cidade, para além ou aquém do campo das identidades, como disputa de “pertencer” a outros espaços sociais como o campo dos direitos civis, dos direitos sociais, dos direitos culturais, dos direitos religiosos, dos direitos linguísticos, entre outros.

“prostituição de luxo”⁷. Acerca da faixa etária, ela varia entre 20 a 60 anos, possuem renda econômica baixa e são, geralmente, as únicas fontes de renda da família⁸. Quando observamos as questões de gênero, um dado se sobrepõe a outros, e é trazido em uma das cartilhas que será analisada neste capítulo – 90% da população Trans utiliza a prostituição como fonte de renda.

Mas há outros dois dados levantados em nossas leituras que nos mostram o quanto complexo é falar sobre as profissionais do sexo e a ocupação do espaço simbólico da cidade. O primeiro dado coloca a prostituição como uma “falta de escolha”, ligada à exploração sexual do patriarcado e à violência de gênero, no qual muitas mulheres adentram num ciclo de vulnerabilidade e, com isso, sofrem constantes violências sobre seus corpos, corpos esses cafetinados e transformados em objetos de produção de lucro para o “mercado da prostituição”⁹. O segundo dado, é o fato dos movimentos/associações de profissionais/trabalhadores e trabalhadoras sexuais no Brasil serem um dos maiores e articulados no mundo¹⁰, responsáveis, por exemplo, pela regulamentação da prostituição como trabalho laboral, aprovada na

⁷ Isso não significa que não aparecem mulheres de pele branca em ambientes de pobreza ou precarização da prostituição. Mas, à medida que adentramos nos estudos (citados no corpo do texto) que se dedicaram a compreender o funcionamento, nas ruas, da prostituição, percebemos que, quanto mais brancas, há não só um potencial de procura maior por clientes, como são as que potencialmente ganham mais por trabalho e as mais escolhidas para trabalharem como acompanhantes dos clientes. Colocamos aqui uma dessas notícias, disponível em: <<https://veja.abril.com.br/blog/veja-gente/sem-clientes-e-boates-vazias-o-coronavirus-abala-a-prostituicao-de-luxo/>>. Acesso em 27 de setembro de 2021.

⁸ Para saber mais dados acerca da prostituição no Brasil e no mundo, acessar <<https://medium.com/qg-feminista/prostitui%C3%A7%C3%A3o-dados-internacionais-e-situa%C3%A7%C3%A3o-do-brasil-10b32b3b2689>>.

⁹ Disponível em: <<https://medium.com/qg-feminista/prostitui%C3%A7%C3%A3o-dados-internacionais-e-situa%C3%A7%C3%A3o-do-brasil-10b32b3b2689>>. Acessado em 27 de setembro de 2021.

¹⁰ Segundo Bonomi (2020, p. 3): “O movimento organizado de prostitutas surgiu, em 1987, por meio da realização do I Encontro Nacional de Prostitutas, no qual se criou uma organização central intitulada Rede Brasileira de Prostitutas (RBP) com o intuito de ser um órgão de interlocução com o poder público e a sociedade civil. As principais demandas pautadas ao longo dos trinta anos seguintes de sua existência impulsionaram as ações que buscaram diminuir as violências policiais e lutar pela efetivação dos direitos humanos, sexuais, sociais e trabalhistas voltados para o reconhecimento profissional e da cidadania das prostitutas”. Bonomi traça uma cartografia da história desse movimento que inicia em 1987, considerando-o como um movimento social, assim como outros movimentos que emergiram na década de 1980 e impulsionaram mudanças significativas em nossa forma de pensar as relações sociais, o Estado entre outras questões.

Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), no ano de 2002 (HELENE, 2015; BONOMI, 2019; 2020).

É a partir da articulação dessas redes de enfrentamento, denúncia, resistência e luta por direitos de profissionais do sexo, que as cartilhas online “Redução de danos em tempo de coronavírus: dica de prevenção para as profissionais do sexo” e “Dicas para travestis e mulheres trans profissionais do sexo em tempos de COVID-19” emergem. A primeira cartilha foi produzida no início da pandemia pela ONG Tulipas do Cerrado, em parceria com a Central Única de Trabalhadoras e trabalhadores sexuais (CUTS) e outras organizações. Além da cartilha, essas instituições conseguiram arrecadar meio milhão de reais para garantir o sustento de centenas de famílias que têm a mulher prostituta como alicerce econômico. A segunda cartilha, produzida em março de 2020, foi elaborada pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA).

A CUTS, fundada em dezembro de 2015, é fruto da articulação regional de trabalhadoras e trabalhadores sexuais do Norte e Nordeste, para fortalecer a luta pela conquista de direitos humanos e trabalhistas plenos das trabalhadoras e trabalhadores sexuais, conforme consta em sua página oficial no Facebook. A ANTRA, segundo seu site oficial¹¹, “é uma rede nacional que articula em todo o Brasil 127 instituições que desenvolvem ações para promoção da cidadania da população de Travestis e Transexuais, fundada no 2000, na cidade de Porto Alegre”. Apesar de ambas as redes trabalharem com a questão dos direitos de profissionais do sexo, elas se diferem quanto ao público para o qual se destinam dentro desse cenário. Isso fica marcado desde a denominação¹² que intitula cada cartilha até a escolha das cores que as compõem, conforme veremos na próxima seção.

Antes de passarmos à próxima seção, é importante que se destaque que, na montagem do arquivo, encontramos cartilhas mais gerais, destinada ao público LGBTQIA+, as quais, porventura, traziam em algum momento,

¹¹ Disponível em <<https://antrabrasil.org/sobre/>>, acesso em 27 de setembro de 2021.

¹² Denominar não é simples ato de escolha de palavras (GUIMARÃES, 2002), para além disso, ativa numa determinada injunção histórica, posicionamentos, discursos e memórias, fixa no poder dizer e no fazer ver os posicionamentos discursivos dos sujeitos. Ao compreendermos a prostituição como um dispositivo de poder, que caminha junto a outros dispositivos como o dispositivo da sexualidade, entende-se que ao se dizer excessivamente determinados enunciados, se omite excessivamente outros.

aconselhamentos direcionados às profissionais do sexo, como a Cartilha produzida pela Secretaria Municipal da Saúde de Salvador, intitulada “Saúde LGBT em tempos de pandemia de COVID-19”¹³. Infelizmente, o que percebemos que cartilhas como essa, são produzidas a depender do espectro político dos governos das cidades ou dos estados brasileiros. No âmbito federal, não encontramos nenhuma cartilha direcionada às profissionais do sexo.

CUIDAR DE SI PARA CUIDAR DE TODAS – NARRATIVAS (IN)VISÍVEIS

Nessa seção, nos dedicamos sobre as cartilhas produzidas pela ONG Tulipas do Cerrado e ANTRA, buscando mostrar como linguística e discursivamente é possível detectar uma prática de denúncia e uma prática linguageira do cuidado. Apesar de sabermos que não há somente mulheres como profissionais do sexo, as duas cartilhas direcionam-se especificamente a elas. Há, contudo diferenças quando observamos para quais grupos de mulheres cada qual se destina. Vejamos:

Figura 2: Cartilha elaborada pela ONG Tulipas do Cerrado

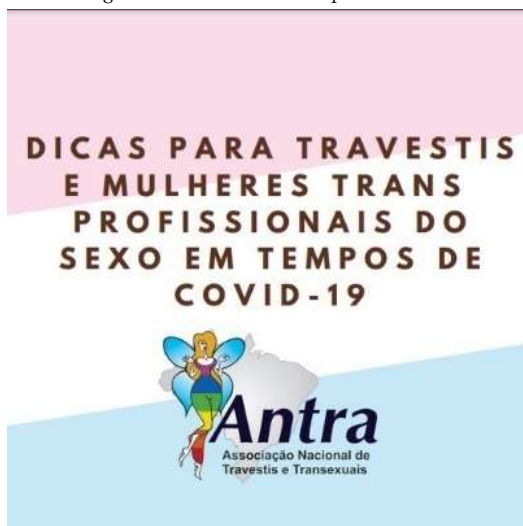


Fonte: site do jornal Metrôpoles¹⁴

¹³ Na seção 13 da cartilha, lê-se: “Se você é profissional do sexo ou exerce outra profissão autônoma, busque seu auxílio emergencial ou trabalho virtual. Mas se precisar muito do “aque”: evite levar clientes para sua casa, tome banho completo ao sair e ao chegar, use álcool gel 70% para higienizar as mãos na rua e use máscara. E não se esqueça do “guanto, se for fazer o baco”. Se fizer sem “guanto” você pode tomar a PEP em até 72 h, procure a UPA”. Disponível em <<http://www.saude.salvador.ba.gov.br/wpcontent/uploads/2020/06/26.06.2020-Cartilha-de-Sa%C3%BAde-LGBT-em-tempos-de-Pandemia-2.pdf>>, acesso em novembro de 2021.

¹⁴ Disponível em <<https://www.metropoles.com/brasil/rede-de-apoio-a-prostitutas-arrecadou-mecio-milhao-de-reais-para-auxiliar-vitimas-da-pandemia>>.

Figura 3: Cartilha elaborada pela ANTRA



Fonte: Site da ANTRA¹⁵

Apesar de sabermos que não há somente mulheres como profissionais do sexo, as duas cartilhas direcionam-se especificamente a elas. Há, contudo diferenças quando observamos para quais grupos de mulheres cada qual se destina.

Na figura 1, o uso do artigo definido no feminino plural “as”, anterior à “profissionais do sexo”, produz diferentes efeitos. Um primeiro, deslocado do contexto enunciativo, poderia produzir um efeito determinante do grupo de mulheres para o qual a cartilha se destina, ou seja, não se está a falar para todas as mulheres, mas para “as” mulheres profissionais do sexo. No entanto, o efeito dessa determinação, paradoxalmente, generaliza esse próprio grupo, pois, à medida que adentramos nas páginas da cartilha, a única genitália explicitamente citada é a vagina [“não usar álcool para higienizar a vagina e/ou anus”], não ocorrendo nenhuma menção direta ao órgão genital biologicamente classificado como masculino.

¹⁵ Disponível em <<https://antrabrasil.files.wordpress.com/2020/03/dicas-profissionais-do-sexo-antra.pdf>>.

Desse modo, ao apontar quais partes do corpo devem ser cuidadas, é posto em evidência as mulheres profissionais do sexo cisgênero¹⁶, ainda que as recomendações mais gerais possam servir a mulheres trans e travestis. Nessa direção, a capa da cartilha elaborada pela ANTRA (figura 2) produz um duplo posicionamento no território das lutas políticas articuladas dos sujeitos prostitutas: um primeiro, mais amplo, fortalece o movimento das prostitutas no Brasil e da rede de cuidados por ele promovida; um segundo posicionamento se dá no interior do próprio movimento, ao falar de mulher prostituta fora da ótica cisgênera e heteronormativa.

Esse posicionamento aparece legitimado de diferentes formas: por meio da associação que produz a cartilha (realizada por um a organização de mulheres trans); na escolha das cores que figuram a capa (azul, rosa bebê e branco, presentes na bandeira trans); assim como no uso da linguagem - o *pajubá*¹⁷ - para designar partes do corpo, como as palavras “edy” (ânus) e “neca” (órgão genital masculino). Sobre esta última, a linguagem, podemos nos perguntar qual o impacto do uso dessas designações e não outras? O termo “neca” marca, no campo enunciativo e ideológico, a fronteira do corpo trans em relação a outros corpos no âmbito da prostituição. Mas não somente isso. Falar “neca” e não “pênis”, assim como outras expressões e termos da linguagem *pajubá* presentes na cartilha, nos mostra a língua como um importante lugar de cuidado e afeto para essas mulheres. Ademais, a linguagem *pajubá* é, ela mesma, uma das táticas de resistência ao binarismo das identidades construídas

¹⁶ O número de cirurgias para redesignação de sexo ainda está muito aquém da quantidade de homens e mulheres trans que a procuram. Quando se pensa tais números no grupo de mulheres trans profissionais do sexo, esse número é ainda menor. Com a pandemia, os procedimentos cirúrgicos para tal redesignação, realizados gratuitamente pelo SUS, diminuíram ainda mais, caindo de 224 procedimentos em 2019, para 31 em 2021. Segundo alguns levantamentos, a fila de espera do SUS para esse procedimento pode durar 18 anos. Muitas mulheres trans (em sua maioria pobres), a fim de acabar com dores físicas e psicológicas, colocam suas vidas em risco ao procurar clínicas clandestinas. Informações disponíveis em <<<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2021/01/cirurgias-de-readequacao-sexual-desabam-na-pandemia-e-espera-da-populacao-trans-se-agrava.shtml>>> . Acessada em 27 de setembro de 2021.

¹⁷ Linguagem produzida pela comunidade LGBTQIA+.

pelo poder normatizador do Estado Moderno que busca invisibilizar os corpos *queer*¹⁸ na dinâmica social (BORBA, 2014).

Para Hooks (2013, p. 233), a língua ao mesmo tempo que pode ser uma dimensão da sociedade opressora, pode, também, ser um lugar no qual “fazemos de nossas palavras uma fala contra-hegemônica”. Ainda segundo a autora negra feminista, “para curar a cisão entre mente e corpo, nós, povos marginalizados e oprimidos, tentamos resgatar a nós mesmos e às nossas experiências através da língua”.

A partir da linguagem utilizada, do vocabulário usado como enfrentamento ao vocabulário do poder de um Estado que hierarquiza quais corpos devem ser priorizados no cuidado na pandemia, percebemos, também, a apropriação e ressignificação de práticas e termos que passaram a circular fortemente no espaço público como representativos do cenário pandêmico. Tais apropriações e ressignificações serão encontradas tanto nas cartilhas, quanto nos espaços enunciativos no qual estão imersas.

No texto da notícia que traz a apresentação da cartilha “Redução de Danos em tempos de pandemia”, há o seguinte relato de uma profissional do sexo:

- (1) **Sempre estivemos vulneráveis, ficamos mais ainda.** Não existiu nenhum apoio do governo. Não foi pensada nenhuma política para a gente. Agora, **na segunda onda**, está muito difícil segurar esse público **fora do mercado de trabalho presencial**. Orientamos a ter cuidados: trabalhadora sexual não beija na boca! **Use máscara**, peça ao parceiro para que use também. [**grifos nosso**]

Verifica-se que no trecho “sempre estivemos vulneráveis” marca-se na língua o rastro histórico de uma prática contínua de precarização e subjugação das prostitutas pelo Estado. As palavras como “segunda onda”, “fora do mercado de trabalho presencial”, “use máscara” apontam o quanto o contexto pandêmico afetou a produção linguageira dessas mulheres ao falarem sobre si,

¹⁸ O termo *queer* é um termo que faz referência às pessoas LGBTQUIA+. Na Linguística, houve, na última década, um crescente avanço na construção de uma linguística *queer* ou estudos transviados que se posiciona teórica e politicamente em relação à visão binária da construção binária do ser.

sobre seu trabalho e a relação de ambos no contexto da pandemia. Ao observamos o funcionamento da linguagem empregada nas cartilhas, verificamos uma produção semelhante ao que ocorre na sequência (1).

Figura 4: “Sexo virtual” e “fique em casa”



Fonte: Jornal Metrôpoles

Na figura 3, diferentemente da recorrência do termo “home office”, usado para retratar o trabalho virtual na pandemia, em ambas as cartilhas, o que aparece é “trabalho virtual”, “contato virtual”, “sexo virtual”, todos ligados a outro termo circulante na pandemia - “fique em casa”. Quando observamos a forma como esses termos aparecem, vemos a apropriação da linguagem mercadológica do trabalho para orientar, por exemplo, as profissionais do sexo a procurarem diferentes plataformas “que possibilite exibição por webcam de forma segura” (Figura 3). Mas, para quem ou além disso, com tal construção, presente nas duas cartilhas, quebra-se o imaginário de que se pode tudo no campo da prostituição, de que os corpos dessas mulheres são corpos descartáveis, indignos de segurança.

Essa quebra do imaginário em relação ao “trabalho sexual” mostra o funcionamento da atuação das profissionais do sexo como um trabalho que, como qualquer outro trabalho em meio à pandemia, precisa de um ambiente propício para que ocorra. Nessa direção, a escolha do termo “profissionais do sexo”, presente para determinar o público-alvo de ambas as cartilhas, não é ocasional, pois instaura um vocabulário que está muito mais próximo do mundo do trabalho que do imaginário da prostituição na memória social.

Outros temas, como “quarentena”, são construídos na mesma linha de significados que “trabalho virtual”, ou seja, uma linguagem-denúncia que se

aproxima do vocabulário do poder para produzir os sujeitos prostitutas como sujeitos que devem ter garantia de direitos, afinal, como pensar em “quarentena ideal” numa profissão em que o toque é motor de seu funcionamento? A problemática da quarentena se instala quando, na incerteza de renda sem sair de casa, essas mulheres se colocam em risco para poder comer e sustentar suas famílias. Lembremos do título deste capítulo e da primeira nota a ele vinculada.

Mas, como numa tecitura de (re)começos, além da língua, a rede de afeto e segurança aparece nas cartilhas de diferentes formas. No campo da saúde mental, elas são aconselhadas a não ficarem sozinhas em casa e manter contato com as amigas (aparece no feminino). No campo econômico, é orientado que dividam aluguel entre si para conter gastos; economizar álcool em gel, lavando as mãos com água e sabão; manter contato virtual. No campo da saúde do corpo as orientações são muitas, desde como potencializar a proteção em contato direto com clientes, “se o *aque*¹⁹ for muito bom” (cartilha da Antra), ao não compartilhamento de determinados objetos e coisas.

À medida que vamos nos embrenhando nas cartilhas, percebemos que elas não tratam apenas da realidade da pandemia da COVID-19, mas nos colocam em contato com a realidade de sobrevivência desses sujeitos que, historicamente, são privados do espaço público e das políticas públicas. Um forte exemplo dessa realidade encontra-se na cartilha “Redução de danos”, quando, em uma das seções, o conselho para “distanciamento social” está próximo a outro conselho: “evite sexo oral, principalmente dentro de carros, pois assim você ficará vulnerável a violências, pois as ruas estão cada vez mais vazias”. Nesse trecho, assim como em outros, a denúncia feita é de um problema existente anterior à pandemia, mas que se torna potencialmente mais perigoso a partir dela. O combate aparece, como dissemos, não somente contra a possível contaminação do vírus SARS-CoV-2, mas contra outras violências que essas mulheres sofrem constantemente.

Apesar de haver outras cartilhas municipais que produzam uma política mínima de proteção às mulheres profissionais do sexo, o que se vê no âmbito da política nacional é um total silenciamento sobre essa questão e, muitas vezes, a produção de um discurso de ódio a esse e outros setores da sociedade. Nesse sentido, outro interlocutor das cartilhas analisadas é o próprio Estado, por isso,

¹⁹ *Aqué*, na linguagem *pajubá*, significa dinheiro.

sua circulação em diferentes paisagens enunciativas, extrapolando o público para o qual foram inicialmente produzidas, é também uma estratégia de visibilidade do que ali é denunciado e, ao mesmo tempo, fortalecido. As cartilhas, então, funcionam como uma marca material de uma demanda maior dos movimentos de profissionais do sexo no Brasil, ao mesmo tempo que nos aponta outros caminhos possíveis nas narrativas do ser.

(DES)FEITOS DE UM FIM

Neste capítulo, nosso intuito foi refletir e mostrar como, por meio da linguagem, é possível perceber a investidura do poder que hierarquiza modos de existência e conduz a política da vida e, de alguma forma, a política de morte, presentes em meio à pandemia, ao mesmo tempo, como podemos ver a insurgência de contracondutas a esse poder. Observamos, mais especificamente, os sujeitos prostitutas, em suas lutas organizadas e articuladas de prevenção à COVID-19, a produzirem contracondutas que denunciam o descaso, a tentativa de silenciamento e inviabilidade produzida pelo Estado desses sujeitos nas (poucas) políticas de enfrentamentos promovidas no contexto pandêmico. É dentro desse contexto que entremeia descaso, preconceito, pandemia, “naturalização” da hierarquia de existências que as cartilhas emergem e nos mostram uma ética do cuidado por meio de uma prática linguageira que se forja historicamente no campo das lutas dos movimentos de prostitutas. É importante frisar que não há, aqui, uma defesa ou valorização da prostituição, mas da importância de colocá-la como uma problemática que precisa ser pensada pelo Estado, uma vez que, como qualquer cidadão, essas pessoas precisam ter seus direitos garantidos.

Vimos, por fim, que, por meio da compreensão do funcionamento das contracondutas, podemos (re)pensar numa sociedade que construa uma visão ética da vida que nos mostre a importância do cuidado de si para o cuidado do outro.

REFERÊNCIAS

ALCOFF, L. M. *Uma epistemologia para a próxima revolução*. Sociedade e Estado 31, no. 1 (2016): 129-143. Disponível em <<https://www.scielo.br/j/se/a/xRK6tzb4wHxCHfShs5DhsHm/?lang=pt&format=pdf>>, acesso em fevereiro de 2020.

- BONOMI, Carolina. "*Mulher da Vida, É Preciso Falar*": um estudo do movimento organizado de trabalhadoras sexuais. 2019. 1 recurso online (192 p.). Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP. Disponível em:
<<http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/345604>>.
- BORBA, Rodrigo. *(Des) aprendendo a "ser": trajetórias de socialização e performances narrativas no Processo Transexualizador*. 2014. Tese (Doutorado em linguística aplicada) Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2014.
- HELENE, Diana. "*PRETA, POBRE E PUTA*": a segregação urbana da prostituição em Campinas – Jardim Itatinga. Tese (doutorado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional. Rio de Janeiro, 2015.
- HOOKS, BELL. *Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade*. Tradução de Marco Brandão Cipolla. São Paulo: EDITORA WMF Martins Fontes, 2013.
- FOUCAULT. M. *As relações de poder passam para o interior do corpo*. In: Genealogia da Ética Subjetividade e Sexualidade. Tradução Abner Chiquieri. RJ: Forense, Universitária, 2014.
- FOUCAULT. M. *Sexualidade e poder*. In: Ética, Sexualidade, Política. Tradução de Eliza Monteiro e Inês Autran Dourado Barbosa. RJ: Forense, Universitária, 2004.
- FOUCAULT. M. *A ordem do discurso*. Tradução Laura Fraga de Almeida Sampaio. S.P: Edições Loyola, 2002.
- FOUCAULT. M. *Nascimento da Biopolítica: curso no Collège de France (1978-1979)*. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo, Martins Fontes, 2008.
- KILOMBA, G. *Memórias da plantação: Episódios de racismo cotidiano*. Tradução Jess Oliveira. RJ. Editora: Cobogó; 2019.

- MAINGUENEAU, D. *Discurso Literário*. Tradução Adail Sobral. 2 ed. SP: Contexto, 2018.
- MAINGUENEAU, D. *O discurso pornográfico*. Tradução: Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola Editorial, 2010a.
- MAINGUENEAU, D. *A paratopia e suas sombras*. Tradução Décio Rocha. In: *Doze Conceitos em Análise do Discurso*. SP.: Parábola Editorial, 2010b.
- PAVEAU, M. *Linguagem e moral: uma ética das virtudes discursivas*/ Marie-Anne Paveau: tradução: Ivone Benedetti- Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2015.
- RAGO, L. M. *A Aventura De Contar-se - Feminismos, Escrita de Si e invenção de subjetividade*. Editora da UNICAMP, 2014.
- RAGO, L. M. *Os prazeres da noite: prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo (1890-1930)*. 1990. 2v. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP. Disponível em: <http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/325802>, acesso em agosto de 2021.

CAPÍTULO 6

PRÁTICAS POPULARES NA MOBILIZAÇÃO LINGUÍSTICA EM TEMPOS PANDÊMICOS¹

Livia Maria Falconi Pires
Lílian Pereira de Carvalho
Guilherme Freitas dos Santos

INTRODUÇÃO

Desde o início da pandemia da COVID-19, é notório o constante interesse pelos termos que a referenciam, seja por profissionais da linguística, como também por não-linguistas. Vivenciar um momento atípico trouxe novos dizeres, bem como a reatualização de dizeres mobilizados em outros contextos. Como exemplo, podemos citar o termo *testar positivo* que, conforme verificado em trabalhos anteriores², foi utilizado previamente para se referir a exames antidoping realizados em esportistas em situações de competição, bem como para outras doenças virais, como a AIDS e a Malária.

Em relação a AIDS, por exemplo, Carvalho e Falconi-Pires (2020) verificaram que o uso do *testar positivo* é cheio de estigmas, visto que o diagnóstico traz muitas mudanças na vida do sujeito contaminado no que diz respeito à expectativa de morte, como também ao modo de passar pela doença. No contexto da pandemia, verificamos que o *testar positivo* aparece, em especial na mídia, como forma de segregação entre aqueles que têm acesso ao teste e àqueles que pouco tem. Porém essas são as visões de profissionais da língua, do discurso. Nosso questionamento agora é: como os não-linguistas, ou seja, falantes comuns não especialistas da língua, fazem esses movimentos de análise dos termos?

¹ Agradecemos imensamente a Mariana Morales da Silva, Lafayette Batista Melo e Marcelo Rocha Barros Gonçalves pelas excelentes contribuições realizadas como leitores críticos do nosso trabalho.

² Carvalho, L.; FALCONI-PIRES, L.M. Testar positivo: a discursividade em tempos pandêmicos. In Anais do XXV ENANPOLL, 2020.

Em vista desta questão de pesquisa, no presente capítulo, teremos como foco as produções metalinguísticas realizadas por não-linguistas a respeito de alguns dos termos mobilizados na pandemia, a saber: *quarentena, isolamento social, distanciamento social, novo normal e testar positivo*. Tais termos foram selecionados a partir do projeto Enciclopédia Discursiva da COVID-19³, realizado no decorrer do ano de 2020, no qual diversos pesquisadores do discurso discutiram, por meio de verbetes discursivos, termos que tiveram uma grande circulação no período pandêmico.

Sendo assim, para este presente trabalho, foram realizadas buscas a partir de filtros com os referidos termos na rede social digital *Twitter*. O intuito é analisar as postagens à luz dos estudos recentes da Linguística Popular, a fim de verificar como esses usuários da rede, qualificados como não-linguistas, mobilizam os termos.

Para embasar essa pesquisa, traremos, então, as discussões sobre a Linguística Popular propostas por Marie-Anne Paveau (2020; 2020a), em especial as contribuições realizadas para uma análise discursiva, tendo em vista que corroboramos com a ideia de que os não-linguistas também produzem saberes, definições, prescrições e normas linguísticas. Além disso, parece-nos bastante produtivo poder verificar seus posicionamentos em relação a atual conjuntura social por meio de suas reflexões sobre a língua.

Nosso objetivo, então, é verificar como não-linguistas mobilizam esses termos e expressões da/na pandemia da COVID-19. Para isso, apresentaremos alguns preceitos e preconizações dos estudos da Linguística Popular no primeiro tópico, discorrendo, no segundo especificamente sobre os tipos de práticas linguísticas aos quais os não-linguistas recorrem para o fazer metalinguístico.

ALGUMAS PALAVRAS SOBRE A LINGUÍSTICA POPULAR

A Linguística Popular se inscreve em um ponto nevrálgico, que define em face de um caráter legitimado, quem deve fazer ciência. Ademais, tensiona a estabilização cartesiana na delimitação dos campos científicos. Portanto, herdamos um paradigma de que um fenômeno ou objeto de pesquisa ganha

³ Este trabalho e as análises realizadas por meio dos verbetes podem ser acessados através do link: <<https://www.informasus.ufscar.br/enciclopedia-discursiva-da-covid-19/>>.

um caráter legítimo após atravessar um conjunto definido de procedimentos, ou seja, um método científico que conduz a uma dada resolução.

Diante do exposto, no instante em que Saussure ([1975] 2006) oficializa enquanto ciência da linguagem a Linguística, e torna como objeto de estudo dessa então nova ciência a língua, todos os pressupostos já sedimentados do método científico são atribuídos para delinear os objetos, as análises, as observações e as hipóteses a esse novo campo de pesquisa.

E é justamente frente ao termo *espontâneo* e suas nuances, isto é, diante de afirmações científicas que negam o senso comum, ou ainda repudiam as inferências do profano na linguística, além de deixar de lado toda comprovação fora dos parâmetros da ciência e seus métodos que tratamos da Linguística Popular. Tais pressuposições serão abordadas pela Linguística Popular, com discussões presentes em Baronas, Conti e Gonçalves (2020), Paveau (2020), Baronas, Gonçalves e Santos (2021), Gonçalves (2021) que entrelaçaremos nossa discussão em face de “um olhar antieliminativo dos saberes populares” (OLIVEIRA; FALCONI-PIRES, 2021), e uma resignificação epistêmica do senso comum dos não-linguistas.

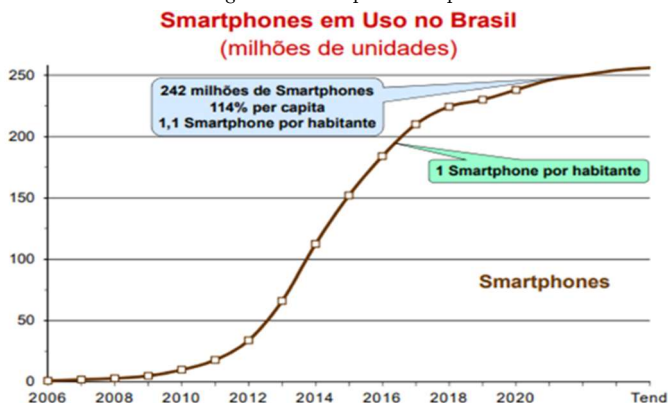
A Linguística Popular traz à baila uma quebra de paradigmas na dicotomia ciência e saber popular. A influência da avalanche tecnológica aproximou a comunicação em massa da população, conectada nos diversos aparelhos móveis de tecnologia, as informações desdobraram-se em nanosegundos pelo mundo, a mobilização do digital transformou as relações em sociedade, a articulação nas redes sociais digitais potencializou o crescimento do vínculo referencial dos sujeitos, e a viralização do senso comum nas redes sociais digitais revelam novas tendências da Linguística Popular que conclamam a emergência de uma visão acurada para práxis dessa nova ramificação profícua. Pontuado como

[...] as Novas Tecnologias Digitais da Informação possibilitam a disseminação massiva dos saberes produzidos pela humanidade, tornando mais permeáveis as fronteiras entre ciência e senso comum. Essa nova ordem de comunicação contribui significativamente para a redução das barreiras que separam os saberes linguísticos científicos e os saberes populares. (BARONAS; COX, 2020, p. 11)

As práticas linguageiras no período de caos na saúde pública aumentaram exponencialmente com o quadro imposto pela pandemia, isto porque o alto índice de contágio do vírus limitou o convívio social. Para tanto, em 06 de fevereiro de 2020, o governo federal sancionou a lei número 13.979, que versa sobre as diretrizes gerais de emergência na saúde pública. Dessarte, a lei contém uma série de artigos, parágrafos e incisos encaminhando medidas que dispõem a forma de combate à pandemia em decorrência da COVID-19. Em vista disso, nos artigos segundo e terceiro, o isolamento social é citado como desdobramento primordial dessa lei e, com isso, o confinamento social entra em vigor enquanto uma determinação de lei federal (BRASIL, 2020).

Outro dado importante a ser salientado nesse quadro pandêmico de práticas linguageiras proliferadas nas redes sociais digitais foi divulgado pela última pesquisa anual da FGVcia. A 32ª edição do relatório anual do uso de tecnologias da informação (TI)⁴ revelou que o Brasil possui em uso atualmente cerca de 440 milhões de dispositivos digitais (smartphones, tablets, computadores e notebooks), e em média aproximadamente 2 celulares por habitante (figura 1).

Figura 1 – Smartphones no país



Com a pandemia, nota-se, então, um crescimento acelerado no uso dessas tecnologias. Os números apresentados por este relatório demonstram a

⁴ Fonte: Pesquisa Anual do Uso de TI nas Empresas (2021). Disponível em: <<https://eaesp.fgv.br/sites/eaesp.fgv.br/files/u68/fgvcia2021pesti-relatorio.pdf>>. Acesso em 30 nov. 2021.

mudança social na comunicação por intermédio da transformação digital. Ademais, corroborando para as práticas dos não-linguistas, as redes sociais digitais transformam tanto as práticas languageiras quanto o alcance metalinguístico e metadiscursivo da Linguística Popular. Cinco dos dez sites mais acessados⁵, em maio de 2021, no Brasil, são de redes sociais digitais, que totalizaram, em apenas um mês, três bilhões, novecentos e cinquenta e um milhões e quatrocentos mil (3.951.400.000) acessos. Entre as mais acessadas estão *Youtube, Facebook, Instagram, WhatsApp* e *Twitter*.

Quadro 1.

Classificação	Site	Visitas em maio de 2021
2º	Youtube.com	1,48 bilhão
3º	Facebook.com	1,21 bilhão
6º	Instagram.com	554,4 milhões
7º	WhatsApp.com	450,5 milhões
10º	Twitter.com	256,5 milhões

Fonte: Exame (2021).

A era digital através dos aparelhos móveis de comunicação destacou de forma mais latente uma epistemologia metalinguística e metadiscursiva com as manifestações languageiras na rede global de computadores. Sendo assim, podemos ter uma relação de narrativas que retratam o exercício da linguagem de maneira metodológica; parâmetros de atuação da linguagem; mediação ou interferência na aplicação e emprego da linguagem; e ainda, ora na defesa⁶, ora no combate da segregação e destituição da dignidade humana por grupos extremistas, isto é, na militância, o jogo simbólico da linguagem é utilizado para ressignificar por meio da “inversão ou a renegociação semântica e axiológica por recontextualização dos enunciados ofensivos [...] a partir de sua

⁵ Ver Exame (2021). Disponível em: <<https://exame.com/tecnologia/ranking-mostra-os-10-sites-mais-acessados-no-brasil-e-no-mundo/>>. Acesso em: 30 nov. 2021.

⁶ Para confirmar a ideia, ver Paveau (2020, p. 19-20).

carga ofensiva, efetuada pelos sujeitos agredidos com efeito reparador”. (PAVEAU; COSTA; BARONAS, 2021, p. 23).

DA CATEGORIZAÇÃO ÀS PRÁTICAS LINGUÍSTICAS

Analisar o conjunto de enunciados realizados pelos não-linguistas passa a ter grande relevância para os estudos da Linguística Popular. Tais conjuntos são chamados por Paveau (2020a) de práticas linguísticas profanas, ou seja, que são realizadas por pessoas que não tem formação nas ciências da linguagem, como também não pertencentes a uma comunidade científica. Em vista disso, Paveau propõe em seu artigo *Novas proposições sobre a linguística popular: metadiscursos militantes e crianças-linguistas*⁷ a categorização em quatro tipos de práticas linguísticas: descrições, prescrições, intervenções e práticas emancipatórias.

Nas descrições, a autora observa que os representantes sociais fazem uma série de descrições e pré-teorizações, embasados prioritariamente em suas percepções sobre o que seria ou não correto linguisticamente falando. Além disso, tais representantes podem também fazer julgamentos a respeito da adequação entre o nome e a coisa, seja questionando ou qualificando como insatisfatório. Isso pode ser verificado cotidianamente, especialmente no digital, a partir de apreciações sobre palavras ou expressões, formas de falar, dentre outras. No *corpus*, encontramos alguns exemplos de apreciações realizadas pelos internautas, a respeito das expressões *novo normal* e *testar positivo*, como podemos verificar a seguir:

Figura 2 – apreciação *novo normal*⁸



⁷ PAVEAU, Marie-Anne. *Novas proposições sobre a linguística popular: metadiscursos militantes e crianças-linguistas*. Trad. Baronas ; Falconi-Pires.

⁸ Fonte: <<https://twitter.com/beckmaryjane/status/1298658358120120320>>. Acesso em 16 set 2021.

Figura 3 – apreciação *testar positivo*⁹

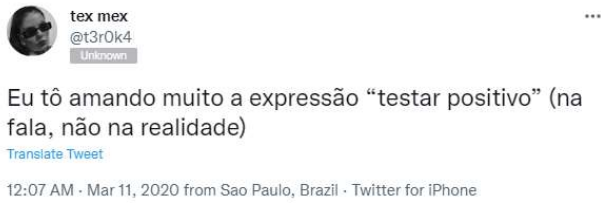


Figura 4 – apreciação *testar positivo* 2¹⁰



No que diz respeito às prescrições, Paveau (2020a) nos diz que há uma avaliação do falar bem/mal, de uma boa/má língua, sendo atinentes a um normativismo aliado a um purismo, pelos quais os locutores¹¹ realizam uma série de condenações, seja por neologismos, empréstimos, dentre outros. Tal prática geralmente sustenta-se no léxico e na ortografia, zonas mais instáveis da língua, seja histórica ou linguisticamente. Essa prática aparece com frequência por meio da oposição dizer/não dizer.

Já as intervenções sobre a língua, realizadas pelos não-linguistas de forma espontânea, referem-se a proposições regularizantes, que tem como intuito facilitar o uso da língua, tornando-a mais democrática. Para aqueles que defendem uma abordagem normativa e purista, as intervenções são feitas daquilo que se considera como erro.

Por fim, no que diz respeito às práticas emancipatórias, a autora nos apresenta que o militantismo, seja social ou político, baseia-se no discurso, por

⁹ Fonte: <<https://twitter.com/t3r0k4/status/1237575800708202498>>. Acesso em 16 set 2021.

¹⁰ Fonte: <https://twitter.com/ferreira_elvis/status/1331046865136214019>. Acesso em 16 set de 2021.

¹¹ Importante esclarecer que, na teoria de Paveau, o termo locutor é utilizado para mobilizar os sujeitos que produzem o dizer. Neste trabalho, recorremos ao referido termo, visto que nos ancoramos a teoria da Linguística Popular proposta pela autora. Porém também os mobilizaremos como internauta, usuários da rede e autores, sem nos filiaros a qualquer outra teoria.

meio de palavras, visto que se encontram nos ativismos reflexões sobre quais termos usar para se referir a um determinado grupo, sobre maneiras de falar ou até a respeito das formas de debate. De acordo com ela, “o dicionário ou o léxico é quase um elemento obrigatório de todo ativismo e o advento da internet reforçou a prática lexicográfica” (PAVEAU, 2020a, p. 38). Como exemplo, podemos citar a defesa da linguagem inclusiva, a qual vem ganhando ampla discussão na sociedade, especialmente por meio dos ativistas que explicam a importância deste uso, a fim de respeitar as diferentes identidades de gênero, assim como para que o gênero que se refira a todas as pessoas não seja no gênero masculino¹².

APONTAMENTOS DA/NA MATERIALIDADE LINGUÍSTICA

O *corpus* foi composto por 35 postagens realizadas na rede social digital *Twitter*, de internautas que mobilizaram os termos previamente mencionados: *quarentena*, *isolamento social*, *distanciamento social*, *novo normal* e *testar positivo*. A fim de selecionar os termos, optou-se por fazer o filtro acompanhado de termos como *expressão*, *significa*, de modo a alcançar as postagens específicas relacionadas às referidas práticas linguísticas realizadas pelos não-linguistas.

Para esta descrição/interpretação dos dados, apresentaremos os termos selecionados para esta pesquisa a partir do levantamento das postagens e as analisaremos, baseados nas práticas linguísticas propostas por Paveau, as quais descrevemos no tópico anterior.

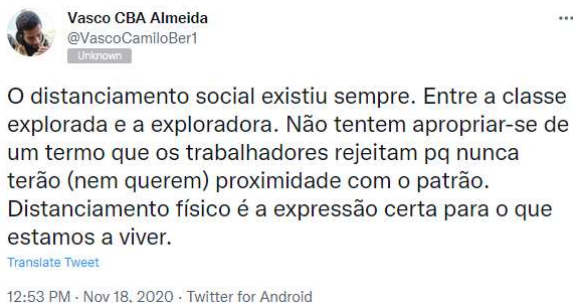
Podemos verificar alguns tipos de postagem, de acordo com algumas marcas e indícios. No que diz respeito à necessidade de evitar a disseminação do vírus, muitos protocolos foram citados: uso de máscara, lavar as mãos ou higienizá-las com álcool em gel e, o principal, a importância de se manter distantes uns dos outros, devido à alta transmissibilidade do vírus no ambiente. A noção de distanciamento apareceu de diferentes formas, por meio do uso de termos como *lockdown*, *quarentena*, *isolamento social*, *distanciamento social*. Abordamos aqui os três últimos, sobre os quais encontramos alguns exemplos de definições e discussões a respeito do significado dos termos, ou seja, em que os locutores realizam uma prática descritiva.

¹² Santos, Carvalho e Santos (2021) exploram melhor esta questão no artigo Da gramática normativa à linguística popular militante: um percurso da linguagem neutra.

Em um primeiro grupo, há aqueles internautas que dizem que não entenderam qual seria a ideia do conceito de *quarentena* – são 15, 40 dias? –, bem como aqueles que alegam que outros indivíduos não sabiam da duração do período, até que a doença atingisse sua família, sendo os primeiros, assim, críticos em relação a ação dessas pessoas que supostamente não sabiam do que se tratava ou fingiam que não sabiam, com o intuito de furarem a *quarentena*.

Outros não-linguistas ainda se propõem a discutir o significado do termo, bem como mostrar saídas possíveis para se denominar tal fenômeno. Discutem, portanto, se *isolamento social* seria um bom termo, havendo, inclusive, sugestões como “isolamento individual”¹³, “distanciamento físico”, como verificamos na figura 4. De acordo com um dos usuários da rede, o *distanciamento social* sempre existiu, fazendo uma crítica política, deslizando do sanitário para a temática da luta de classes:

Figura 4 – distanciamento social¹⁴



Há ainda aqueles que definem o termo, primeiramente, utilizando-se do marcador de definição subjetiva *X não é, mas* proposta por Paveau, em *Os pré-discursos: sentido, memória, cognição*¹⁵, a partir do conceito de lexicografismo. Nele, a autora nos diz que os sujeitos fazem definições espontâneas, sem referência a um instrumento lexicográfico – como dicionários – ou qualquer outra aparelhagem teórica, pretendendo-se estar no lugar desses

¹³ Fonte: <<https://twitter.com/pauloeneas/status/1401804752527282178>>. Acesso em 30 nov. 2021.

¹⁴ Fonte: <<https://twitter.com/VascoCamiloBer1/status/1329090271674392582>>. Acesso em 14 set 2021.

¹⁵ Ver em PAVEAU, Marie-Anne. *Os pré-discursos: sentido, memória, cognição*. Campinas: Pontes Editores, 2013.

aparatos e dependendo de uma lexicografia popular. Tais definições se propõem como restauradoras de um sentido desviado das palavras e produzem um efeito de objetividade.

Em vista disso, verifica-se, então, o que não é o *distanciamento social*, para os locutores: não é “prisão domiciliar”¹⁶, nem “ostracizar e julgar e ter medo de outros seres humanos”¹⁷, como também não sair nunca de casa¹⁸ ou “distanciamento emocional”¹⁹. Mas é, respectivamente: “encontrar meios seguros desse momento ser o menos prejudicial possível p a saúde mental”; “tempo de unidade” e encontrar “maneiras de se unir dentro dos perímetros do ‘distanciamento social’”; é “não sair sem necessidade” e “necessário sair para caminhar e tomar sol/ar”, é conectar-se com os “seus entes queridos” e “superar isso juntos”.

Figura 5 – distanciamento social 1



Figura 6 – distanciamento social 2

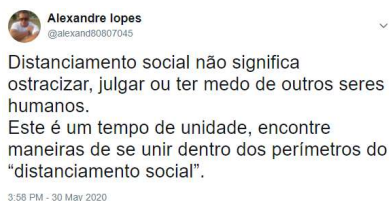
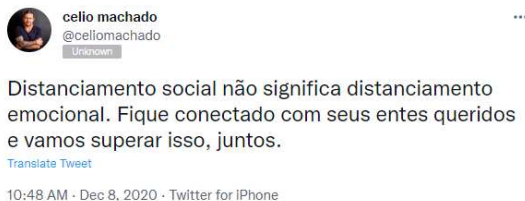


Figura 7 – distanciamento social 3



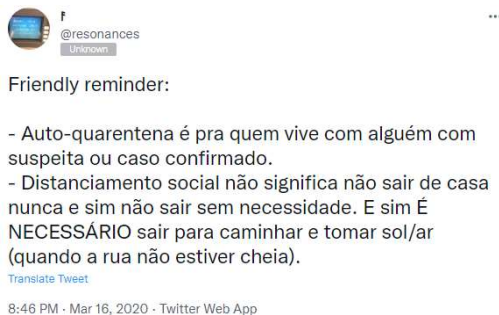
¹⁶ Fonte: <<https://twitter.com/aclaudiacvs/status/1346920861262077954>>. Acesso em 14 set 2021

¹⁷ Fonte: <<https://twitter.com/alexand80807045/status/1266866498557140992>>. Acesso em 14 set 2021.

¹⁸ Fonte: <<https://twitter.com/resonances/status/1239699489222361088>>. Acesso em 14 set 2021.

¹⁹ Fonte: <<https://twitter.com/celiomachado/status/1336306615813873666>>. Acesso em 14 set 2021.

Figura 8 – distanciamento social 4



Por outro lado, há aqueles que criticam o relaxamento do significado do termo e, conseqüentemente, das medidas preventivas, bem como a atitude dos brasileiros em relação ao distanciamento, conforme as postagens a seguir:

Figura 9 – distanciamento social 5²⁰

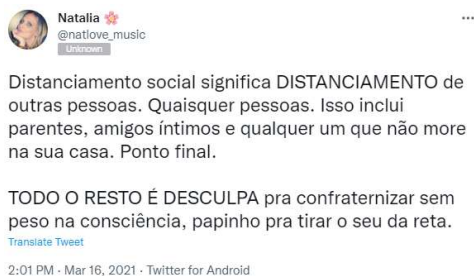
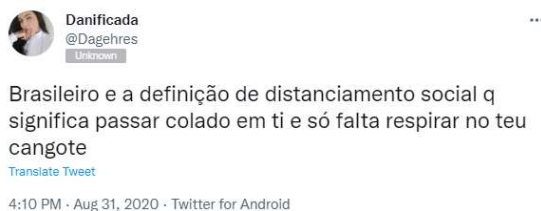


Figura 10 – distanciamento social 6²¹



²⁰ Fonte: <https://twitter.com/natlove_music/status/1371869232040919044>. Acesso em 14 set 2021.

²¹ Fonte: <<https://twitter.com/Dagehres/status/1300511356031041536>>. Acesso em 14 set 2021.

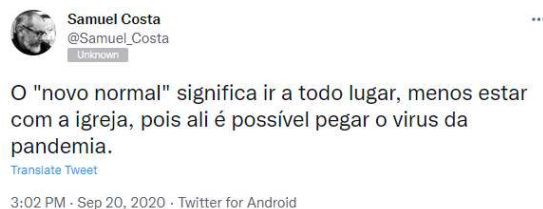
Verifica-se aqui uma entrada semântica e lexical para se dizer sobre a língua, bem como disputas sobre os sentidos de *distanciamento social* (figuras 9 e 10). Portanto, juntamente com as disputas, há também o que Paveau (2020a) categoriza como prática descritiva, na medida em que ocorre uma descrição, embasada nas percepções do que é correto, do funcionamento do léxico sendo aí apontada pelos sujeitos não-linguistas. Na esteira de Paveau (2020a) ao se definir o que é distanciamento, se produz um julgamento sobre a relação do nome (distanciamento) com a coisa, ou seja, com o ato de se distanciar.

Ainda na prática descritiva, o *novo normal* aparece no *corpus* de duas maneiras: como recusa ao termo ou ao seu possível significado ou como uma consequência do sistema capitalista. No primeiro, verificamos a recusa seja por meio de uma desqualificação do termo, sendo considerada “a expressão mais cretina da década”²²; por meio de um post irônico, em que o *novo normal* inclui a ida a todos os lugares, exceto em igrejas, pois “ali é possível pegar o vírus da pandemia”²³; em um outro, propõe-se maior consciência política e engajamento em lutas contra a desigualdade social, privilégios e o racismo²⁴:

Figura 11 – novo normal 1



Figura 12 – novo normal 2

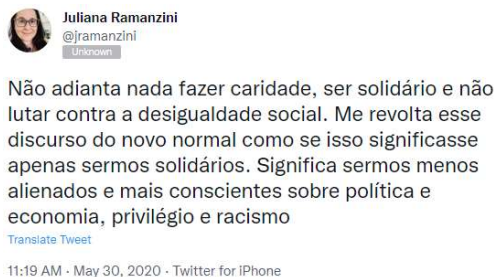


²² Fonte: <<https://twitter.com/beckmaryjane/status/1298658358120120320>>. Acesso em 17 nov 2021.

²³ Fonte: <https://twitter.com/Samuel_Costa/status/1307741852976713730>. Acesso em 17 nov 2021.

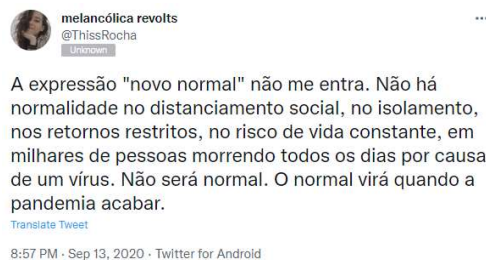
²⁴ Fonte: <<https://twitter.com/jramanzini/status/1266736006331539457>>. Acesso em 17 nov 2021.

Figura 13 – novo normal 3



Além disso, em uma das postagens, a internauta afirma não se conformar com o “novo normal” com “distanciamento” e “isolamento” social, considerando o “risco de vida” e a quantidade de vidas perdidas. A normalidade, de acordo com a internauta, só viria no fim da pandemia:

Figura 14 – novo normal 4²⁵



Por último, a ideia de que o *novo normal* seria somente o normal, uma consequência do sistema capitalista em que vivemos, que não preza pela vida das pessoas: “‘novo normal’ significa admitir a incapacidade do capitalismo de resolver qualquer crise, seja ela de qualquer natureza? Eu chamaria só de normal”²⁶.

Nesses exemplos, há a manifestação de uma discursividade que se inscreve na crítica à sociedade, seja ela pela crítica ao capitalismo, ao

²⁵ Fonte: <<https://twitter.com/ThissRocha/status/1305294582935171074>>. Acesso em 14 set 2021.

²⁶ Fonte: <<https://twitter.com/theusdisparada/status/1296280451288576000>>. Acesso em 15 set 2021.

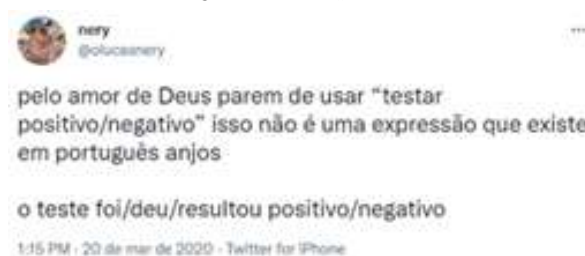
funcionamento da sociedade, ou às decisões de mobilidade das pessoas durante a pandemia. Junto a isso, verifica-se a prática descritiva que, por um movimento pautado nas definições semânticas, produz-se um efeito de sentido crítico em relação ao sentido formal do termo.

Figura 15 - novo normal 5²⁷



A recusa do termo acontece também com *testar positivo*. Isso ocorre, na maior parte dos casos, devido a possibilidade de ser uma tradução literal de outra língua, não esclarecida pelos locutores. Parte dos internautas o trata como erro, ou como não existente na língua portuguesa e que não merece ser uma expressão da língua. Outros dão opções de como seria correto na língua portuguesa: “o teste foi/deu/resultou positivo/negativo”; “acho que diríamos ‘o resultado do exame do fulano foi negativo/positivo’”, conforme verificamos nos exemplos das figuras 16 e 17.

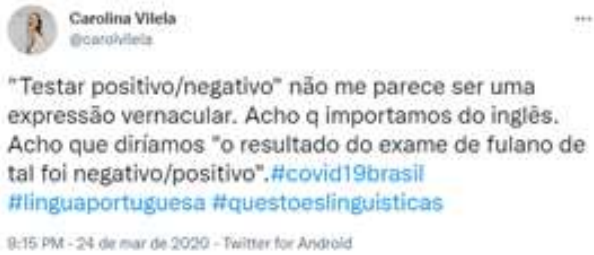
Figura 16 – testar positivo 1²⁸



²⁷ Fonte: <<https://twitter.com/theusdisparada/status/1296280451288576000>>. Acesso em 15 set 2021.

²⁸ Fonte: <<https://twitter.com/olucasnery/status/1241035764269486080>>. Acesso em 20 set 2021.

Figura 17 – testar positivo 2²⁹



Duas postagens, ainda, afirmam que o uso da expressão deveria ser “passível de cadeira elétrica perpétua”³⁰ e que a expressão “é cagada”³¹ (figuras 18 e 19). Três locutores, para além de lamentar o uso do termo, resiliam-se, dizendo que devemos nos acostumar, e que provavelmente a expressão deverá ser incorporada na língua no futuro ou que tudo que levaremos no fim da pandemia será o novo termo (figuras 20 a 21).

Figura 18 – testar positivo 3³²



²⁹ Fonte: <<https://twitter.com/carolvilela/status/1242605887526776833>>. Acesso em 20 set 2021.

³⁰ Fonte: <<https://twitter.com/EnricoDomenico/status/1301855458743980032>>. Acesso em 17 nov 2021.

³¹ Fonte: <https://twitter.com/ferreira_elvis/status/1331046865136214019>. Acesso em 17 nov 2021.

³² Fonte: <<https://twitter.com/lusandes0/status/1241149746879791105>>. Acesso em 17 nov. 2021.

Figura 19 – testar positivo 4³³



Figura 20 – testar positivo 5³⁴

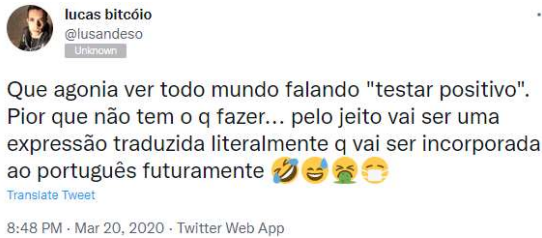
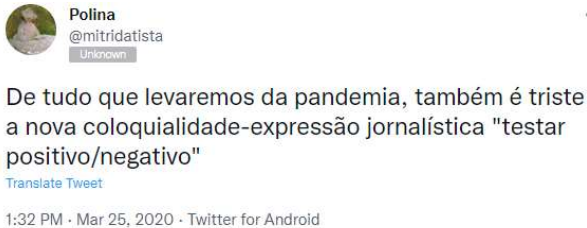


Figura 21 – testar positivo 6³⁵

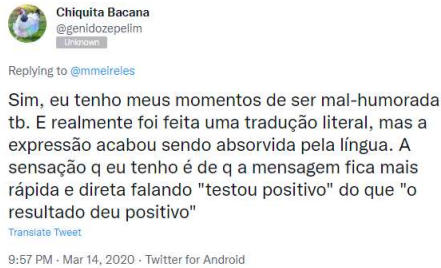


³³ Fonte: <<https://twitter.com/mitridatista/status/1242851914552934402>>. Acesso em 17 nov. 2021.

³⁴ Fonte: <<https://twitter.com/lusandes0/status/1241149746879791105>>. Acesso em 17 nov. 2021.

³⁵ Fonte: <<https://twitter.com/mitridatista/status/1242851914552934402>>. Acesso em 17 nov. 2021.

Figura 22 – testar positivo 7³⁶



Por último, verificamos também a normalização do termo realizada pelos locutores. Diferentemente dos anteriores, que o rejeitam, esses entendem que se trata de uma expressão utilizada como moda pela mídia ou que, como diz a própria locutora, assumindo que não falaria de outra maneira:

Figura 23 – testar positivo 8³⁷



Figura 24 – testar positivo 9³⁸



³⁶ Fonte: <<https://twitter.com/genidozepelim/status/1238992683907141632>>. Acesso em 17 nov. 2021.

³⁷ Fonte: <<https://twitter.com/Palino2517/status/1237929808341975041>>. Acesso em 15 set 2021.

³⁸ Fonte: <<https://twitter.com/ritinhacg1/status/1334291013356171266>>. Acesso em 15 set 2021.

Nos exemplos de *testar positivo*, há o que Paveau (2020a) chama de prática prescritiva, já que há uma imposição de uma forma tida como correta e, até mesmo, tratada como não possível de ser proferida na língua portuguesa. Esse é um forte exemplo desta prática linguística mobilizada pelos não-linguistas. Aqui não há apenas um fazer linguageiro da língua, mas um fazer linguístico, mais do que uma metalinguagem, uma metalinguística. Questiona-se o funcionamento do termo na estrutura da língua. Há, então, uma sintaxe popular, também uma linguística popular que faz emergir posicionamentos desses falantes sobre a língua, que evidencia a defesa do purismo linguístico, da norma gramatical como a totalidade da língua e única mobilização possível.

Como vimos, a questão do *distanciamento e isolamento social* como prevenção, bem como do *novo normal* aparecem no corpus como práticas descritivas. Já o *testar positivo*, como uma prática prescritiva realizada pelos não-linguistas. No corpus que selecionamos não foram verificadas as práticas emancipatória e intervencionista. A primeira se manifesta, a priori, em grupos invisibilizados, e evidencia a questão ética, para além da questão estética. Já na intervencionista, os locutores propõem a democratização da língua, de modo a facilitar o uso da língua. No nosso recorte foram mais evidentes as questões estéticas, um falar ou dizer sobre a língua e suas formas, no sentido de corrigi-las, descrevê-las, ou obrigar a dizer como se deve.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O mundo em contexto pandêmico mobilizou novos modos de dizer, modos de mobilizar termos e expressões para que todos pudessem compreender essa nova realidade. Junto com eles, apareceram também as dúvidas, os questionamentos, as avaliações, apreciações a respeito destes termos. Entende-se que os não-linguistas fazem linguística ao fazer tais práticas.

É importante salientarmos aqui que ao usarmos as lentes da Linguística Popular, transpassamos o nosso objeto, os sujeitos populares e a mobilização que eles fazem da língua produzem sentidos e práticas. Na esteira da Linguística Popular, compreende-se tais movimentos e não, apenas, classifica-se, mas sim, incorpora-se, promovendo uma ciência antieliminativa.

Os fazeres linguísticos estão espalhados pelos diversos fazeres linguageiros. A militância, por exemplo, seja ela das ruas ou da academia, se pauta nas questões linguísticas para produzir e dar o seu grito e são nessas

mobilizações e nessas práticas que se encontram e se projetam os embates. Nesse capítulo, procuramos identificar as tais práticas linguísticas e pudemos salientar que a circulação dos dizeres na pandemia e a utilização de redes sociais propiciaram a exacerbação de fazeres linguísticos produzidos por não-linguistas.

A possibilidade de dizer, dada aos sujeitos pelas redes sociais, e a emergência na vida cotidiana de termos que se inscrevem em discursos específicos como o médico e o científico, possibilitou ao sujeito comum questionar de maneira mais efetiva, não só a sociedade, como também a língua e seu funcionamento imbricado pelo histórico, social e político.

Portanto, os não-linguistas, ou seja, os populares, os linguistas profanos, estão mobilizando fazeres linguísticos, produzindo práticas, e a língua está aí funcionando, materializando lugares e poderes. Os não-linguistas, seja pelas entradas semânticas, lexicais, etimológicas produzem práticas descritivas, prescritivas, intervencionistas ou emancipatórias. Deste modo, cabe aos linguistas também contemplar os fazeres linguísticos realizados pelos populares. Não compete aos pesquisadores da Linguística Popular impor a cientificidade em detrimento do profano, já que é exatamente o fazer linguístico profano que movimentam as engrenagens deste campo em desenvolvimento no Brasil.

REFERÊNCIAS

- BARONAS, Roberto Leiser; Conti, Tamires Cristina Bonani; GONÇALVES, Marcelo Rocha Barros. (org.). *Linguística popular/Folk Linguistics: saberes linguísticos de meia tigela?* Editora UFMS, 2020.
- BARONAS, Roberto Leiser; COX, Maria Inês Pagliarini (org.). *LINGUÍSTICA POPULAR/FOLK LINGUISTICS: práticas, proposições e polêmicas*. 1. Ed. Campinas; SP: Pontes Editores, 2020.
- BARONAS, Roberto Leiser; GONÇALVES, Marcelo Rocha Barros; SANTOS, Júlio Antonio Bonatti. (org.). *Linguística popular: contribuições às ciências da linguagem*. Araraquara: Letraria, 2021.
- BRASIL. Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020. Presidência da República Secretária-geral: Subchefia para Assuntos Jurídicos Disponível em: <

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/l13979.htm# >. Acesso em 05 set 2021.

- GONÇALVES, Marcelo Rocha Barros. Sobre a Linguística Popular de Mário de Andrade. *Cadernos de Linguística*, v. 2, n. 4, e490, 2021.
- MEIRELLES, Fernanda Souza. Pesquisa Anual do Uso de TI nas Empresas, FGVcia: Centro de TI Aplicada, 32ª edição, 2021. Disponível em: < <https://eaesp.fgv.br/sites/eaesp.fgv.br/files/u68/fgvcia2021pesti-relatorio.pdf> >. Acesso em 23 ago 2021
- OLIVEIRA, D. H., & FALCONI-PIRES, L. M. (2021). A (res)significação de estigmas na canção Bixa Preta: os não-linguistas e os embates discursivos. *Porto Nacional, Porto Das Letras*, 7(4), 184-196, 2021.
- PAVEAU, Marie-Anne. *Os pré-discursos: sentido, memória, cognição*. Campinas: Pontes Editores, 2013.
- PAVEAU, Marie-Anne. *Linguística folk: uma introdução*. Organizado por Roberto Leiser Baronas, Tamires Cristina Bonani Conti e Julia Lourenço Costa. Araraquara: Letraria, 2020.
- PAVEAU, Marie-Anne. Novas proposições sobre a linguística popular: metadiscursos militantes e crianças-linguistas. Trad. Baronas; Falconi-Pires. In: BARONAS, Roberto & COX, Maria Inês P. (orgs.). *Linguística popular/ Folk linguistics: Práticas, proposições e polêmicas. Homenagem a Amadeu Amaral*. Campinas: Pontes, 2020a, p. 51-64.
- PAVEAU, Marie-Anne; COSTA, Júlia Lourenço; BARONAS, Roberto Leiser. *Ressignificação em Contexto Digital*. São Carlos: EdUFSCar, 2021.
- SANTOS, Sidnay Fernandes dos; CARVALHO, Lílian Pereira de; SANTOS, Guilherme Freitas dos Santos. Da gramática normativa à linguística popular militante: um percurso da linguagem neutra. *Porto das Letras, Porto Nacional*, v. 7, n. 4, p. 141-159, out./nov. 2021.

SOUZA, Karina. Quais são os 10 sites mais acessados no Brasil? Exame, 2021. Disponível em: <<https://exame.com/tecnologia/ranking-mostra-os-10-sites-mais-acessados-no-brasil-e-no-mundo/>>. Acesso em 23 ago 2021.

CAPÍTULO 7

O FENÔMENO DE (RE)NOMEAÇÃO DAS VARIANTES DO CORONAVÍRUS: DIÁLOGOS ENTRE TEORIAS DO DISCURSO DIGITAL E LINGUÍSTICA POPULAR¹

Mariana Morales da Silva
Lafayette Batista Melo
Marcelo Rocha Barros Gonçalves

INTRODUÇÃO

Historicamente, são comuns práticas discursivas que associam nomeações de doenças de grande alcance a localidades específicas, como ocorreu com a Peste de Atenas (V a.C.) ou com a Gripe Espanhola no início do século 20. No marco da pandemia da COVID-19, não foi diferente. Porém, quando da intensificação do uso do termo “vírus chinês”, sobretudo legitimado por autoridades como chefes de governo, assim como o então presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, e o atual presidente brasileiro, Jair Bolsonaro, a Organização Mundial da Saúde (OMS) recomendou enfaticamente a não associação de nomeações técnicas e populares do vírus ou da doença a nenhuma localidade, tendo em vista diminuir possíveis danos político-ideológicos decorrentes de tal associação (MELO; MORALES DA SILVA, 2020).

Por nomeações técnicas compreendemos (MELO; MORALES DA SILVA, 2020) o conjunto de termos técnico-científicos utilizado para identificação dos vírus e doenças para fins de investigação científica. No caso do contexto atual, temos, por exemplo, o termo SARS-CoV-2, que significa coronavírus de tipo 2 causador da Síndrome Respiratória Aguda Severa, o qual se refere à identificação do vírus, segundo o Comitê Internacional de Taxonomia de Vírus (*ICTV*, em inglês). Em trabalho anterior, afirmamos que (MELO; MORALES DA SILVA 2020, s/p.) “a nomenclatura do vírus objetiva colaborar e facilitar a prática investigativa com fins a desenvolver provas diagnósticas, vacinas e medicamentos. Sendo assim, pode-se encorajar

¹ Agradecemos a leitura crítica e valiosas contribuições oferecidas pelas pesquisadoras Lílian Pereira de Carvalho, Livia Maria Falconi Pires e de Guilherme Freitas dos Santos.

[em produções científicas] o uso de termos técnicos que estejam de acordo com o rigor da Ciência”.

Já, por nomeações populares, compreendemos o conjunto de nomes não técnicos e, portanto, de ampla circulação utilizado para nomear o vírus e a doença/síndrome, como apresentamos em Melo e Morales da Silva (2020). Coronavírus, novo coronavírus ou corona são termos utilizados para referir-se ao vírus e, COVID-19, para referir-se à doença/síndrome. Defendemos que, nomear uma doença, síndrome ou vírus, fazendo uso de nomes populares:

tem a função de possibilitar e facilitar o debate público para a divulgação de informações sobre prevenção, propagação, transmissibilidade, gravidade e tratamentos dessa doença. Por isso mesmo, deveriam se tratar de textos e discursos acessíveis e de fácil compreensão pelo público em geral e, nesse sentido, seria interessante dar preferência aos nomes populares, que são utilizados com frequência e, portanto, mais facilmente compreendidos. (MELO; MORALES DA SILVA, 2020, s/p)

Em síntese, apontamos que, em teoria, termos como COVID-19, por serem expressões populares “circulariam de forma mais ampla e natural nos meios de comunicação massivos, materiais didáticos com fins educativos e meios de comunicação de divulgação científica” (Idem, Idem, Ibidem). Enquanto os termos SARS-CoV-2 e coronavírus de tipo 2, por se tratarem de termos técnicos, “pertenceriam a um vocabulário mais restrito, presentes em artigos científicos, circulando em eventos acadêmico-científicos etc.”.

Interessante notar que não colocamos no conjunto de nomes populares, o termo “vírus chinês”. Embora não se trate de uma nomenclatura científica, esse termo não foi incorporado no conjunto de nomes populares devido às questões de ordem ética que circundam o termo.

Como o vírus surgiu na China, o esforço em disseminar o uso dos nomes COVID, COVID-19 e coronavírus visa dissociar, de forma mais radical, o vírus e a doença [...] de sua localidade de origem. Essa prática discursiva objetiva não estigmatizar uma região ou sua população, evitando o reforço de preconceitos étnicos que, no limite, podem incentivar práticas xenófobas e crimes de ódio. Além disso, podem resultar em interferências em relações diplomáticas entre nações. (IDEM, IDEM, Ibidem)

ssim sendo, essa postura marca uma preocupação, como já expressamos em Melo e Morales da Silva (2020), com os diferentes termos, nomes e discursos que circulam nas grandes crises, que contribui para perceber que não se trata de uma crise apenas da esfera sanitária, “mas que [termos, nomes e discursos] afetam e aprofundam também outras crises já existentes no âmbito social, cultural, étnico, econômico e político” (IDEM, IDEM, s/p) e, acrescentamos, no âmbito ideológico-discursivo.

Acontece que, quando ocorre o fenômeno das variantes do coronavírus, a problemática, que parecia quase superada em relação à nomeação de vírus e doença, retorna e se intensifica com o fenômeno das variantes do coronavírus, o qual é acompanhado da proliferação de nomeações como “variante indiana”, “variante de Manaus”, “variante do Reino Unido” etc.

Nesse ínterim, foram divulgados na mídia os nomes científicos das variantes, os quais geraram algumas confusões pela quantidade de letras e números sem um significado claro para a população em geral, como por exemplo, B.1.617.2, em referência à variante primeira identificada na Índia, P.1, relativa à variante primeira identificada no Brasil e B.1.1.7, correspondente à variante primeira identificada no Reino Unido. É no mesmo sentido de não estigmatizar as regiões em que as novas variantes foram encontradas e, também, de facilitar a leitura, que a OMS fez nova recomendação solicitando a renomeação das variantes por “variante Delta”, “variante Gamma”, “variante Alpha”, entre outras letras gregas, como podemos verificar em publicação na BBC News Brasil², no Jornal do Dia³ e no News Medical Life Sciences⁴. Na figura 1, temos um resumo das nomeações dessas variantes.

² Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-57683548> Acesso em: 30/06/2021.





³ Disponível em: http://www.jdia.com.br/ver_noticia.php?noticia_id=14157 Acesso em: 30/06/2021.

⁴ Disponível em: [https://www.news-medical.net/health/What-Mutations-of-SARS-CoV-2-are-Causing-Concern-\(Portuguese\).aspx](https://www.news-medical.net/health/What-Mutations-of-SARS-CoV-2-are-Causing-Concern-(Portuguese).aspx) Acesso em: 30/06/2021.







Figura 1: Nomeações das novas variantes

As variantes do Sars-CoV-2 reconhecidas pela OMS

VARIANTES DE PREOCUPAÇÃO (VOC)

Nome da OMS	Nome científico	Onde foi identificada pela primeira vez
Alfa	B.1.1.7	 Reino Unido
Beta	B.1.351	 África do Sul
Gama	P.1	 Brasil
Delta	B.1.617.2	 Índia

VARIANTES DE INTERESSE (VOI)

Nome da OMS	Nome científico	Onde foi identificada pela primeira vez
Épsilon	B.1.427/B.1.429	 EUA
Zeta	P.2	 Brasil
Eta	B.1.525	Vários países
Teta	P.3	 Filipinas
Iota	B.1.526	 EUA
Capa	B.1.617.1	 Índia
Lambda	C.37	 Peru

Fonte: Organização Mundial da Saúde



Fonte: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-57683548>

Entendemos que as renomeações sugeridas pela OMS não tiveram objetivo apenas de tirar o estigma dos lugares onde a variante foi inicialmente

identificada, mas também de contribuir com os debates públicos sobre as variantes emergentes e conseqüentemente aumentar as discussões sobre as vacinas e as formas de prevenção. A partir de uma junção de virologistas e especialistas de comunicação em todo o mundo, foi construída essa nomenclatura de modo que a pronúncia também fosse um fator facilitador para sua ampla circulação. Pode-se verificar, na figura 1, uma lista dessas variantes e ainda uma divisão entre variantes de preocupação (aquelas possivelmente mais virulentas e com maior poder de disseminação) e variantes de interesse (ainda não sendo constatadas como de alto poder de contaminação ou de interesse mais local).

Interessados, então, no fenômeno de nomeação/renomeação das variantes do coronavírus e de como essa prática discursiva é realizada e compreendida pelos falantes de uma língua, buscamos, neste capítulo, colocar em diálogo os estudos da Linguística Popular (PAVEAU, 2020 e NIEDZIELSKI; PRESTON, 2003) e da Análise do Discurso Digital (PAVEAU, 2018 e 2021a e 2021b) no marco da pandemia da COVID-19.

Para tanto, nosso *corpus* é constituído de comentários on-line coletados de reportagens sobre a nomeação/renomeação das variantes do coronavírus divulgadas em redes sociais digitais. Detivemo-nos no fenômeno linguístico relativo às variantes, pois entendemos que se tratou de um acontecimento discursivo muito maior que o do relativo ao termo “vírus chinês”, devido a coincidir com o momento de mapeamento de contágios e políticas de fechamento de fronteiras e/ou restrições de cada país. Assim, o critério de seleção dos comentários foi a pertinência sobre a língua e mais especificamente sobre o fenômeno linguístico de renomeação das variantes.

O DISCURSO NATIVO DIGITAL E SEUS TRAÇOS DISCURSIVOS

Marie-Anne Paveau, autora precursora da Análise do Discurso Digital, doravante (ADDigital), investiga o funcionamento dos discursos nativos da web. A autora parte de uma perspectiva ecológica para pensar a ADDigital, ou seja, compreende que discurso, sujeito e máquina são indissociáveis e estão integrados na produção dos tecnodiscursos.

A inovação desta pesquisadora em relação ao digital é em não explorar apenas como um suporte, como usualmente se faz nas pesquisas em Ciências da Linguagem, em geral, e especificamente, nos estudos de Análise

do Discurso. Em outros termos, pela perspectiva da ADDigital, a autora propõe não marginalizar a máquina, antes considerada como um componente extralinguístico, mas considerar as particularidades do digital como elemento intrínseco aos discursos produzidos na web 2.0.

Segundo Baronas⁵, é por essa perspectiva que a Linguística é questionada, teórica, metodológica e epistemologicamente. O investigador afirma que os tecnodiscursos, ao inaugurarem novas discursividades, exigem das Ciências da Linguagem que atualizem seus métodos ao mesmo tempo que colocam à prova seu arcabouço teórico.

Conforme Paveau (2021b), compreender os discursos digitais como tecnodiscursos implica conceber o prefixo tecno como uma opção teórica fundamental, capaz de modificar inclusive a episteme tradicional das Ciências da Linguagem:

É também afirmar que os discursos digitais nativos não são de ordem puramente linguageira, que as determinações técnicas co-constroem as formas tecnolinguageiras e que as perspectivas logo e antropocêntricas devem ser descartadas em prol de uma perspectiva ecológica e integrativa, que reconhece o papel dos agentes não humanos nas produções linguageiras (PAVEAU, 2021b, p. 31)

Desta forma, entendemos por tecnodiscursos, os discursos nativos da web, ou seja, os discursos produzidos no interior dos dispositivos técnicos, e, por isso constitutivos de tais dispositivos digitais. Sendo assim, a autora afirma que:

Os tecnodiscursos são, indissociavelmente linguageiros e técnicos, duas faces que de tão imbricadas não permitem que a materialidade propriamente linguageira seja extraída das funcionalidades técnicas dos espaços conectados, sem que com isso, as análises sejam prejudicadas. (PAVEAU, 2021a, p. 19)

A autora atribui seis características aos tecnodiscursos. São elas: a composição, a deslinearidade, relacionalidade, a ampliação, a investigabilidade

⁵ Notas de aula, disciplina ACIEPE-UFSCar, 2020, ministradas pelo prof. Dr. Roberto Leiser Baronas.

e a imprevisibilidade que serão abordadas de forma detalhada na descrição de nosso *corpus* em conjunto com a análise.

NOTAS SOBRE LINGUÍSTICA POPULAR

Na linguística pós-saussuriana, os primeiros investimentos nos dados populares estão comumente atribuídos aos trabalhos de Henry Max Hoenigswald (1915-2003), em suas célebres comunicações da UCLA sobre os dados populares em Linguística (BRIGHT, 1966). Paveau (2021, p. 16), sobre a inauguração desses estudos, afirma que: “O domínio anglo-saxônico da *folk linguistics* foi aberto nos anos 1960 do século passado pelos trabalhos inaugurais de Hoenigswald (1960, 1996), que reivindicou firmemente que se leve em conta os saberes espontâneos na constituição de toda a ciência”. Em Niedzielski; Preston (2003, p. 2): “A tradição é muito mais antiga, mas nós devemos datar interesse na Linguística Popular desde 1964 quando da Conferência Sociolinguística da UCLA e da apresentação de Hoenigswald então intitulada ‘Uma proposta para o estudo da Linguística Popular’⁶.”

A base teórica da Linguística Popular se assenta sobre a concepção de que saberes linguísticos podem ser produzidos por não especialistas no ato de linguagem, em oposição ou não ao conhecimento científico produzido pelos profissionais treinados. Isto implica reconhecer que falantes comuns não só têm a dizer alguma coisa sobre língua e linguagem, mas que realmente o fazem, inclusive, em termos teóricos. Na perspectiva de Niedzielski; Preston (ver BARONAS; GONÇALVES; SANTOS, 2021, p. 13): “A Linguística Popular (LP) tem como objetivo descobrir e analisar crenças e atitudes em relação à linguagem em todos os níveis de produção linguística, percepção e incorporação cognitiva, coletando e examinando comentários abertos sobre ela por não linguistas”.

É nesse sentido, que Paveau (2018) busca romper com o binarismo cartesiano, pelo qual se coloca em oposição linguistas *versus* não linguistas. A autora propõe uma classificação em *continuum* em relação aos praticantes da Linguística Popular. Cox (2019) elaborou o seguinte quadro, a partir da

⁶ “The tradition is much older, but we shall date interest in folk linguistics from the 1964 UCLA Sociolinguistics Conference and Hoenigswald’s presentation there entitled “A proposal for the study of folk-linguistics.” (NIEDZIELSKI; PRESTON, 2003, P. 2) – tradução nossa.

proposta de Paveau, pelo qual podemos observar que a classificação em *continuum* ocorre na ordem decrescente do saber em relação à língua, que vai desde o saber mais especializado do linguista profissional até os saberes populares de falantes comuns.

Quadro I: Continuum das práticas linguísticas elaborado por Cox (2019) a partir de Paveau (2018).

Linguistas profissionais	Fornecem descrições linguísticas;
Cientistas não linguistas	Propõem descrições linguísticas, a exemplo do que faz Pierre Bourdieu em <i>A distinção: crítica social do julgamento</i> ;
Linguistas amadores	Fornecem prescrições e descrições linguísticas, a exemplo do que faz o jurista Gérard Cornu em seu manual de linguística jurídica;
Logófilos, glossomaniacos e outros "loucos da língua"	Empreendem intervenções na língua, quer por invenção, quer por deformação, a exemplo de Jean-Pierre Brisset ou George Orwell;
Preparadores, revisores e redatores	Sugerem descrições e prescrições (incluindo correções);
Escritores, ensaístas	Ensaíam práticas linguísticas descritivas e interventivas, a exemplo de Artaud que, dotado de um saber linguístico, epilinguístico e plurilinguístico, se esforça para elaborar outra língua, cujas características são, essencialmente, a mistura e a transgressão ao sistema;
Ludolinguistas	Fazem descrições-interpretações linguísticas, a exemplo de humoristas, imitadores, autores de histórias bobas, autores de jogos sobre as palavras;
Falantes engajados	Realizam práticas linguísticas descritivas e interventivas, a exemplo do "ateliê de análise e crítica do discurso político" intitulado, antifrasticamente, "O mundo reencantado de Nicolas Sarkozy", proposto em 2007, em Paris, no 19.º Distrito, pela Coordenação dos Trabalhadores Temporários e Precários da Ile-de-France, com o intuito de desenvolver meios eficazes de combater os efeitos do discurso político autorizado sobre os eleitores.
Falantes comuns	Realizam práticas linguísticas descritivas, prescritivas e interventivas, podendo ser encontrados entre quaisquer categorias profissionais que não tenham por hábito refletir sobre a língua, a exemplo de vendedores de loja, autores desconhecidos das colunas de leitores de jornais e revistas e usuários de blogs e fóruns, etc.

Fonte: Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/forum/article/view/1984-8412.2019v16n4p4271/42446>. Acesso em 30/06/2021.

Destacamos ainda, os tipos de práticas atribuídas aos “falantes comuns” a partir dos estudos de Paveau (2018). Conforme a autora francesa, as práticas linguísticas realizadas pelos falantes comuns podem ser: a) descritivas, que como o próprio nome diz, tratam-se de práticas de descrições ou pré-teorizações linguísticas, b) prescritivas, que são as práticas normativas comportamentais, com forte caráter moralizante c) intervencionistas são as práticas capazes de interferir na realidade da língua e d) militantes, prática

inserida no quadro teórico de Paveau no I *SIELIPop* (I Seminário Internacional de Estudos em Linguística Popular), realizado em março de 2020 na UFSCar, que são práticas que questionam usos dominantes da língua, em geral, levantando com isso um debate de ordem ética.

É interessante mencionar ainda que, por ocasião da publicação da palestra de abertura do I *SIELIPop*, Paveau (ver BARONAS; COX, 2020, p. 45) abandonou a antiga designação binária da tipologia de não linguistas. Na nova tipologia de linguistas populares proposta pela autora, foi feita a inclusão da categoria dos militantes (entre os linguistas amadores e os logófilos) e a categoria das crianças (posicionada entre os escritores (as)/ensaístas e os ludolinguistas).

UMA QUESTÃO (PARA ALÉM) DE MÉTODO: CARACTERIZAÇÃO DE UM *TECNOCORPUS*

Elegemos, inspirados em Morales da Silva (2021)⁷, o digital como lugar privilegiado de coleta de dados para nosso *corpus*, mais precisamente o espaço digital da web 2.0, localizado nas redes sociais digitais:

... dita social, ou seja, que permite as interações entre os internautas por meio dos dispositivos tecnodiscursivos, como os comentários ou os compartilhamentos, que favorecem a circulação dos conteúdos. [...] A web oferece, de fato, a possibilidade de numerosos usos relacionais a partir das disponibilidades e afordâncias que permitiram a emergência de práticas tecnodiscursivas. (PAVEAU, 2021a, p. 23)

Compreendemos, assim como Morales da Silva (2021), que a web 2.0 permite tanto o compartilhamento de “textos tradicionais” como de “enunciados anônimos”, conforme nomenclatura de Maingueneau (2021). O pesquisador compreende por textos tradicionais, aquelas produções que recebem tratamento editorial e são assinados por nomes próprios que passam a

⁷ Morales da Silva (2021), em seu artigo recém-publicado no dossiê Linguística Popular/Folk Linguistics da Revista Porto das Letras, organizado por Baronas, Pires e Conti, debate sobre as novas discursividades para os estudos da Linguística Popular, possibilitadas com o advento da web 2.0. Neste estudo, a pesquisadora propõe e disserta sobre a fecundidade de se explorar os comentários on-line de internautas falantes comuns sobre uma língua.

figurar como os fiadores daquele discurso. Já os enunciados anônimos, são as produções dos internautas possíveis apenas pelo funcionamento da web 2.0, a qual permite a circulação de enunciados que não passam pelos processos editoriais.

Destacamos que nosso *corpus* é composto exatamente pela relação dessa dupla possibilidade da web 2.0 e dos tecnodiscursos pela característica da relacionalidade, ou seja, quando as produções tecnodiscursivas são facilmente relacionadas umas com as outras e com a máquina. Como nos interessa, para investigar a produção de saberes populares sobre o fenômeno de renomeação das variantes do coronavírus, os enunciados de sujeitos não especialistas que não ocupam no debate a posição de fiadores, recorreremos aos enunciados de internautas produzidos em comentários a partir de sua relação de interlocução com os textos tradicionais, ou seja, comentários de falantes comuns (PAVEAU, 2018) tecidos a partir das reportagens de jornais on-line que noticiam o fenômeno de renomeação das variantes do coronavírus.

Além da relacionalidade, vamos fazer a descrição dos demais traços dos tecnodiscursos como comentado anteriormente. A característica da composição de um tecnodiscurso é marcada por uma mescla entre linguageiro e técnico, o que permite que as produções tecnodiscursivas sejam plurissemióticas. Considerando nosso material temos, por exemplo, a combinação de texto, imagem (que pode ser fixa ou animada), emojis, hiperlinks, hashtags. Alguns desses aspectos podem ser observados na imagem que compartilhamos a seguir na figura 2 (Fonte: Postagem sobre desnacionalização das novas variantes), na postagem na rede social digital



Facebook da reportagem Uol⁸ e na figura 3, na resposta a um comentário da mesma postagem:

Figura 3: comentário com texto e gif (imagem animada)



Identificamos também as características da ampliação e da deslinearização. A ampliação está presente, por um lado, no recurso do compartilhamento, que é o que permite às redes sociais digitais oficiais dos jornais on-line veicularem suas reportagens hospedadas originalmente em suas páginas web, gerando assim, um hiperlink que redireciona os internautas à reportagem original, o que caracteriza, por sua vez, a deslinearização. Este inclusive foi um de nossos critérios para a escolha da rede social digital Facebook, pois ela permite aos internautas acessar diretamente a reportagem com apenas um clique na postagem compartilhada na rede social digital, à diferença, por exemplo, da rede social digital Instagram, a qual não gera o mecanismo de hiperlink em seus compartilhamentos.

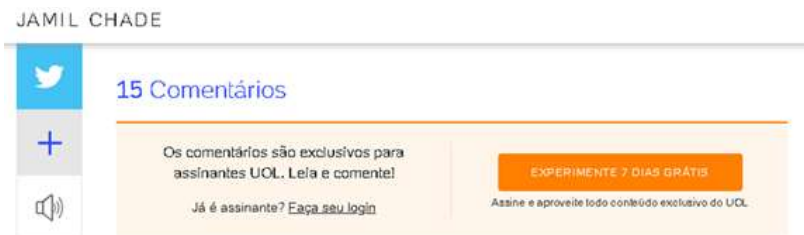
E por outro lado, também fizemos esta escolha pela possibilidade de interação dos internautas, ou seja, dos interlocutores das reportagens por meio dos recursos de comentários presentes tanto nas páginas web quanto nos comentários das postagens das redes sociais digitais. Como se pode identificar na figura 2, a postagem na rede social digital Facebook, recebeu 196 comentários e 100 compartilhamentos. Já a reportagem hospedada na página web do jornal on-line⁹, recebeu 15 comentários, sendo este, um espaço de

⁸ Disponível em: <https://www.facebook.com/UOLNoticias/posts/5625515260796577> Acesso em: 20/06/2021.

⁹ Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/jamil-chade/2021/05/31/contraxenofobia-oms-desnacionaliza-mutacoes-e-batiza-variantes.htm> Acesso em: 20/06/2021.

interação não aberto como ocorre na rede social digital, como se nota na Figura 4.

Figura 4: espaço para comentários ao final da reportagem on-line na Web, permitida apenas para assinantes.



Esse dado nos parece bastante interessante, reforçando nossa escolha pela web 2.0, entendida aqui como um espaço privilegiado para análise dos saberes populares construído sobre o fenômeno discursivo que aqui nos interessa, haja vista que é na web 2.0, mais precisamente, nas redes sociais digitais, que os internautas encontram um espaço aberto, livre de edições e critérios de seleção para poderem escrever, inscrever-se e co-construir conteúdos.

Entendemos que limitar a interação nos comentários apenas aos internautas assinantes opera como uma forma de edição, pela qual se estabelece a partir de um critério *a priori*, no caso econômico de fidelização, quem pode e quem não pode interagir com a reportagem na página oficial do jornal on-line. Isso provoca um efeito de controle, o qual se apresenta mais esgarçado quando nos direcionamos para a rede social digital, na qual o número exponencialmente maior de comentários e compartilhamentos indica um outro funcionamento.

Assim, encontramos a característica da imprevisibilidade, a qual está assentada no fato de que qualquer produção (tecn)discursiva, ao estar localizada no espaço digital e, sobretudo, ao estar localizada nas redes sociais digitais, perde o controle previsto por seus produtores. Essa característica se nota pela possibilidade, tanto da reportagem quanto da postagem, de ser compartilhada e comentada quase que indiscriminadamente, sobretudo na rede social digital. Outro ponto que reforça a característica da imprevisibilidade é a presença de comentários com as mais variadas posições ideológicas e

discursivas, as quais podem se relacionar de forma mais fiel ao debate trazido pelo “texto tradicional” ou, então, pode apontar para comentários completamente imprevisíveis, como se nota a seguir na figura 5 em trecho de comentário da postagem da figura 2.

Figura 5: comentário na rede social Facebook



Em relação ao traço da investigabilidade, Paveau (2021) define que os discursos se inscrevem em um universo que nada esquece, pois são sempre localizáveis e coletáveis. Desse modo, os rastros do discurso digital são sempre deixados, mesmo que o internauta não se pronuncie, pois há metadados que são registrados na Web e permitem formas próprias de o internauta se pronunciar. No caso do nosso exemplo, podemos simplesmente colocar nas buscas do Google o título da nossa reportagem da figura 1 (“Contra xenofobia, OMS “desnacionaliza” mutações e batiza variantes”). Conseguimos desse modo, 552 resultados, alguns de trechos do Facebook, da própria reportagem da UOL, de endereços da notícia na versão para celulares, de outros blogs que fazem referência à notícia original, etc. Em outras palavras, rastros foram guardados e podem ser mostrados, por conta de a Web guardar metadados de tudo que nela circula.

Assim, elegemos essa postagem da UOL no Facebook (Figura 2), que estamos exemplificando para mostrar os conceitos dos traços do discurso digital, com o título “Contra xenofobia, OMS “desnacionaliza” mutações e batiza vírus”. A postagem foi publicada ao final de maio de 2021 na web, momento em que o fenômeno da renomeação das variantes começou a se dar de maneira mais intensa, possibilitando, assim, capturar o momento histórico da transição das renomeações.

Reforçamos que o recolhimento dos comentários se deu na própria página da rede social do Facebook, pois, como constatamos, ao descrever as características dos tecnodiscursos, as interações nas redes sociais digitais ocorrem de forma mais espontânea que no site dos órgãos na Web com as reportagens originais, nas quais muitas vezes os comentários são restritos ou permitidos apenas para assinantes.

OS COMENTÁRIOS ON-LINE SOBRE O FENÔMENO DE (RE)NOMEAÇÃO DAS VARIANTES DO CORONAVÍRUS

Dos 196 comentários encontrados na rede social digital Facebook da postagem da reportagem do UOL, selecionamos 41 por terem uma relação mais próxima com o fenômeno de renomeação das variantes do coronavírus e/ou por trazerem reflexões sobre a língua.

A partir do que estes comentários apresentam, muitos em interação uns com os outros, pelo efeito da relacionalidade, estabelecemos o seguinte agrupamento por tema dominante dos comentários: 1) rejeição ou aprovação à recomendação de renomeação das variantes do coronavírus; 2) deslizamento político; 3) proposição de outros nomes; 4) nomenclatura e a (des)nacionalização das variantes.

Para organização de nosso material, identificamos cada grupo com as seguintes legendas: rejeição, letra R seguida de número; aprovação, letra A seguida de número; deslizamento político, letra P seguida de número; proposição de outros nomes, letra N seguida de número; e finalmente, nomenclatura e a (des)nacionalização das variantes, em sua maioria trazendo a temática da xenofobia, letra X seguida de número. Alguns comentários possuem uma legenda mais complexa como “P5.1” e entende-se que se trata da primeira resposta do quinto comentário do grupo três, deslizamento político.

Entre as expressões de aprovação e rejeição, a avaliação disfórica teve maior expressividade em nosso *corpus*, 11 comentários, enquanto de aprovação, apenas 2.

Figura 6: comentários com marcas de rejeição.



Alguns internautas não-linguistas rejeitam a medida, sustentando o posicionamento na questão do tempo, levando a entender que tal medida teria que ser sido feita antes. Como se pode verificar em: R1: “*Agora? Um pouco tarde..não vai adiantar nada.*”. Outros se valem de ironias como em R3: “*Impressionante...agora tá resolvido o problema!*” ou então, R4: “*Pronto...agora resolveram o problema do vírus!*”, diminuindo a relevância das questões linguístico-discursivas em comparação à crise sanitária gerada pelo vírus. Encontramos comentários que, além de rejeitar a prática de renomeação das variantes, voltam a insistir no termo “vírus chinês”, como em R7: “*Quanta bobagem, resumindo é tudo vírus chinês*”, R8: “*Ah tudo vírus chinês mesmo oras!*”, R9: “*Virus chinês e pronto*” e R10 “*Podem até esconder a nacionalidade das variantes, mas o vírus é chinês Kkkk*”. Há os que expressam a rejeição reivindicando uma revisão histórica com relação a outros termos como “gripe espanhola” como se pode notar pelos comentários R6: “*Corrige então o termo gripe espanhola, que por sinal começou nos EUA*” e R11: “*A q besteira ate bom saber de onde veio a geografia da doença...muda então a gripe espanhola...vai mexer na historia [...]*”.

Já as marcas de aprovação, podem ser encontradas, como já mencionado, apenas em dois comentários de internautas não-linguistas, como se pode notar a seguir:

Figura 7: comentários com marcas de aprovação.



Em A1: “Importante medida pra evitar que governos escondam a mutação por medo de preconceito” e em A2: “Isso é de uma sensibilidade incrível, perfeito [...]”. Este último comentário, em sua continuação, enquadra-se também no segundo grupo, o qual identificamos como deslizamento para o campo político. A2: “[...] Agora tinha que abrir uma exceção no caso de uma possível variante brasileira. Teria que ser variante bozonaro”, fazendo referência ao chefe de estado brasileiro, Jair Bolsonaro, o qual, em seu governo, chegou a alcançar a nefasta marca dos 4 mil mortos em 24 horas com um total atualmente de mais de 590 mil mortos desde o começo da pandemia em março de 2020.

Assim, voltamo-nos para o grupo no qual identificamos efeitos de deslizamento político.

Figura 8: comentários com marcas de deslizamento político.



Embora tenhamos comentado sobre a característica da imprevisibilidade dos tecnodiscursos, consideramos que, no contexto brasileiro, com os efeitos da política de morte do atual governo federal, deslizar das questões da renomeação das variantes para o campo político passa, ao contrário, a ser previsível e esperado. Afinal a web 2.0 é o espaço no qual internautas encontram as possibilidades de se inscreverem, de marcarem suas críticas, extravasarem questões de grande profundidade revestidas de humor, como no comentário P2: *“No brasil temos o vírus Bolsonaro e as variantes 01, 02, 03 e 04. Levaram o país para a UTI em menos de 2 anos”*, fazendo alusão ao chefe de estado em comparação ao coronavírus e seus quatro filhos, conhecidos também pela numeração que remete às designações militares, 01, 02, 03 e 04, todos com trajetória política como o pai, um ex-militar, associados no comentário às variantes do vírus.

Os comentários dos internautas não-linguistas que levantam críticas a Bolsonaro e seu governo são a grande maioria, 9 comentários de um total de 13. Porém, como é esperado no debate/embate político, há também alguns poucos comentários, 2 comentários de 13, que respondem com marcas dos efeitos da polarização nacional, reforçada em 2016 (FREIXO, 2019), como se pode notar nos comentários P2.1.1.: *“Pelo visto tu entrou na fila da burrice umas quantas vezes. Vai comer pão com mortadela”*, fazendo uma referência ao governo do PT e, no comentário P6: *“No Brasil vírus lula e Dilma tirou todo recurso do nosso país para da outros países e nos deixou na (emoji de fezes)”*. Encontramos também um comentário que se assenta na descrença da política, uma outra marca do contexto político brasileiro intensificado em 2016. Vejamos: P6.1: *“Na verdade tem 13 tem 17 e 45 são várias variante e em 2022 vcs vão brigar por uma delas com toda família de vcs”*, referindo-se aos números das legendas dos partidos políticos, PT, partido dos governos anteriores eleitos democraticamente de Lula e Dilma; PSL, o partido que elegeu Bolsonaro, e; PSDB, partido do governador do estado de São Paulo, João Dória, atualmente opositor midiático de Bolsonaro que, no segundo turno contra Haddad (PT), ofereceu apoio ao atual chefe de estado brasileiro. Por este comentário, identificamos marcas das práticas discursivas sustentadas na crítica de representatividades políticas ou negação da política (GOHN, 2017). Interpretamos que esse debate/embate no espaço da web 2.0 permitiu um

deslizamento político que reflete de forma bastante fiel o atual cenário da política brasileira¹⁰.

Finalmente, os comentários P5: “*mas seguindo as orientações da OMS, vamos chamar de vírus COISO!*”, P5.2: “*Variante B17*”, por exemplo, engatam o terceiro critério observado que é a proposição de novos nomes. Estes, seguindo a temática do deslizamento político, trazem clara inspiração na crítica ao governo atual, mas encontramos-nos com outros movimentos de proposições também, como se pode verificar na seleção a seguir:

Figura 9: comentários com proposições de nomes.



Retomando a memória do termo “vírus chinês”, os comentários N1 e N2, propõem outros nomes, no primeiro caso “Xing Ling” nome popular pejorativo dado a lojas de venda de produtos fabricados na China vendidos a pequeno preço; e no segundo caso, “ALFA”, que nos leva a interpretar, por um lado, a ordem alfabética do alfabeto grego utilizado pela OMS, considerando alfa a primeira letra, logo, o vírus em si em sua primeira “forma” identificada na China. Por outro lado, pode nos levar ao imaginário de uma matilha, na qual o macho alfa (vírus identificado na China) de um coletivo (novas variantes, identificadas em outros países) seria o líder. Neste caso, interpretamos a sustentação do argumento na origem do vírus e não em razão de velocidade de propagação de contágios ou intensidade de efeitos da doença, haja vista que se

¹⁰ Ver capítulo neste livro dos autores Fernando Curtti Gibin e Marco A. Almeida Ruiz.

comprovou que algumas das novas variantes são mais agressivas – correspondentes ao grupo das variantes de maior preocupação.

Por fim, chegamos ao último critério encontrado em nosso *corpus*, nomenclatura e a (des)nacionalização das variantes, o qual se refere à argumentação de práticas xenofóbicas ou não xenofóbicas, em um evidente diálogo com a manchete da reportagem da notícia divulgada pelo site UOL e compartilhado em sua rede social digital Facebook.

Figura 10: comentários que debatem nomenclaturas e desnacionalização das variantes.



Estes comentários são os que de forma mais direta dialogam com a discussão proposta na reportagem do UOL, discutindo se determinada nomenclatura seria mesmo uma prática xenofóbica ou não, considerando a relevância em se identificar e relacionar lugares geográficos de origem e rotas das variantes, além de levantar outros casos em que doenças e vírus trazem forte memória com certas localidades e supostamente isso estaria posto como algo dado e não como uma problemática. Assim como os demais comentários na web, por se tratar de temas bastantes delicados e polêmicos, o que se nota é o movimento de debate e embate, argumentações, respostas e contra-respostas.

Sendo assim, pela descrição interpretativa realizada, é possível verificar vários “enunciados anônimos” (MAINGUENEAU, 2021), de falantes comuns (PAVEAU, 2018), que se configuram no contexto de uma Linguística Popular, aproveitando os recursos dos traços tecnodiscursivos (PAVEAU, 2021b).

Seguindo a categorização proposta por Paveau (2018, 2020) das práticas metalinguísticas dos falantes comuns, descritivas, prescritivas, intervencionistas e militantes, podemos afirmar que encontramos marcas das quatro práticas descritas pela autora. É importante ressaltar que, em diversos casos, um mesmo comentário trazia indícios de mais de uma prática metalinguística. Entendemos que isso se dá porque o discurso não é rígido e um mesmo falante comum pode, por exemplo, iniciar seu enunciado descrevendo um fenômeno linguístico e terminar marcando uma prescrição, como no caso a seguir:

X2: [...] difícil decorar qual nome de vírus pertence a uma determinado país! Não tem coisas mais importantes para fazer, oms?

O primeiro período traz marcas de uma descrição ou pré-teorização, enquanto o segundo, traz marcas de uma prescrição ao julgar o que a OMS deveria ou não fazer.

Já o caso do comentário A2, temos marcas no primeiro período de uma descrição por apreciação e no terceiro período uma proposta de intervenção, como se nota a seguir:

A2: Isso é de uma sensibilidade incrível, perfeito. Agora tinha que abrir uma exceção no caso de uma possível variante brasileira. Teria que ser variante bozonaro.

Além disso, os tecnodiscursos, especialmente em forma de comentários nas redes sociais digitais, trazem uma proximidade grande às marcas do discurso da oralidade (TFOUNI, 2006) que, pelas suas características, permite maiores deslizamentos, deslocamentos, mudanças de posicionamentos e condutas por não estar tão atado a certas normas de controle típicas do discurso da escrita (TFOUNI, 2006). Exemplificamos: é possível observar nos comentários uma não preocupação com as normais oficiais de pontuação, marcações de pausas da fala por sinais como três pontos, indícios de um certo descuido com a digitação, etc. Todas essas são marcas que reforçam que tais enunciados anônimos são livres dos processos de edição (MAINGUENEAU, 2001) e que também permitem que um mesmo internauta construa seu tecnodiscurso transitando por duas ou mais práticas metalinguísticas.

Reforçamos ainda que a proposta de Paveau, como a autora mesma esclareceu durante o I SIELIPop, realizado em março de 2020 na UFSCar,

não visa enquadrar práticas metalinguísticas em esquemas rígidos de categorização. Segundo a autora, assim como há um *continuum* na relação dos sujeitos linguistas e não-linguistas, a ideia de *continuum* também caracteriza suas práticas. Nesse sentido, não nos preocupamos em buscar traços, indícios e marcas nos comentários coletados de um tecnodiscurso que represente uma prática metalinguística em sua forma pura. Parece-nos mais interessante apresentar como os internautas “falantes comuns” constroem seus discursos na relação com mais de uma prática.

Assim, interpretamos que os comentários classificados como “deslizamento político” podem ser entendidos como práticas metalinguísticas tanto intervencionistas como militantes, por exemplo. Intervencionistas, pois ao proporem um novo nome, seja valendo-se de um mecanismo de sátira ou humor, os internautas não-linguistas intervêm na língua, ao mesmo tempo que engendra uma denúncia, a partir de uma não concordância com práticas políticas do atual governo brasileiro.

Em outros termos, entendemos que, pela língua, internautas não-linguistas encontraram com a possibilidade de se inscreverem uma forma de militância. Militância esta um pouco distinta da noção de militância compreendida por Paveau (2018, 2020), que se aproxima à noção de ativismo de grupos minoritários, sobretudo envolvendo questões éticas dos usos da língua. A militância que identificamos nos comentários on-line são, às vezes de ordem partidária e outras não contra um partido específico, mas a uma ideologia que sustenta as práticas sistemáticas negacionistas do atual governo federal brasileiro, representado na figura de Jair Bolsonaro.

Finalmente, considerando o contexto brasileiro, é muito interessante destacar que não encontramos marcas de uma relação direta entre rejeição, questionamento, ironização das recomendações da OMS de renomeação das variantes do coronavírus com posicionamentos negacionistas. Interpretamos que alguns comentários que traziam marcas de preocupação com a propagação das variantes, rotas de contaminação e gravidade da situação sanitária, por exemplo, também demonstraram desaprovam a medida por diferentes razões e isso não necessariamente marca uma postura negacionista.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste capítulo, pudemos observar diversas práticas de linguistas populares se arvorando de críticas e defesas à atitude da OMS ou ao governo brasileiro, ao usar a língua de determinado modo e autorizando-se eles mesmos a questionar e alterar usos da língua. Os comentários on-line de falantes comuns demonstram que os linguistas populares defendem suas posições de modo que o discurso quebre, amplie, mude, ou seja retomado não apenas pelo teor polêmico da discussão, mas singularmente pela possibilidade de acionamento das características dos tecnodiscursos, o que traz uma peculiaridade ao debate no ambiente virtual.

Podemos mesmo considerar que em nosso estudo acentua-se que a Web 2.0, com as propriedades das redes sociais digitais, tem seus diferenciados de outros usos on-line, como em chats, páginas web, blogs etc. Características da ampliação do discurso, por exemplo, proporcionadas ao mesmo tempo por comentários de postagens, novos comentários, sub-comentários e disponibilidades de links em um compósito como são bem próprias na rede social digital Facebook. Assim os tecnodiscursos trazem novos modos de produção, recepção e circulação e possivelmente proporcionam o surgimento de novas ferramentas para a análise discursiva.

Conclui-se que a web 2.0 configura-se como um campo político privilegiado para os estudos da Linguística Popular na contemporaneidade, sobretudo, em tempos de isolamento social, durante o qual as relações virtuais são tão exacerbadas. Nesse momento, as discussões polarizadas em conjunto com as possibilidades que nos trazem os recursos digitais ampliam e, também, quebram o discurso, mesmo em se tratando de discussões específicas, como a do fenômeno de (re)nomeação das novas variantes do coronavírus.

Desse modo, podemos estabelecer um diálogo entre as teorias da Análise do Discurso Digital e a Linguística Popular, observando em que medida características de uma pode influenciar a outra para a compreensão dos debates nas redes. Defendemos que pesquisar como a Linguística Popular encontra novos espaços de dispersão e estratégias no meio digital incorre que continuemos investigando suas relações, incluindo trabalhos futuros em outros domínios, como o quanto a Linguística Popular é influenciada pelo meio digital para seu fortalecimento ou enfraquecimento, como a Linguística

Popular trabalha os termos técnico-científicos através da internet, as relações da linguística popular on-line com o ensino, entre outros.

REFERÊNCIAS

- BARONAS, R. L.; COX, M. I. (org.) *Linguística Popular/Folk Linguistics: Práticas, Proposições e Polêmicas*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2020.
- BARONAS, R. L.; GONÇALVES, M. R. B.; SANTOS, J. A. B. (org.). *Linguística popular: contribuições às ciências da linguagem*. Araraquara: Letraria, 2021.
- BRIGHT, W. (org.). *Sociolinguistics*. Proceedings of the UCLA Sociolinguistics Conference. Haia-Paris: Mouton, 1966.
- FREIXO, E. C. *Polarização da política brasileira – ideologia e discurso na cena política nacional*. Curitiba: Juruá editora, 2019.
- GOHN, M. G. *Manifestações e protestos no Brasil: correntes e contracorrentes na atualidade*. São Paulo: Cortez, 2017.
- MAINGUENEAU, D. *Das razões para ler Resignificação em contexto digital*. PAVEAU, M. COSTA, J. L. BARONAS, R. L. (Orgs.) Resignificação em contexto digital. São Carlos: EDUFSCar, 2021, 9-14.
- MELO, L. B.; MORALES DA SILVA, M. COVID-19. Enciclopédia discursiva da COVID-19. InformaSUS/UFSCar, 2020. Disponível em: <<https://www.informasus.ufscar.br/covid-19/>>. Acesso em: 30/05/2021.
- MORALES DA SILVA, M. *Novas discursividades para a Linguística Popular: os comentários on-line sobre uma língua*. Revista Porto das Letras, Vol. 7, No 4, 2021, pp. 59-82.
- NIEDZIELSKI, N. A.; PRESTON, D. R. *Folk linguistics*. Walter de Gruyter, 2003.

PAVEAU, M.-A. *A resignificação na web social: princípios teórico-metodológicos*. PAVEAU, M. COSTA, J. L. BARONAS, R. L. (orgs.) *Ressignificação em contexto digital*. São Carlos: EDUFSCar, 2021a, 19-58.

PAVEAU, M.-A. *Análise do Discurso Digital: dicionário das formas e das práticas*. Campinas: Pontes editora, 2021b.

TFOUNI, L. V. *Letramento e alfabetização*. São Paulo: Contexto, 2006.

CAPÍTULO 8

“ACHATAR A CURVA”: ASCENSÃO E QUEDA DA COLETIVIDADE¹

Carlos Alexandre Molina Noccioli
Mariana Guidetti Rosa
Bianca Cristina de Oliveira Fabiano

ANTES DE UM PLATÔ

O presente capítulo é resultado de parte das atividades de pesquisa e extensão desenvolvidas no Laboratório de Estudos Epistemológicos e Discursividades Multimodais da UFSCar (LEEDiM) e tem por objetivo realizar uma análise linguístico-discursiva sobre o processo de circulação da expressão “achatar a curva” e os embates discursivos na sua difusão. Mais especificamente, nos atentamos para a circulação midiática de notícias durante o período inicial da pandemia no Brasil, analisando portais como R7, FAPESP e InformaSUS e a rede social Twitter, os quais veiculam informações significativas sobre o tema, para assim refletirmos acerca das dimensões discursivas que atravessam a circulação dessa imagem gráfica, realizada através de uma curva epidêmica, no caso da proliferação do vírus da COVID-19. Pretende-se analisar, por meio do arcabouço teórico da Análise do Discurso Francesa, como se dá, no atual momento, essa circulação, as relações observadas e as possíveis ressignificações.

¹ Gostaríamos de marcar que este capítulo recebeu uma leitura crítica bastante refinada das queridas colegas pesquisadoras Jorcemara Cardoso e Gleice Alcântara. Agradecemos os comentários que permitiram com que chegássemos na versão que apresentamos nesta obra.

“ACHATAR A CURVA”

A expressão “achatar a curva”², que nos remete a um conceito gráfico, ganhou destaque em termos de circulação em diversas mídias nacionais no início da pandemia, em 2020. De acordo com Rosa e Noccioli (2020), o gráfico teve a função de servir como estímulo a favor do distanciamento social para se evitar o crescimento acelerado do contágio pelo novo coronavírus. Os discursos que circundam em torno da expressão “achatar a curva” e sua representação gráfica são indícios da estratégia de divulgação de informações, a fim de ilustrar a eficácia das medidas de precaução. Entretanto, o número de circulações em grandes mídias sobre o achatamento da curva caiu, até se tornar praticamente nulo no ano de 2021 (quando comparado ao ano de 2020) no Brasil³. Uma das possibilidades para essa baixa ou quase inexistente circulação do termo deve-se à vacinação em andamento no país⁴: pode-se dizer que houve um achatamento na curva do número de casos infectados com o vírus da COVID-19. Devido a uma menor importância ou destaque dados ao distanciamento social e à retomada das atividades no “novo normal”, é compreensível que a expressão “achatar a curva” tenha caído em desuso. Mais comum que se promover o distanciamento social, no atual estágio da pandemia, é o estímulo ao retorno gradual das atividades sociais e econômicas, “seguindo os protocolos de segurança”.

² “Expressão composta pelo verbo “achatar”, no infinitivo, forma nominal tipicamente empregada para exprimir um objetivo, associada ao substantivo “curva”, que alude à linha demonstrativa de um gráfico para a evolução de dado fenômeno. O termo aparece também empregado com o substantivo “achatamento”, em “achatamento da curva”. (ROSA & NOCCIOLI 2020). Disponível em <<https://www.informasus.ufscar.br/achatar-a-curva/>>. Acesso em 06/09/21.

³ Como na reportagem de Patrícia Lages para o Jornal R7: “Era para achatar a curva, e agora era para que mesmo?”. Disponível em <<https://lifestyle.r7.com/patricia-lages/analise-era-para-achatar-a-curva-agora-e-para-que-mesmo-11032021>>. Acesso em 06/09/21.

⁴ “Quase seis meses depois do início da vacinação contra covid-19, o Brasil acelerou a campanha na metade final de junho e agora chegou à meta estabelecida pelo ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, de um milhão de doses aplicadas por dia, o que se repetiu 18 vezes no mês passado”. Disponível em <<https://noticias.r7.com/brasil/brasil-acelera-vacinacao-e-supera-media-de-1-milhao-de-doses-diaras-10072021>>, Acesso em 17/09/21.

SOBRE TRENDS E CIRCULAÇÃO DO(S) TERMO(S)

Para ilustrarmos essa apresentação sobre os termos, na sequência, passamos a exibir alguns gráficos fornecidos pela ferramenta Google Trends⁵. Esse instrumento é capaz de contabilizar a busca⁶ pela expressão “achatar a curva” entre os anos de 2020 e 2021. De acordo com o Google, os números representam o interesse de pesquisa relativo ao ponto mais alto no gráfico de uma determinada região em um dado período, ou seja, um valor de 100 representa o pico de popularidade de um termo, um valor de 50 significa que o termo teve metade da popularidade, e uma pontuação de 0 significa que não havia dados suficientes para se contabilizar. É possível averiguar que, durante o ano de 2020, houve picos maiores referentes à busca pela expressão, quando comparado ao ano de 2021. Em 2021, a expressão não apresenta um número relevante de buscas desde agosto.

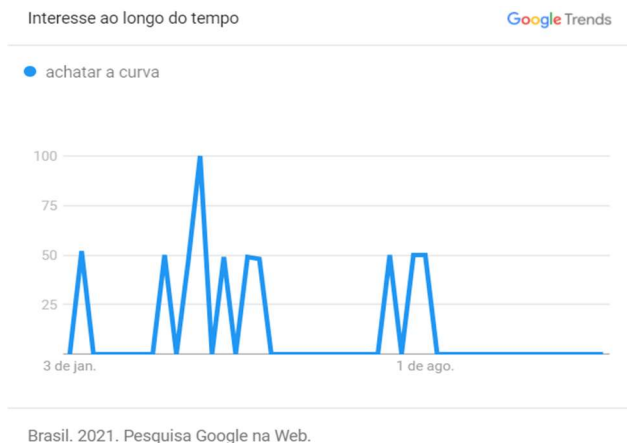
Figura 1: Gráfico referente à busca no Google pela expressão “achatar a curva” no Brasil em 2020, tendo o ápice no mês de Maio



⁵ Disponível em <<https://trends.google.com.br/trends/?geo=BR>>. Acesso em 22/11/2021.

⁶ Segundo o Google, “O Trends recolhe os dados das pesquisas efetuadas em todo o mundo, remove as informações pessoais e categoriza os dados. Seguem-se algumas ações que pode efetuar com o Google Trends: Obter estatísticas acerca das pesquisas em horas, locais e categorias específicos; Ver detalhes acerca das notícias principais nas estatísticas Em destaque; Ver o comportamento de pesquisa nas Histórias populares atualmente, tais como artigos e tópicos relacionado; Explorar as tendências na Pesquisa Google e no YouTube.” Disponível em <https://support.google.com/trends/answer/6248105?hl=pt&ref_topic=6248052>. Acesso em 22/11/2021.

Figura 2: Gráfico referente à busca no Google pela expressão “achatar a curva” no Brasil em 2021 (até 22/11/2021), tendo o ápice no mês de março



De mais a mais, observou-se que a expressão “média móvel”⁷, que também possui uma relação direta com a quantificação dos números de casos, tem circulado com certa frequência nas grandes mídias no estágio atual da pandemia, como tentativa de divulgação e controle da crise.

Na Figura 3, o gráfico comparativo dos números de buscas no Google entre as expressões “achatar a curva” (representado pela linha em azul) e “média móvel” (representado pela linha em vermelho) no Brasil em 2020 demonstram o comportamento das buscas pelos termos:

⁷ A média móvel de casos pela COVID-19 refere-se à média de casos ou mortes dos últimos sete dias. Para calcular a média móvel, soma-se o número de casos ou mortes de um determinado dia com o dos seis dias anteriores. Mais informações em: Entenda como é calculada a média móvel e a variação dos casos e mortes por Covid-19. G1, 2020. Disponível em: <<https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2020/07/27/entenda-como-calculada-a-media-movel-e-a-variacao-dos-casos-e-mortes-por-covid-19.ghtml>>, Acesso em 18/09/21.

Figura 3: Gráfico referente à comparação das buscas no Google pelas expressões “achatar a curva” e “média móvel” no Brasil durante o ano de 2020.



A seguir, encontra-se o gráfico referente à comparação das buscas no Google pelas expressões “achatar a curva” e “média móvel” durante o ano de 2021⁸. É evidente a diferença entre os dois: no ano de 2020, “média móvel” e “achatar a curva” circulavam abundantemente até o meio do ano; enquanto, em 2021, “achatar a curva” teve um número significativamente menor de buscas comparado à “média móvel”.

Figura 4: Gráfico referente à comparação das buscas no Google pelas expressões “achatar a curva” e “média móvel” no Brasil em 2021 (até 22/11/2021).



⁸ Até o dia de escrita do artigo (22/11/2021).

É interessante observar como duas expressões relativas aos números da COVID-19 circularam nas buscas do Google entre os anos de 2020 e 2021, e como “média móvel”, enfim, ganhou mais visibilidade recentemente.

Partindo-se do principiador trabalho que é verbete “Achatar a curva”, publicado em outubro de 2020, na plataforma do InformaSUS⁹, buscamos averiguar, sob uma presumível atualização de dados, a possível circulação dessa expressão em diferentes mídias, trazendo questões teóricas que possam responder a alguns questionamentos a respeito dos sentidos que circulam/circularam sobre a pandemia e sobre sua divulgação científica. Para além, procuramos, a partir de agora, refletir sobre como alguns pensamentos teóricos sobre análises linguístico-discursivas se relacionam em torno dos discursos que atravessam a expressão “achatar a curva” em circulação nos mais diversos portais de informação. Ademais, voltaremos nosso olhar aos deslizamentos de sentido que pudemos observar na rede social Twitter.

AO PONDERAR PELO VIÉS DE UMA ANÁLISE LINGUÍSTICO-DISCURSIVA

A análise do discurso francesa considera relevante examinar o processo de interação textual e/ou conversacional. Pensando nisso, importa pontuar que os discursos produzidos em contexto digital se reconstruam e se transformam todos os dias, mobilizados pelos processos de interação social. Nesse sentido, alinhamo-nos à Maingueneau (2021) quando o linguista reflete acerca da crise sanitária da COVID-19, desde duas questões que merecem destaque: (1) em razão de essa crise propor novos objetos de análise, novos corpora; (2) em razão de ela colocar em questão certos limites das abordagens discursivas mais

⁹ "Achatar a curva" (NOCCIOLI; ROSA, 2020) é um dos verbetes produzidos como parte da Enciclopédia Discursiva da COVID-19, projeto de extensão da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), publicado atualmente no site do InformaSUS-UFSCar (URL: <https://www.informasus.ufscar.br/enciclopedia-discursiva-da-covid-19/>), e que surgiu a partir da necessidade de levar a diversos leitores os muitos embates discursivos em torno da pandemia. A Enciclopédia Discursiva da COVID-19 é uma plataforma dialógica e colaborativa que conta com doze definições em forma de verbetes baseados em certos termos, conceitos, expressões, siglas etc. que circulam nos mais variados meios midiáticos e redes sociais brasileiras (InformaSUS, Agência FAPESP e Portal R7) e que estejam vinculados ao contexto da pandemia da COVID-19. Disponível em <<https://www.informasus.ufscar.br/achatar-a-curva/>>. Acesso em 06/09/21.

tradicionais. Paveau, pesquisadora no âmbito da análise do discurso digital, na mesma esteira, chama atenção para o fato de ser “preciso aceitar que o discurso não é um universo homogêneo e que por conta dessa heterogeneidade devemos delinear as consequências no que diz respeito aos conceitos e métodos de análise” (PAVEAU, 2021, p.11). Para mais, das interações realizadas nas mídias digitais pululam questões relevantes para perceber a circulação do discurso, mas que merecem nossa atenção ao se estabelecer um recorte para estudo.

Sendo assim, importa considerar a *web 2.0*¹⁰ como um significante dispositivo para realização de novos métodos de análise discursiva. Esses novos corpora discursivos tornam-se cada vez mais perceptíveis conforme o avanço da tecnologia e são imbricados pelos processos de globalização. A Revolução Técnico-Científico-Informacional, ou popularmente chamada de Terceira Revolução Industrial, entrou em vigor na segunda metade do século XX, principalmente a partir da década de 1970, quando houve uma série de descobertas e evoluções históricas relacionadas ao campo tecnológico. A partir desse fenômeno, o avanço e a disseminação de informações passaram a aumentar intensamente, principalmente no âmbito discursivo digital.

No Brasil, país afetado drasticamente pela crise sanitária da COVID-19, as ciências da linguagem, especificamente a Análise do Discurso digital, possuem papel relevante no quesito de propor reflexões acerca de como o uso de determinados sintagmas afetam o modo de interação entre os sujeitos nas grandes mídias, que são realizados através das divulgações científicas, da propagação de notícias ou de publicações diversas nas redes sociais. Segundo Maingueneau,

Estudar o papel desempenhado pelo discurso na atual crise de Coronavírus está além das capacidades de um indivíduo e mesmo de um grande número de indivíduos, pois a interpenetração entre o discurso e a epidemia é forte. E a tarefa é ainda mais difícil

¹⁰ O termo Web 2.0 é utilizado para descrever a segunda geração da World Wide Web --tendência que reforça o conceito de troca de informações e colaboração dos internautas com sites e serviços virtuais. A ideia é que o ambiente on-line se torne mais dinâmico e que os usuários colaborem para a organização de conteúdo. Disponível em:< <https://www1.folha.uol.com.br/folha/informatica/ult124u20173.shtml#:~:text=O%20termo%20Web%202.0%20%C3%A9,para%20a%20organiza%C3%A7%C3%A3o%20de%20conte%C3%BAdo.>> . Acesso em 18/09/21.

quando se escreve em um momento em que não apenas a epidemia não acabou, mas também a natureza do vírus, seus efeitos, sua evolução, sua transmissão e sua reinfecção permanecem amplamente desconhecidos. (MAINGUENEAU, 2020, p. 2)

Apesar das dificuldades relatadas pelo linguista francês, acredita-se que a AD francesa possa contribuir positivamente acerca dos efeitos de sentido produzidos, suas circulações e ressignificados, a respeito da COVID-19.

UM ELO ENTRE INFORMAÇÃO TÉCNICA E A POPULAÇÃO

Calsamiglia (1997) define a “difusão dos saberes” como um processo historicamente constituído, tal qual se configura a própria cultura de um povo. Cada cultura terá seus próprios meios, canais e protagonistas intrínsecos à transmissão do saber. Destarte, em dada cultura contemporânea ocidental, os conhecimentos se confundem com um mundo economicamente industrializado, cuja organização política deve se estruturar a partir de um funcionamento, a princípio, ou aparentemente, democrático.

A tarefa de popularização da ciência, entretanto, deve levar em conta uma série de desafios, dentre os quais, Cassany e Martí (1998) apontam a transferência do conhecimento especializado, técnico – cujo sistema conceitual apresenta um alto grau de abstração – para um público abrangente e heterogêneo, que possivelmente não tem contato com esse tipo de registro e, conseqüentemente, não tem acesso aos dados científicos específicos desse âmbito.

O encontro do âmbito científico com a experiência social cotidiana obriga o divulgador a uma troca de registros. Cassany e Martí (1998) utilizam-se do termo *estratégias divulgativas* para referirem-se a diferentes tipos de recursos ou procedimentos que são usados para tornar acessíveis ao público leigo os diferentes conceitos técnicos. O processo de divulgação de informação, abrangendo desde a coleta de informações selecionadas para serem organizadas até a reformulação do discurso, presta-se a um grande número de estratégias comunicativas, dentre elas, chamamos atenção para a recorrência a imagens, fotografias, infográficos, ilustrações, quadros e gráficos, por exemplo.

Considerando que portais como R7, Revista FAPESP, InfomaSUS, ou mesmo a rede social do Twitter, veiculam informações acerca da COVID-

19, os textos de divulgação científica constituem uma fonte de discurso público, atravessados por fatores contextuais atrelados à sua produção. Conforme Cataldi (2007), mesmo que o discurso divulgativo tenha o discurso científico como fonte, o modo de elaboração desse novo discurso é específico, haja vista sua dependência às concepções próprias de sua produção e difusão.

Observar o processo de reformulação da informação sobre ciência é necessário para se promover um trabalho analítico baseado em reflexões sobre a circulação de um gráfico formado por uma curva que representa a progressão de um surto epidemiológico, já utilizado anteriormente nesse âmbito, mas que parece ser eficiente para proporcionar inteligibilidade a um conceito técnico para o público geral. No sentido do discurso favorável ao distanciamento social, talvez esse gráfico tenha sido a estratégia de divulgação de informação mais produtiva, durante o início da pandemia – mais especificamente no entretempo entre a declaração de seu início no Brasil até, pelo menos, agosto do mesmo ano, momento em que ainda se observa uma significativa circulação do “achatar a curva”.

Ao olharmos, por conseguinte, para a organização gráfica das informações que materializam numericamente a pandemia, deparamo-nos com a impassibilidade dos números disposta a domar o inquietamento das pessoas num momento de apreensão.

Segundo Maingueneau (2020, p.9), "o mundo dos números se apresenta como o da objetividade e da universalidade; a universalidade é garantida por um sistema de signos que se pretende transcultural e, portanto, na medida para uma pandemia por definição global". Ao refletirmos sobre os muitos números utilizados por autoridades - sejam elas científicas, políticas, sociais - como o número de casos da COVID-19, número de mortes, taxa de ocupação de leitos nos hospitais, número de recuperados, número de vacinados etc., percebe-se a importância de quantificar a pandemia. Maingueneau (2020) salienta que os meios de comunicação nunca forneceram tantos números em variadas formas, como mapas geográficos, curvas, histogramas, gráficos, tabelas. Os números são parte significativa na construção dos discursos que validam a pandemia e funcionam, primordialmente, como uma tentativa de controle da situação. A quantificação dialoga diretamente com a questão do controle e, conseqüentemente, com a tentativa de conter o medo da população.

Em "Achatar a curva" (ROSA; NOCCIOLI, 2020), a representação gráfica:

aparece relacionada à expressão gráfica da evolução do contágio do novo coronavírus, expondo seu comportamento ao longo do tempo. Nesse sentido, tendo em conta a aceleração da proliferação do vírus, o gráfico é utilizado como argumento visual em torno do achatamento da "curva epidêmica", como incentivo para que se reprima o volumoso número de casos simultâneos e, assim sendo, não se sobrecarregue o sistema de saúde.

Dessa forma, o gráfico, além da questão da comunicação e divulgação científica a respeito da situação da pandemia, carrega, também, o discurso das autoridades que visam o controle dos casos e procuram fazê-lo por meio da quantificação numérica. Maingueneau (2020, p. 11) afirmou que "se o vírus pode ser visto pelo microscópio eletrônico, a pandemia enquanto pandemia só existe na verdade enquanto números". Assim, os números (tabelas, gráficos, curvas, etc) passam a transformar o "irrepresentável como representável", e o incompreensível como compreensível, remediando e aliviando a angústia de todos que vivem o cenário desconfortante de uma pandemia.

UMA EVOLUÇÃO DE CASO

"Achatar a curva" é, então, uma expressão emblemática que circulou produtivamente logo no início da pandemia causada pelo novo COVID-19, no Brasil, sobretudo, a partir de março de 2020. Discursivamente, podemos dizer que a expressão consegue reunir em si significações que vão desde a tal contenção ao medo, ou adestramento dos números, na esteira do que é apontado por Maingueneau (2020), até uma efetiva estratégia de governo, em termos foucaultianos, sob influência dos quais depreendemos da utilização desse desenho em curva à finalidade de gerenciar a população num didatismo característico do gráfico. Em especial, acerca desse didatismo, é basilar destacarmos a função divulgativa do gráfico, já que através dele se é capaz de transpor um discurso do âmbito mais técnico para o âmbito popular.

De início, vale dizer que o gráfico tão presente em diversas mídias conforma-se como fomento à promoção do distanciamento social, pensando-

o, à época, tal como relatado por especialistas¹¹, como uma das principais formas para se evitar o crescimento acelerado do contágio da COVID-19. Rosa e Noccioli (2020) apontam um conjunto de exemplos relativos ao uso da expressão:

“(1) Achatar a curva de disseminação da doença”[1]; (2) “Achatar a curva da epidemia”[2]; (3) “Achatar a curva de contágio”[3]; (4) “Achatar a curva epidemiológica”[4]; (5) “Achatar a curva de infecções”[5]; ou, ainda, (6) “Achatamento da curva de casos da COVID-19”[6]; (7) “Achatamento da curva é fundamental para não sobrecarregar os hospitais e suas unidades de terapia intensiva”[7]; (8) “Achatamento da curva da doença”[8]; (9) “Achatamento da curva de contaminação”[9]. Expressões relacionadas ao termo: “curva de crescimento do número de casos[10]”; “curva de crescimento achatada[11]”; “curva da COVID-19[12]”; “curva epidêmica[13]”; “curva da doença[14]”; “curva de disseminação do vírus[15]”; “curva de contágio[16]”; “curva de casos[17]”; “curva exponencial da pandemia[18]”; “curvas de contaminados e mortos pela doença[19]”.

Pelo seu caráter eminentemente visual inerente a um diagrama representado por um gráfico de linha, a representação configura-se, juntamente com outras estratégias de divulgação de informação, como um eficiente recurso para ilustrar a eficácia da medida do distanciamento social.

Nesse sentido, podemos falar em uma estratégia de divulgação de informação científica em direção à popularização da informação, uma vez que tanto o diagrama formado por uma curva para representar a progressão de um surto quanto o achatamento dessa curva marcando a contenção do espalhamento, ou a diminuição da taxa de transmissão, fazem-se presentes no campo científico enquanto conceito já utilizado no contexto da epidemiologia.

Pensando, então, a prática da utilização do gráfico como divulgação de conceitos complexos, para a mídia, em geral, ou qualquer outra instituição que se valha de um meio para divulgar informações, como, por exemplo, o Estado, adaptar dados mais técnicos de modo a tornarem-nos mais claras e mais acessíveis à população faz-se necessário.

¹¹ Coronavírus: por que é fundamental 'achatar a curva' da transmissão no Brasil. Disponível em: <[| 159 |](https://www.bbc.com/portuguese/internacional51850382#:~:text=%C3%80%20medida%20que%20o%20coronav%C3%ADrus,limitar%20o%20n%C3%BAmero%20de%20mortes.> Acesso em: 13/09/2021.</p></div><div data-bbox=)

Assim é que dados epidemiológicos e estatísticos se tornam mais compreensíveis, mais inteligíveis, ao serem desenhados por meio de uma curva, que delinea início, pico e fim de uma epidemia. Essa construção visual facilita ao público leigo compreender o objetivo de uma medida polêmica como o distanciamento social. Para além disso, independentemente do Estado, da ciência, ou ainda, de como tanto as políticas de governo como as análises científicas possam ser efetivas no enfrentamento da crise sanitária, o “achatar a curva” é uma demonstração didática de como a população em geral pode contribuir para atenuar a proporção da pandemia.

Importa dizer, ao conformar não só o processo de distanciamento social a uma linha gráfica como também os dados referentes ao espalhamento de um vírus num contexto de vicissitude, a população se depara com a exaustiva exposição de números que tem por efeito de sentido tornar uma pandemia, de contornos até então fabulosos, em algo verdadeiro e apurado tal qual a exposição de verificáveis dados numéricos.

Na outra mão, ao submeter todo um contexto complexo de crise sanitária a uma espécie de adestramento de números, parecem os números estarem sob uma dada previsibilidade exata. Exata, não obstante, capaz de organizar uma narrativa, inclusive com início, clímax e desfecho. Essa narrativa, desenhada por meio de um estreitamento próximo ao eixo horizontal de um gráfico, que se torna mais distante, alongando-se verticalmente conforme avança a disseminação da doença e, por fim, declina em direção a marcação do zero no eixo vertical, leva a um efeito de sentido próximo ao conforto, ao reconhecer, o espectador do processo, que inevitavelmente haverá um fim para a situação difícil.

Independentemente desses efeitos de sentidos inerentes à utilização de um recurso gráfico, vale dizer que essa estratégia de divulgação de informação se conforma como elo nas relações sociais estabelecidas entre Estado, cientistas e população. Por meio da utilização da imagem e divulgação do “achatar a curva”, exerce-se a condução de comportamentos na gestão da adversidade em saúde pública por parte tanto do governo, quanto da comunidade científica. Desempenha-se, portanto, o cerceamento e o controle sobre a sociedade, o discurso do Estado e dos especialistas mostram-se conectados a sucessões de controle, uma vez que o gráfico relativo ao achatamento da curva, além de se

prestar a persuadir sobre a importância do distanciamento social, tornou-se índice de uma reabertura da economia.

Em relação mais direta com os efeitos proporcionados pela atual crise sanitária da COVID-19 no Brasil, “achatar a curva” revela um forte embate discursivo entre os setores comerciais e as medidas preventivas de distanciamento e isolamento social, uma vez que, com a reabertura socioeconômica, as aglomerações se intensificam e o contágio infeccioso pelo vírus da COVID-19 cresce sensivelmente. A população exposta mais diretamente ao vírus, em geral, é aquela que já se encontra em situação de vulnerabilidade, pois não têm a opção de escolha de se isolar socialmente¹². Esses acontecimentos fomentam as discussões acerca dos sentidos relacionados à expressão “achatar a curva”.

Além do mesmo, a má gestão do atual governo federal e de alguns governadores, no sentido de não promover políticas públicas que contribuam para ajudar a população, fizeram com que a situação se desestabilizasse cada vez mais. Por conseguinte, uma parcela significativa da população brasileira empobrecida torna-se totalmente dependente do Estado, tendo a obrigatoriedade de trabalhar para sua subsistência.

Podemos ainda fazer uma relação entre o que Maingueneau (2020) chamou de “resposta ao medo”, com as questões de governamentalidade, associadas ao filósofo Michel Foucault. Foucault (2008) trata de governamentalidade a partir de:

um conjunto constituído pelas instituições, os procedimentos, análises e reflexões, os cálculos e as táticas que permitem exercer essa forma bem específica, embora muito complexa, de poder que tem por alvo principal a população, por principal forma de saber a economia política e por instrumento técnico essencial os dispositivos de segurança. Em segundo lugar, por “governamentalidade” entendo a tendência, a linha de força que, em todo o Ocidente, não parou de conduzir, e desde há muito, para a preeminência desse tipo de poder que podemos chamar de “governo” sobre todos os outros- soberania, disciplina- e que

¹² Metrô da Estação da Luz em São Paulo na pandemia Ver mais em: <<https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2021/03/25/estacao-da-luz-no-centro-do-sp-registra-aglomeracao-na-manha-desta-quinta-apos-recorde-de-internacoes-por-covid-19.ghtml>> Acesso em: 22/09/2021.

trouxe, por um lado, o desenvolvimento de toda uma série de aparelhos específicos de governo [e por outro lado], o desenvolvimento de toda uma série de saberes. Enfim, por “governamentalidade” creio que se deveria entender o processo, ou antes, o resultado do processo pela qual o Estado de justiça da Idade Média, que nos séculos XV e XVI se tornou o Estado administrativo, viu-se pouco a pouco “governamentalizado” (FOUCAULT, 2008, p. 143- 144)

Com isso, nota-se que o conceito de governamentalidade denomina os regimes de poder e tecnologia que servem para gerir o Estado. Assim, os discursos produzidos pelo governo acerca do “achatamento da curva” vão além do didatismo na exposição de dados de divulgação científica e transformam-se em argumentos utilizados para controlar a população, uma vez que essa estratégia pode ser utilizada como ponto nevrálgico para a reabertura da economia. A principal relação de poder centrada entre “achatar a curva” situa-se em como esse gráfico passa a ser utilizado pelo governo em prol de sua própria estratégia.

NOVOS SENTIDOS DISCURSIVOS ATRIBUÍDOS A EXPRESSÃO “ACHATAR A CURVA”

De acordo com o Ministério da Saúde¹³, o Brasil ultrapassou a marca de 200 milhões de doses de vacinas contra a COVID-19 aplicadas. Até agora¹⁴, são cerca de 158 milhões de pessoas com a primeira dose e mais 132 milhões com a imunização completa. Com isso, foi possível perceber pelas redes sociais, por exemplo, uma variação dos sentidos que circulam relacionados à expressão “achatar a curva”.

Pensando o uso de redes sociais como espaço para expressão, protesto e manifestação política, importa-nos examinar discursos que circulam nesse domínio público. Recuero, Zago e Bastos (2014) inventariam autores que estudaram o papel do Twitter na organização e na participação de protestos e movimentos da sociedade, demonstrando a relevância do olhar investigativo

¹³ Disponível em: <<https://especiais.g1.globo.com/bemestar/vacina/2021/mapa-brasil-vacina-covid/>> Acesso em 21/11/21.

¹⁴ O “agora” seria 21 de novembro de 2021.

para sites de rede social durante o desenrolar de eventos relacionados não só ao delineamento, mas também à reverberação de reações de caráter público. Para observar como se deu o processo de variação dos sentidos relacionados ao “achatar a curva”, optamos por realizar uma busca rápida pelo Twitter, rede social em que as pessoas publicam seus tuítes¹⁵, além de fotos, vídeos e links sobre o que estão fazendo ou sua opinião sobre qualquer assunto.

Em primeiro momento, ao digitar na barra de busca do Twitter “achatar a curva”, foi possível observar diversos tuítes, que são materiais multimodais, relacionados à exposição de posicionamentos conservadores e anti-vacina, em que o ato de achatar a curva foi abordado de forma irônica, como uma tentativa de desqualificar os discursos a favor do isolamento social para contenção da pandemia. Segue a Figura 5¹⁶, com um tuíte publicado em 13 de agosto de 2021 por um perfil de humor:

Figura 5: Tuíte publicado em 13/08/21 pelo perfil de humor @Word_News

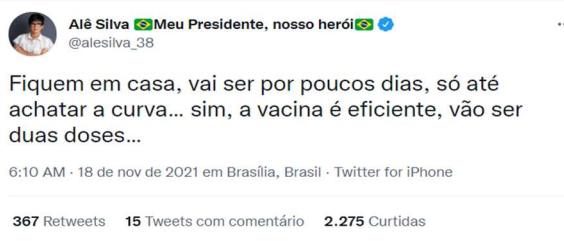


¹⁵ “Um tuíte é um enunciado plurissemiótico complexo, limitado a 240 caracteres com espaço, fortemente contextualizado e não modificável”. (Paveau, 2020, p. 369)

¹⁶ Disponível em <https://twitter.com/WORD_NEWS/status/1426124753161670665>. Acesso em 18/09/21.

A partir de uma breve análise, podemos observar o tom irônico e jocoso do tuíte acima, que traz enunciados defendidos pelo biólogo Átila Iamarino¹⁷ (“Precisamos achatar a curva, fique em casa!”) junto ao rosto de um Átila envelhecido e à imagem futurista de 2087. No tuíte, que é um material multimodal, corrobora-se o efeito de sentido da ironia em relação ao isolamento social pela utilização da expressão “fique em casa”¹⁸. É interessante pontuar que Átila é um sujeito detentor do discurso pró-isolamento e divulgador científico popular na internet desde o início da pandemia. Agora, é situado, no tuíte, como alguém equivocadamente em seu discurso, como se o isolamento não tivesse sido eficaz em achatar a curva epidêmica da COVID-19.

Figura 6: Tuíte publicado em 18/11/21 pelo perfil pessoal da Deputada Federal Alê Silva.



Na Figura 6¹⁹, exibimos o tuíte de Alê Silva, Deputada Federal que se autointitula bolsonarista em seu perfil pessoal do Twitter, fazendo uso da expressão “achatar a curva” ironicamente para contrapor o discurso pró-isolamento. Há uma tentativa de deslegitimação dos discursos que circulam a

¹⁷ “Átila Iamarino (5 de outubro de 1984) é um biólogo e pesquisador brasileiro, formado em microbiologia e doutor em virologia, notório por seu trabalho de divulgação científica no canal do YouTube denominado Nerdologia, que possui mais de 3 milhões de inscritos. Integra também o grupo Jovem Nerd, uma plataforma digital de cultura pop, jogos eletrônicos e conteúdo jovem. Durante a pandemia de COVID-19 no Brasil seu trabalho como divulgador científico teve grande impacto no esclarecimento da população e no combate à desinformação”. Wikipedia. Disponível em <https://pt.wikipedia.org/wiki/Atila_Iamarino>. Acesso em 27/11/2021.

¹⁸ É possível ler o verbete referente à expressão “Fique em casa” da Enciclopédia Discursiva da COVID-19 pelos autores Fernando Curtti Gibin & Marco Antonio Almeida Ruiz em: <<https://www.informasus.ufscar.br/fique-em-casa-2/>>. Acesso em 27/11/21.

¹⁹ Disponível em <https://twitter.com/alesilva_38/status/1461260578375319553>. Acesso em 27/11/21.

favor da ciência, das vacinas e do isolamento como medida necessária para contenção do número de casos.

A partir dessas figuras, deparamo-nos com a materialização dos deslizamentos de sentidos e dos embates discursivos na e pela circulação da expressão “achatar a curva” em espaços públicos do Brasil. Não obstante, vale dizer que, ao nos atermos às fontes iniciais que nos serviram aos *corpora* de Rosa e Noccioli (2020) para a produção do verbete “Achatar a curva”, os portais InformaSUS, FAPESP e R7, não há, pelas ferramentas de busca desses sites, publicações recentes que utilizem a expressão “achatar a curva”. de modo mais incisivo, a última reportagem publicada com essa expressão foi em março de 2021 pelo R7²⁰.

TRATEMOS BREVEMENTE, ENTÃO, DA “MÉDIA MÓVEL”

Conforme o site de notícia G1, a média móvel de casos pela COVID-19 refere-se à média de casos ou mortes dos últimos sete dias. Para calcular a média móvel, soma-se o número de casos ou mortes de um determinado dia com o dos seis dias anteriores. Com o objetivo de estabelecer o controle sobre a pandemia, os estatísticos calculam a variação percentual das médias móveis em um intervalo de 14 dias. “Por exemplo, a média móvel do dia 14 será comparada com a média móvel do dia 1º. Se este percentual for de até 15%, é considerado estável. Se for acima de 15% positivos, está em crescimento. Se for mais de 15% negativos, está em queda”²¹. O cálculo matemático da média móvel tornou-se um parâmetro de avanço ou recuo da pandemia no país, sendo publicado diariamente em alguns sites de notícias (G1 ou R7, por exemplo) a fim de divulgar à população brasileira dados sobre a atual condição da pandemia.

Ao buscarmos o uso da expressão “média móvel” nos sites escolhidos (InformaSUS, R7 e FAPESP), encontramos diversos resultados recentes, e até diários, utilizando a expressão “média móvel” como divulgação dos dados sobre

²⁰ Disponível em <<https://lifestyle.r7.com/patricia-lages/analise-era-para-achatar-a-curva-agora-e-para-que-mesmo-11032021>>. Acesso em 06/09/21.

²¹ Entenda como é calculada a média móvel e a variação dos casos e mortes por Covid-19. G1, 2020. Disponível em <<https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2020/07/27/entenda-como-e-calculada-a-media-movel-e-a-variacao-dos-casos-e-mortes-por-covid-19.ghtml>>, Acesso em 18/09/21.

a pandemia aos seus leitores. Pode-se dizer que a expressão “achatar a curva” não circula com a mesma frequência de 2020, porém a expressão “média móvel” se tornou um novo elemento a ser analisado discursivamente, que nos leva, assim como “achatar a curva”, a um efeito de sentido de controle. A narrativa “começo, meio e fim” como efeito de sentido presente em “achatar a curva” possui sua continuidade na circulação da expressão “média móvel”: além da questão sobre controle governamental (FOUCAULT, 2008), da divulgação científica (CASSANY e MARTÍ, 1998), e do controle do medo, (MAINGUENEAU, 2020), a média móvel dos casos se torna uma possível “substituta” ao “achatar a curva” àqueles que acreditam no fim da pandemia. Além de demonstrar uma consequência da vacinação no Brasil, a média móvel dos casos evidencia, dessa maneira, uma nova esperança a todos os brasileiros de que a pandemia estaria sob controle. Ainda sobre a importância dos números, Maingueneau (2020) salienta que

Os números e o que os tornam possíveis (tabelas, mapas, gráficos, curvas...) são a evidência de um remédio contra a angústia: eles transformam o irrepresentável em representável, eles se fecham nas grades. (...) Quando olhamos o mapa do mundo com seus círculos vermelhos, a pandemia não é mais somente essa potência assustadora e invisível, que circula em torno de mim, que me rodeia e me domina, é também alguma coisa que domino. (MAINGUENEAU, 2020, p. 11)

Em uma reportagem do R7 de 13 de setembro de 2021²², o Brasil encontra-se na menor média móvel de número de mortes desde novembro de 2020 e a menor média móvel de números de infectados desde maio de 2020, transportando-nos para a narrativa de que estaríamos mais próximos ao fim da pandemia no Brasil

²² “A média móvel de óbitos nos últimos 7 dias é de 518, a menor desde novembro de 2020, e a média móvel de novos casos é de 15.179, a menor desde maio de 2020.” Disponível em <<https://noticias.r7.com/saude/media-de-mortes-por-covid-19-e-a-menor-desde-novembro-de-2020-14092021>>. Acesso em 18/09/21.

NADA OBSTANTE, O FIM DE UMA CURVA, NÃO O DE UM FLAGELO

Ainda que haja - ou houvesse - a utilização de uma curva epidêmica como índice para o gerenciamento da pandemia da COVID-19, o Brasil demorou, factualmente, a achatar a curva. Isso ocorreu porque não existiu uma contenção do espalhamento do vírus como o esperado, ou, ainda, porque a curva utilizada no país poderia ter sido alimentada por dados que não correspondiam à realidade dos casos. Portanto, apesar de a população brasileira receber diariamente pelos meios midiáticos dados e curvas a respeito dos casos de COVID-19 no país, o que talvez produzir uma relação de confiança entre população e os gestores da crise, o desempenho não satisfatório relacionado à ação de achatar a curva, agora, acaba que por representar a dura realidade em torno da atual crise sanitária enfrentada no Brasil. Ou seja, o “achatar a curva” sempre tão associado a um otimismo diante do que se poderia fazer frente à pandemia passa a ilustrar mais o declínio da esperança nas ações coletivas. Em vez de a linha do gráfico declinar, o que decaiu foi o otimismo.

Ressalta-se, também, o quanto a expressão “achatar a curva” teve diferentes ressignificações discursivas (PAVEAU, 2019) em seus efeitos de sentido que circulam atualmente, com diferentes formações discursivas. Atualmente, “achatar a curva” é utilizado por uma formação discursiva de ideologia negacionista e conservadora, que ironiza as medidas iniciais de tentativa de contenção do espalhamento do vírus. Entretanto, a expressão “média móvel” se tornou a utilizada pela formação discursiva da ciência que visa a prover um controle sobre os dados epidêmicos, além de se tornar um elemento significativo de divulgação científica.

Por fim, tanto em “achatar a curva” como em “média móvel”, temos inúmeros embates discursivos que disputam, a todo instante, lugares nas circulações dos sentidos produzidos, por via de tantas formações discursivas. Assim como os dados estatísticos que se tornam mais compreensíveis por meio do gráfico de linha e de sua curva delineando início, pico e fim da pandemia, espera-se que a análise do discurso francesa, a partir da demonstração das relações dos efeitos de sentido pelas análises linguísticas, possa tornar o contexto histórico da pandemia um pouco menos angustiante aos sujeitos da contemporaneidade, à medida que esse campo de estudo busca olhar nossa

conjuntura sem obscurantismos e, conseqüentemente, interpretar nosso mundo de modo mais cognoscível. Ao cabo, “esse vírus desperta medo no mundo inteiro e o discurso é chamado a responder a esse medo.” (MAINGUENEAU, 2020, p. 2).

REFERÊNCIAS

CALSAMIGLIA, H. Divulgar: itinerarios discursivos del saber: una necesidad, un problema, un hecho. *Quark*, Barcelona: Observatorio de la Comunicación Científica, Universitat Pompeu Fabra, n. 7, p. 9-18, 1997.

CASSANY, D.; MARTÍ, J. Estrategias divulgativas del concepto príon. *Quark*, Barcelona: Observatorio de la Comunicación Científica, Universitat Pompeu Fabra, n. 12, p. 56-66, 1998.

CATALDI, C. A divulgação da ciência na mídia: um enfoque discursivo. In: GOMES, M. C. A.; MELO, M. S. S.; CATALDI, C. *Gênero discursivo, mídia e identidade*. Viçosa, MG: Ed. UFV, 2007, p. 155-164.

FOUCAULT, M. *Segurança, território, população: curso dado no Collège de France (1977-1978)*. Editora Martins Fontes. São Paulo. 2008.

MAINGUENEAU, Dominique. Resposta ao medo. *revista Linguagem*, São Carlos, V. 35, Dossiê Discurso em Tempos de Pandemia. setembro/2020. p. 1-17.

ROSA, M. G.; NOCCIOLI, C. A. M; Achatar a curva, *INFORMA SUS-UFSCAR*, 2020. Disponível em <<https://www.informasus.ufscar.br/achatar-a-curva/> 2020>. Acesso em: 15 fev. 2020.

RECUERO, R.; ZAGO, G.; BASTOS, M. T. O Discurso dos #ProtestosBR: análise de conteúdo do Twitter. *Galaxia* (São Paulo, Online), n. 28, p. 199-216, dez. 2014. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/gal/a/qqn8tdz3Nfxs3GvjttfkcdS/?format=pdf&lang=pt>> Acesso em: 25/11/2021

Webgrafia:

Na pandemia, política pública eficiente busca entender a realidade de quem está na rua. Disponível em: <<https://jornal.usp.br/ciencias/na-pandemia-politica-publica-eficiente-busca-entender-realidade-de-quem-esta-na-rua/>> Acesso em: 18/09/2021

Enciclopédia Discursiva da COVID-19. Disponível em <<https://www.informasus.ufscar.br/enciclopedia-discursiva-da-covid-19/>> . Acesso em 22/09/21

CAPÍTULO 9

ENCICLOPÉDIA DISCURSIVA DA COVID-19: UMA ENTREVISTA COM FERNANDA CASTELANO E ROBERTO BARONAS¹

Lauro Damasceno

O BATE-BOLA DISCURSIVO²

Enfrentar sanitariamente a pandemia da COVID-19 no Brasil e, naturalmente suscitados, os mais variados discursos sobre esse período-crise nos situa numa determinada conjuntura social, histórica e política que desnuda avanços e retrocessos, que expõe em debate e opõe em combate posicionamentos antivacina e contra o isolamento social, por exemplo, em oposição a estudos comprovados cientificamente e, mais amplamente, à ciência enquanto fonte de conhecimento verídica. Essa “desordem informacional”, como certos grupos de especialistas têm nomeado esse toma-lá-dá-cá de informações, não só dificulta o acesso a conteúdos que têm compromisso com a verdade, como também põe em xeque a validade destes. O movimento anticientificista ganha força e, *pari passu*, os cortes de verbas às universidades também.

E é partir desse panorama (quase?) bélico, nos confirmará ela ou não, que Fernanda Castelano³ pensa com a Equipe de Curadoria Linguística do InformaSUS-UFSCar, coordenada por ela, sobre a pertinência e necessidade de um projeto que abarcasse os termos relativos à pandemia da COVID-19, a (des)infodemia e o pandemônio - não só de maneira descritiva, mas

¹ Agradeço a disponibilidade e generosidade da professora Fernnada Castelano e do professor Roberto Baronas para a realização desta entrevista. Também agradeço o acompanhamento atento e afetuoso dos colegas Mariana Morales da Silva, Lílian Pereira de Carvalho e Júlio Bonatti, organizadores deste livro.

² Válido ressaltar que essa entrevista foi realizada da seguinte forma: uma vez escritas as perguntas, a Professora Fernanda as respondeu via áudio do WhatsApp, que posteriormente foram transcritos e retextualizados sob sua supervisão. Por sua vez, Professor Roberto respondeu diretamente no documento suas respostas.

³ Professora associada do Departamento de Letras – DL – da UFSCar. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2355244042442645>. Contato pelo e-mail: fecastel@gmail.com.

explicitamente crítica -, resultando na Enciclopédia Discursiva da COVID-19. Confere, professora?

FC: Pois é, Lauro, de fato, a nossa conjuntura histórica, política, social e econômica tem nos apresentado inúmeros desafios e tem nos colocado diante da tarefa de exercer a nossa cidadania com muito mais firmeza e muito mais insurgência – considerando a “cidadania insurgente” de que nos falou o Professor James Holston no livro em que analisa as periferias urbanas no Brasil (*Cidadania Insurgente*, 2013).

Ainda que essa crise política venha se agravando a partir de 2014, nós sabemos que, desde 2016, com o *impeachment* da presidenta Dilma, estamos vivendo num país que diariamente nos apresenta diferentes situações com inúmeros retrocessos. Temos visto a quantidade de reformas que o Congresso Nacional vem aprovando desde então e, nesse período, sofremos uma reforma educativa do ensino médio, que tem recebido muitas críticas; uma reforma da previdência; uma reforma administrativa com a Proposta de Emenda à Constituição – PEC - 32 em tramitação; a PEC 55, que limita os gastos públicos pelos 20 anos subsequentes a 2016 e, enfim, temos visto todos os tipos de retrocesso para uma agenda ultraconservadora nos costumes e também ultraneoliberal na economia.

Esse cenário tem colocado o povo e os intelectuais, mais especificamente, diante desse desafio histórico de se apresentar como resistência, de se afirmar, de se posicionar publicamente em oposição a tudo isso que está acontecendo no Brasil e no mundo, em defesa de todas as pessoas que estão perdendo direitos e em defesa do Estado Democrático de Direito.

Essas são as condições de produção da Enciclopédia Discursiva da COVID-19, que surge nesse contexto mais amplo, com essas marcas de nascença: as marcas da crise política, da crise econômica, da crise sanitária, do negacionismo, da retirada de direitos - isso tudo está no germe do projeto, que foi gestado a partir da nossa participação na Equipe de Curadoria Linguística da plataforma do InformaSUS-UFSCar e que contou com a contribuição do grupo liderado pelo Professor Roberto Leiser Baronas⁴, o Laboratório de Estudos Epistemológicos e de Discursividades Multimodais - LEEDiM. Nessas condições de produção, a Enciclopédia Discursiva da COVID-19 foi

⁴ Professor associado do Departamento de Letras da UFSCar. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4613001301744682>. Contato pelo e-mail: baronas@uol.com.br.

uma resposta quase visceral das pessoas que nela trabalharam com a tentativa de combater todo o tipo de desinformação, de *fake news*, e de colocar nossa força de trabalho e nossos corpos nesse necessário movimento de insurgência e de resistência ao que temos vivido aqui no Brasil.

RB: E depois de praticamente um ano de trabalho, se considerarmos a publicação do primeiro verbete da Enciclopédia como marco inicial, é possível ver com um pouco mais de nitidez a originalidade desse Projeto, que além de misturar pesquisa, ensino, extensão e solidariedade, traz também no seu DNA o gene da resistência, como a Professora Fernanda bem disse: resistência ao negacionismo científico, à desinformação e também, acrescentaria eu, a um modelo de divulgação científica ainda muito presente na nossa sociedade, que pasteuriza as informações, isto é, que as trata como se não fossem o resultado de um renhido trabalho de embates de sentidos.

LD: E essa discussão sobre as “condições de emergência” – porque são críticas e, ao mesmo tempo, fundantes, diria eu - da Enciclopédia me faz pensar sobre o nosso papel enquanto linguistas profissionais e a responsabilidade que recai sobre nossos estudos e pesquisas de mapearmos e, para além, denunciarmos como os recursos linguístico-discursivos têm sido empregados visando a propagação de discursos explicitamente “-istas” e “-fóbicos” [negacionistas, racistas, transfóbicos *etc.*], todos eles manipula-dores, de maneira livre e leve, visto que são autorizados e validados pela política de carnificina do Estado.

Ressaltando então, mais uma vez, o caráter crítico de todos os verbetes construídos no seio dessa enciclopédia discursiva e a obrigação ético-moral de se adotar uma pedagogia e uma prática livres do efeito de neutralidade (FREIRE, 2020 [1996], p. 69)⁵, o senhor, Professor Roberto - líder do LEEDiM, um grupo que, desde o surgimento, se pauta pelas questões políticas

⁵ O patrono da educação brasileira afirma que “Em nome do respeito que devo aos alunos não tenho que me omitir, por que ocultar a minha opção política, assumindo uma neutralidade que não existe. Esta, a omissão do professor em nome do respeito ao aluno, talvez seja a melhor maneira de desrespeitá-lo”. Freire afirma ainda que “A minha resposta à ofensa à educação é a luta política, consciente, crítica e organizada contra os ofensores” (*Ibid.*, p. 66).

e sociais - pensa que linguistas/discursivistas devem ter algum tipo de dever no enfrentamento da pandemia da COVID-19?

RB: Olha, Lauro... Michel Foucault, na sua Aula Inaugural no *College de France* em dezembro de 1971 (FOUCAULT, 2012 [1970]), nos disse que o discurso não somente traduz as lutas, mas é o objeto pelo qual se luta. E foi partindo desse enunciado, que é um verdadeiro programa de pesquisa para as humanidades de uma maneira em geral, é que pensamos os trabalhos de ensino, pesquisa, extensão e solidariedade da Enciclopédia Discursiva da COVID-19. Nos concentramos em deixar um pouco menos opaco para todos os interessados que os termos que circulam durante a Pandemia não são simplesmente termos, expressões linguísticas, mas, muito para além disso, são sentidos em renhida disputa. Ademais, ao mostrarmos esse embate pela dominância dos sentidos, buscamos mostrar também quem são os sujeitos autorizados a falar sobre a Pandemia e como esse acontecimento político-sanitário escancarou ainda mais a invisibilidade dos que mais precisam.

LD: Tendo as condições histórico-político-sociais desnudadas tão brilhantemente por ti, Professora Fernanda, e já tendo [con]versado sobre o que são e significam, efetivamente, essas palavras que relatam a pandemia, com a resposta do Professor Roberto, acredito que temos uma bela base pra conversarmos sobre o início dessa parceria entre InformaSUS e LEEDiM; sobre como vocês iniciaram a organização do projeto já-feita a parceria, como se deu a escolha das plataformas utilizadas, a formação das duplas pra escritura dos verbetes, as próprias entradas da Enciclopédia *etc.*

FC: E realmente, a parceria entre a Equipe da Curadoria Linguística do InformaSUS-UFSCar e o LEEDiM foi imensamente produtiva. Nós, inclusive, procuramos o Professor Baronas e o grupo que sabíamos que ele coordena justamente porque tínhamos dimensão da capacidade e do potencial desse grupo pra fazer o que nós imaginamos pra esse projeto num primeiro momento, isto é, trazer a discussão sobre a construção de sentidos em torno de certas palavras e expressões que *diziam a pandemia*; trazer à baila essa guerra de sentidos que explodiu de maneira muito particular e intensa nos primeiros seis

meses da pandemia da COVID-19; apresentar essa discussão pra sociedade, e não deixá-la restrita, circunscrita a quem analisa os discursos ou às pessoas que estudam e pesquisam no âmbito dos estudos da linguagem.

Algo fundamental nisso é que o nosso principal objetivo com essa enciclopédia, Lauro, era tornar acessível, pra toda a sociedade, a discussão sobre esses embates de sentidos que se realizam no discurso, como já disse o Professor Baronas. E esse objetivo implica também num grande desafio, porque isso pressupôs uma organização imensa do nosso processo de análise e, principalmente, de escrita, que se baseava nos princípios da divulgação científica e da simplificação da linguagem técnica: nós não queríamos empregar nenhum conceito da Análise do Discurso que pudesse dificultar a compreensão dos verbetes pelo público geral.

Num primeiro momento, quando o grupo começou a se encontrar, já com a consciência de que seriam feitas análises para a população em geral, muito fortemente arraigadas no âmbito da divulgação científica, nós começamos a mapear meios de comunicação e mídias pra escolhermos os dez verbetes que seriam analisados nessa primeira etapa de realização do projeto. O grupo, naquele momento, tinha aproximadamente vinte pessoas entre o Professor Baronas, eu e as demais pesquisadoras e os demais pesquisadores que formavam o LEEDiM e que se disponibilizaram a trabalhar nessa etapa inicial da Enciclopédia. Após um procedimento de *brainstorm*, escolhemos esses dez verbetes de maneira muito mais qualitativa do que quantitativa, tendo em conta as múltiplas experiências dos membros da equipe com as diferentes discursividades que se enfrentavam naquele contexto. Nessa sessão de *brainstorm*, na verdade, selecionamos não apenas palavras e expressões que transitavam no nosso cotidiano naquele momento e que repercutiam muito subjetivamente em cada um de nós, mas sim dez campos semânticos, que agrupavam vários termos cada um.

Depois dessa seleção dos verbetes, organizamos as duplas nas equipes de analistas, formadas por uma pessoa com doutorado e uma outra mais jovem – seja estudante de doutorado também, mestrado ou até mesmo de graduação. Cada dupla ficou encarregada de trabalhar com uma dessas sequências de termos e analisar o seu funcionamento no espaço das mídias selecionadas nessa etapa. A coleta dos dados foi realizada tanto em mídias hegemônicas (como o Portal R7, o G1, a Folha de São Paulo e CNN) quanto em revistas científicas

especializadas (como a Revista FAPESP) e, também, a própria plataforma do InformaSUS-UFSCar, que tem operado como um grande agente na divulgação de informações de confiança e de qualidade sobre a atual pandemia.

Na fase inicial da pesquisa, observando o funcionamento desses termos nas diversas discursividades que compunham o *corpus*, as duplas puderam encontrar qual palavra ou expressão, dentro das várias contidas no campo semântico com que operavam, era mais produtiva pra sua análise - e assim foram definidos os dez primeiros verbetes. Porém, nessa primeira etapa da Enciclopédia, alguns verbetes se desdobraram em outros e terminamos com catorze verbetes publicados até dezembro de 2020.

O processo de produção da escrita de cada verbete se dava da seguinte forma: cada dupla redigia sua análise discursiva do verbete escolhido, gerando uma primeira versão escrita do material. Essa versão passava por uma leitura crítica feita por outra dupla da equipe de analistas, que sugeria as primeiras modificações no texto; depois dessas alterações, uma segunda versão era apresentada a todo o grupo em reuniões virtuais de discussão e, assim, a dupla de autores do verbete produzia, então, uma terceira versão do texto; finalmente, essa terceira versão era enviada pra mim, que era a responsável por fazer, digamos, o tratamento editorial final para a publicação na plataforma InformaSUS.

Todo esse procedimento coletivo de produção foi absolutamente inovador como processo metodológico de escrita e, ao mesmo tempo, muito participativo e muito desafiador, porque um processo de escrituração e reescrituração que visa, como eu disse anteriormente, a produção de uma textualidade acessível ao público em geral não é algo trivial no campo da Análise do Discurso, pelo contrário, é algo bastante inovador. Também por isso, eu considero que esse processo coletivo de escolha dos verbetes, de produção textual das análises em duplas, a leitura crítica feita por pares seguida da leitura com comentários em reunião da equipe, com esse último tratamento editorial feito pela coordenação do projeto fez com que nós tivéssemos uma espécie de processo de decantação de cada um dos textos publicados, o que, acredito, garante a qualidade final dessa produção – ou, pelo menos, se não garante, opera como um forte indício de garantia da qualidade desses textos na sua versão final, publicada na plataforma.

LD: E é nítido, Professora Fernanda, pra quem lê qualquer um dos materiais, que essa preocupação com a interincompreensão (MAINGUENEAU, 2008) e esse caráter emancipatório dos verbetes se materializam nos textos. E, apesar desses quatorze primeiros materiais terem sido escritos em duplas, houve um processo coletivo e colaborativo de acabamento desses verbetes, realizado ao longo de inúmeras reuniões do grupo justamente pra que essa “ferramenta” para a “construção da justiça social” estivesse com suas peças em funcionamento pleno. Então, seguindo nosso bate bola discursivo, gostaria que tu nos contasse, por favor, um pouco sobre essas leituras críticas e os demais processos realizados no acabamento desses materiais.

FC: Então, esse processo final de revisão linguística que, na verdade, como eu disse, foi um processo de tratamento editorial dos textos, é de fundamental importância. Porque, considerando a forma como a língua oficial circula no Brasil, pensando exclusivamente na língua brasileira, sabendo da cisão que existe entre língua falada e língua escrita, entre as variedades da língua falada e as variedades da língua escrita, e pensando nas marcas da norma padrão, que são muito rígidas e que são exigidas na língua escrita - mas que, em grande parte das variedades orais do português brasileiro, são totalmente dispensáveis -, nós decidimos tomar como uma tarefa do grupo a transformação dos textos de análises discursivas acadêmicas em textos compreensíveis, palatáveis e interessantes para o público em geral, sem perder o rigor científico. Esta não foi uma tarefa menor porque cada área de conhecimento tem suas formas próprias de escrita, seus jargões ou determinado funcionamento discursivo característico e o que nós queríamos com a Enciclopédia era justamente limpar os verbetes de tudo o que fosse característico de textos de Análise do Discurso em suas versões acadêmicas.

Por isso, essa última etapa, de decantação da escritura e reescritura dos verbetes, pra nós, se constituiu numa decisão política: criar uma enciclopédia crítica e analítica que, desde o início, fosse inteiramente acessível a não especialistas. Esta foi uma postura política fundamental assumida pelo grupo porque nosso objetivo principal sempre foi a divulgação desses embates de sentidos, que se dão no nível do discurso, com os quais a pandemia vem sendo

contada. Logo, pra nós, não fazia sentido restringir o público que poderia ter acesso, conhecer e compreender o que nós estávamos dizendo nos nossos verbetes.

Ou seja: aquilo que foi o nosso maior desafio, Lauro, foi, ao mesmo tempo, uma marca da nossa tomada de posição política com relação às condições de produção da Enciclopédia, que eu comentei no início desta entrevista. Nesse sentido, acho que a Enciclopédia é, também, um movimento insurgente.

LD: E todos esses ajustes, acordados em grupo ao longo de diversas reuniões, Professora, nos revela, sobretudo, uma preocupação básica da nossa espécie mesmo, mas muitíssimo complexa de se sanar: a de mobilizarmos os recursos linguístico-discursivos de maneira compreensível, ou seja, evidencia a preocupação de conseguirmos nos comunicar eficientemente. Digo isso porque, com as respostas de vocês, fica nítido que entre as várias bandeiras levantadas pelo projeto, a principal é justamente a popularização dos conhecimentos científicos já produzidos sobre a pandemia, objetivando desmontar ideias e ideais de determinados grupos – sobretudo negacionistas e anticientíficos, o que, na minha humilde opinião, foi muito bem-sucedido!

A propósito, tu gosta muito de dizer que a Enciclopédia “nasce no berço do InformaSUS”, Professora Fernanda, então aproveite dessa brincadeira pra perguntar quais são as netas e netos dele, que pequenas ou grandes iniciativas nasceram da Enciclopédia e, em seguida, vocês poderiam nos contar o que devemos (ou não) esperar dos próximos capítulos (não desse livro, mas dessa narrativa – ou, mais adequadamente, contra-narrativa, que é a Enciclopédia).

FC: É verdade! Esse projeto foi dando muitos frutos. No ano passado, em 2020, enquanto ainda publicávamos os textos na plataforma do InformaSUS, nós também fizemos *lives*⁶ de lançamento de cada verbete publicado. Nós publicávamos o texto escrito na sexta-feira e, na terça-feira

⁶ Todas as *lives* realizadas pelo grupo estão disponíveis no canal do InformaSUS-UFSCar no YouTube.

subsequente, realizávamos essa *live* na qual a dupla de autores do verbete e, às vezes, também a dupla de leitores críticos contava um pouquinho sobre o processo de produção e as conclusões de cada análise. Além disso, tanto o Professor Baronas quanto eu demos várias entrevistas, entre as quais ressalto as da série de podcasts “Quarentena”⁷, realizado pelo LABI/UFSCar, o programa Na Pauta #27 e, também, a da CBN São Carlos.

Em formato escrito, a coordenação do projeto tem dois artigos publicados, um na revista “Cadernos de Pedagogia”, da Universidade Federal de São Carlos, como parte de um número temático dedicado a questões vinculadas à pandemia no segundo semestre de 2020, e outro em francês, publicado na revista *Repper DoRIF* em agosto de 2021. Outras pessoas da equipe também apresentaram trabalhos em congressos nacionais e internacionais e publicaram artigos relacionados ao projeto, como, por exemplo, a apresentação digital de parte da equipe no *Open DiscourseNet Seminar*, realizado em Londres em setembro de 2020.

Além disso tudo, continuamos trabalhando na Enciclopédia, agora Professor Baronas e eu com diferentes perspectivas. Eu tenho atuado mais juntamente com dois grupos de pesquisa da UNICAMP que estão colaborando conosco: o “MulherDis - Mulheres em Discurso”, coordenado pela Professora Mônica Zoppi-Fontana, e o “PsiPoliS - Psicanálise, Política, Significante”, coordenado pelo Professor Lauro Baldini. Nós estamos desenvolvendo novas análises discursivas, dessa vez partindo das questões sobre gênero e sexualidade. E esse projeto, Lauro, deve ser publicado a partir de outubro de 2021.

RB: Sim... desde o início dos trabalhos com a Enciclopédia, sempre tivemos uma preocupação com o princípio colaborativo, que garante que não apenas os sujeitos autorizados pela academia, isto é, os cientistas, possam falar sobre a Pandemia. É nesse sentido que, nessa outra frente, estamos trabalhando agora: ouvindo diferentes vozes, especialmente as menos audíveis, as mais afetadas pela Pandemia e que viveram literalmente na carne o que é, por exemplo, o novo normal – desemprego, fome, falta de moradia digna, falta de

⁷ No episódio 223, foi apresentado o projeto e feita uma discussão sobre o verbete “Novo normal”. Já no episódio 265, foram apresentados os verbetes “Pandemia”, “COVID-19” e “Testar positivo”.

vacina – ou a imposição, por parte de quem manda neste país, do uso de um medicamento sem nenhuma comprovação científica, como foi o caso da cloroquina no Estado do Amazonas. Para esses sujeitos invisíveis, a cloroquina não é somente um medicamento... Era talvez a única possibilidade de sonhar com a vida... São esses sentidos inaudíveis que queremos ouvir e fazer ecoar na próxima etapa da Enciclopédia.

LD: Agora que tu comentou sobre essa visibilização dos “sujeitos sem”, como tu gosta de dizer, Professor Roberto, me questiono e aproveito a oportunidade pra te questionar, como tu - que tanto produziu sobre popularização da “Linguística com L maiúsculo” e que agora se volta mais detidamente à Linguística Popular - se sente nesse quadro sócio-histórico ao se perceber lutando pra integrar os saberes populares às pesquisas científicas (nos estudos linguísticos e discursivos especialmente, mas não só) e, igualmente, tendo que esbravejar sobre a importância da divulgação das pesquisas científicas para a comunidade externa à universidade? Esses são dois movimentos opostos ou acarretados um pelo outro?

RB: Produzir divulgação científica vai muito além de divulgar conteúdo científico, Lauro. Eu entendo que ela passa necessariamente por uma questão de justiça cognitiva, para usar o conceito-programa de Boaventura de Sousa Santos (2010). E o que significa isso? Significa levar em consideração, por exemplo, a descentralização dos saberes, a ciência aberta, o multilinguismo na comunicação científica e a solidariedade acadêmica. Esses quatro eixos são fundamentais para que a divulgação científica saia de uma espécie de círculo vicioso em que somente um contingente mínimo tem acesso ao conhecimento produzido e seja efetivamente mais uma ferramenta na construção da justiça social.

LD: E cada um desses quatro sintagmas renderiam muitas outras páginas, hein?! Mas, Professora e Professor, precisamos dar um efeito de fim. Concluo dizendo que, no rolar dessas páginas, a gente percebe várias coisas – e

uma delas, com certeza, é o caráter político por trás não só da Enciclopédia, um projeto coordenado por vocês, mas especialmente por trás das práticas de cada – ou melhor, por dentro, porque são *constituídas* de política. Digo isso porque, ainda que tenhamos explicitado as condições de emergência desse projeto, as PECs e aspectos dos mais diversos âmbitos sociais, ainda fazemos apagamentos da ordem do subjetivo, por isso ressaltamos a grandiosidade e a potencialidade de vocês não só restritamente enquanto coordenadora e coordenador da Enciclopédia, mas especialmente enquanto sujeitos – que fazem e que se fazem de História; a individualidade recheada de princípios pelos quais lutam por e lutam contra; os desejos expressos e reprimidos, os traumas e dores *etc.*; afinal, tudo isso, direta ou indiretamente, grita nesse projeto.

E que essa entrevista – presente no filhote mais recente da Enciclopédia, esse livro organizado por parte da equipe do projeto – ecoe na pessoinha que nos lê agora.

abraSUS e gratidão.

REFERÊNCIAS

BARONAS, Roberto; RODRIGUES, Fernanda; COSTA,

Julia. Encyclopédie Discursive de la COVID-19: Bilan et perspectives. *Repères DoRiF*, n. 24 – Constellations discursives en temps de pandémie, DoRiF Università, Roma luglio 2021. Disponível em: <https://www.dorif.it/reperes/baronas-rodriques-costa-encyclopedie-discursive-de-la-covid-19-bilan-et-perspectives/>. Acesso em: 07 set. 2021.

CASTELANO, Fernanda; BARONAS, Roberto. Enciclopédia discursiva da

COVID-19: balanço e perspectivas. *Cadernos da Pedagogia*. São Carlos, 2021. Disponível em: <http://www.cadernosdapedagogia.ufscar.br/index.php/cp/article/view/1536>. Acesso em: 07 set. 2021.

ENCICLOPÉDIA Discursiva da COVID-19. [S. l.: s. n.]. 2020. 1 Playlist do YouTube. Publicado pelo canal InformaSUS-UFSCar. Disponível em:

<https://www.youtube.com/playlist?list=PL61bpsJ9ChG4iJ8xzbNFtFr vQ0myHjsiE>. Acesso em: 13 set. 2021.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia*: saberes necessários à prática educativa. 65ª ed – Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2020.

HOLSTON, James. *Cidadania insurgente*. São Paulo: Cia das Letras, 2013.

MAINGUENEAU, Dominique. *Gênese dos discursos*. São Paulo: Parábola, 2008.

OPEN DiscourseNet Seminar, London, 11/09/2020. [S. l.: s. n.]. 2020. 1 vídeo (1h7min). Publicado pelo canal LEEDiM UFSCar. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=2eMLA5oBvBw>. Acesso em: 20 set. 2021.

PROJETO de extensão da UFSCar cria enciclopédia discursiva da Covid-19. *CBN São Carlos*. São Carlos, 2020. Disponível em: <https://www.cbnsaocarlos.com.br/multimidia/podcasts/som,0,1,62820 ,projeto+de+extens%c3%a3o+da+ufscar+cria+enciclop%c3%a9dia+discursiva+da+covid-19.aspx>. Acesso em: 13 set. 2021.

QUARENTENA – Dia 223. *LabI/UFSCar*. São Carlos, 2020. Podcast (1h48min). Disponível em: <https://www.labi.ufscar.br/2020/10/24/quarentena-dia-223/>. Acesso em: 13 set. 2021.

QUARENTENA – Dia 265. *LabI/UFSCar*. São Carlos, 2020. Podcast (50min). Disponível em: <https://www.labi.ufscar.br/2020/12/05/quarentena-dia-265/>. Acesso em: 13 set. 2021.

SANTOS, Boaventura; MENESES, Maria. (orgs.) *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Cortez, 2010.

SOBRE AS AUTORAS E OS AUTORES

Bianca Cristina de Oliveira Fabiano



Graduanda no curso de bacharelado em Linguística pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), com ênfase em Texto e Discurso. Membro do grupo de pesquisa Laboratório de estudos epistemológicos e discursividades multimodais (LEEDiM-UFSCar). Desenvolveu pesquisa de iniciação científica com auxílio de bolsa CNPq intitulada "A Ressignificação Discursiva em contradiscursos de coletivos de mulheres negras na web 2.0". Interesses de pesquisa envolvem Análise do Discurso Francesa, Discurso Digital, Feminismo Negro e Relações Raciais.

<http://lattes.cnpq.br/4327263022834318>
<https://orcid.org/0000-0001-7387-8162>

Carlos Alexandre Molina Noccioli



Professor do Instituto Federal do Sul de Minas; pós-doutorando em Ciência da Informação e Comunicação pela Universidade de São Paulo (USP). Membro do grupo de pesquisa Laboratório de estudos epistemológicos e discursividades multimodais (LEEDiM-UFSCar). Doutor em Desenvolvimento Humano e Tecnologias, na linha de pesquisa Tecnologias, Corpo e Cultura, pela UNESP, com Estágio de Pós-Graduação no Programa Doutoral de História das Ciências e Educação Científica da Universidade de Aveiro, em Portugal; mestre e graduado em Letras, pela UFV.

<http://lattes.cnpq.br/5506567548614242>
<https://orcid.org/0000-0003-0163-5174>

Fernando Curti Gibin

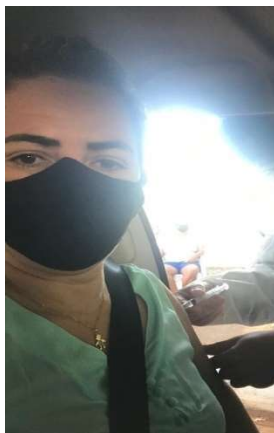


Doutorando e mestre em Linguística pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). É bacharel em Letras com Habilitação de Tradutor pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP) e bacharel também em Direito pelo Centro Universitário de Rio Preto (UNIRP). Membro do grupo de pesquisa Laboratório de estudos epistemológicos e discursividades multimodais (LEEDiM-UFSCar). É professor de Linguística no Centro Universitário de Rio Preto (Unirp).

<http://lattes.cnpq.br/2951925118571459>.

<https://orcid.org/0000-0001-5830-8030>.

Gleice Antonia Moraes de Alcântara



Professora da Educação Básica do Estado de Mato Grosso, atualmente atua como professora formadora do Centro de Formação e Atualização dos Profissionais da Educação Básica de Cáceres. Possui graduação em Letras (2002) pela Universidade do Estado de Mato Grosso, Mestrado em Estudos de Linguagem (2011) pela Universidade Federal de Mato Grosso e doutorado em Linguística (2019) pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Realizou estágio doutoral sanduíche na Sorbonne-Paris IV, sob a supervisão do Professor Dominique Maingueneau, com bolsa CAPES. É membro dos Grupos de Pesquisas no Laboratório de Estudos Epistemológicos e de Discursividades Multimodais (LEEDiM-UFSCar).

<http://lattes.cnpq.br/1398401600075570>

<https://orcid.org/0000-0002-9996-2116>

Guilherme Freitas dos Santos



Licenciado e Bacharel em Letras com Habilitação em Língua Inglesa pelo Centro Universitário Jorge Amado (2009). Especialista em estudos Linguísticos e Literários (2019). Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagens - PPGEL (Linha 2: Linguagens, Discurso e Sociedade) na Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Membro do grupo de pesquisa Laboratório de estudos epistemológicos e discursividades multimodais (LEEDiM-UFSCar). Tem experiência docente na área dos Estudos e Análises Linguísticas, Educação e Formação de Professores, com ênfase em Educação e Metodologia de Ensino.

<https://orcid.org/0000-0003-0252-3828>

<http://lattes.cnpq.br/5561661207447589>

Jorcemara Matos Cardoso



Possui graduação em Licenciatura em Letras - Habilitação em Língua Portuguesa (2008) pela Universidade do Estado do Amazonas (UEA). Mestrado (2016) e doutorado (2021) em Linguística pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Fez estágio-sanduíche na Paris Sorbonne-Université (Paris IV), sob supervisão do Prof. Dr. Dominique Maingueneau. É integrante do Laboratório de Estudos Epistemológicos e de Discursividades Multimodais (LEEDiM-UFSCar), é associada à Associação de pesquisadores brasileiros na França (APEB-Fr.), à Associação Brasileira de Linguística (ABRALIN), entre outras. Atualmente é professora de ensino de língua e cultura brasileira na Friedrich-Schiller-Universität Jena.

<http://lattes.cnpq.br/3583449810396955>

<https://orcid.org/0000-0003-1791-2105>

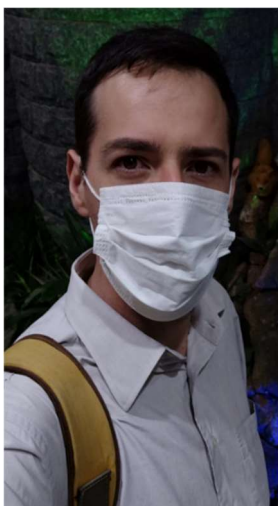
Julia Lourenço Costa



Pesquisadora de pós-doutorado na Universidade Federal de São Carlos e bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (UFSCar - FAPESP), com período de estágio de pesquisa (BEPE - FAPESP 2018) sob a supervisão da Profa. Marie-Anne Paveau. Mestre (2013) e Doutora (2017) em Semiótica e Linguística geral pela Universidade de São Paulo (USP) também com período de estágio no exterior (PDSE-Capes/2014) sob a orientação do Prof. Dominique Maingueneau. Graduada em Licenciatura plena em Letras Português/Inglês na UFSCar (2011). Membro do grupo de pesquisa Laboratório de estudos epistemológicos e discursividades multimodais (LEEDiM-UFSCar) grupos de pesquisa da USP e UNICAMP. Editora assistente na revista *Linguagem* e na revista da ANPOLL.

<http://lattes.cnpq.br/5592296124389416>
<https://orcid.org/0000-0001-8571-8879>

Júlio Antonio Bonatti Santos



Doutor em Linguística (2020) pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Atualmente desenvolve sua segunda tese de doutorado, na área de Ciências Sociais na Universitat de València (Espanha). Foi pesquisador visitante na School of Languages and Applied Linguistics, Open University (Reino Unido), como bolsista CAPES-PrInt. É mestre (2013) e graduado (2010) em História pela Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Estadual Paulista (UNESP). É pesquisador do Grupo de Investigación en Teoría Crítica (Universitat de València) e do Laboratório de Estudos Epistemológicos e de Discursividades Multimodais (LEEDiM - UFSCar/CNPq). É membro da International Association for Discourse Studies.

<http://lattes.cnpq.br/8833166697244816>
<https://orcid.org/0000-0002-1892-1786>

Lafayette Batista Melo



Graduado em Ciência da Computação (1993) pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), especialista em Novas Tecnologias na Educação (1998) e mestre em Engenharia Biomédica (1996) pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB), com doutorado em Psicologia Cognitiva (2004) pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e pós-doutorado em Linguística (Análise do Discurso) pela Universidade Estadual de Campinas UNICAMP (2014). Membro do grupo de pesquisa Laboratório de estudos epistemológicos e discursividades multimodais (LEEDiM-UFSCar). Atua em pesquisas sobre Interação Humano-Computador, Análise do Discurso e Informática na Educação.

<http://lattes.cnpq.br/2144574905285987>
<https://orcid.org/0000-0003-2233-8435>

Lauro Damasceno



Graduando no Bacharelado em Linguística pela Universidade Federal de São Carlos (2017-atual). Fundou o Piqueling - projeto de trocas entre linguistas (2019-atual), co-coordena a Equipe de Curadoria Linguística do InformaSUS-UFSCar (2021-atual), é locutor do interprograma da Rádio UFSCar "+Leitura BCo" e membro do Laboratório de Estudos Epistemológicos e de Discursividades Multimodais (LEEDiM-UFSCar). Tem como interesses os estudos do discurso, de gênero, raça e sexualidade, bem como Linguística Popular e Análise do Discurso Digital.

<http://lattes.cnpq.br/2818364825040647>
<https://orcid.org/0000-0001-7651-6474>

Lígia Mara Boin Menossi de Araujo



Doutora (2015) e mestre (2011) em Linguística pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar-FAPESP), especialista em Linguística de Texto e Ensino pela Unesp - Araraquara (2004) e graduada em Letras pelo Instituto Municipal de Ensino Superior de Catanduva (2002). Realizou estágio de pós-doutorado na USP (2016 - 2018) e na UFSCar (2019) com bolsa Capes. É Professora Adjunta do Departamento de Letras da Universidade Federal de São Carlos e editora de seção da revista *Linguasagem - Revista Eletrônica de Popularização Científica em Ciências da Linguagem*. É uma das coordenadoras do Laboratório de Estudos Epistemológicos e Discursividades Multimodais (LEEDiM-UFSCar) e membro integrante da Unidade de Pesquisa em Linguística Popular (UPLiP). Líder do grupo de pesquisa e programa de extensão GESTAR: Grupo de estudos, análise e reflexão sobre maternidade e ciência. É embaixadora do Movimento Parents in Science.

<http://lattes.cnpq.br/7893136450669304>
<https://orcid.org/0000-0003-2047-3019>

Lílian Pereira de Carvalho



Doutoranda e Mestre em Linguística (2012) pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) e graduada em Letras - Bacharelado e Licenciatura, com habilitação em Português/Inglês (2005) pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP). É professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo - Campus Sertãozinho (IFSP). Realizou estágio de doutoramento com bolsa CAPES-PrInt (2020), na Open University, sob a coorientação do Prof. Dr. Johannes Angermuller. Integrante do Laboratório de estudos epistemológicos e discursividades multimodais (LEEDiM-UFSCar).

<http://lattes.cnpq.br/7492175179598682>
<https://orcid.org/0000-0003-1165-5320>

Livia Maria Falconi Pires



Graduada em Licenciatura Plena em Letras português/espanhol (2009), Mestre em Linguística (2012) e Doutora em Linguística (2017) pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Fez Estágio de Pesquisa na Université de Toulouse 2 (Jean Jaurès). Participou do grupo de estudos em Análise do Discurso-Labor. Foi vice-representante discente (2010) e representante discente (2013) da Pós-graduação em Linguística da UFSCar. É docente do Centro Universitário Central Paulista (UNICEP- São Carlos), pós-doutoranda do Departamento de Letras da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) e integrante do LEEDiM - Laboratório de Estudos Epistemológicos e de Discursividades Multimodais.

<https://orcid.org/0000-0003-0696-2844>
<http://lattes.cnpq.br/4769798375720121>

Marco Antônio Almeida Ruiz



Doutor em Linguística (2019) pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) e em Sociologia (2019) pela Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais (EHESS) de Paris (cotutela) com o apoio da FAPESP. Mestre (2015) e bacharel (2012) em Linguística pela UFSCar. Realizou estágio de pós-doutorado na Universidade de São Paulo (USP) com o apoio da FAPESP. É professor adjunto de linguística e língua portuguesa na Universidade Federal de Goiás (UFG). É membro do LEEDiM - Laboratório de Estudos Epistemológicos e de Discursividades Multimodais do grupo de pesquisa DISCONEX (EHESS, Open University) e do E-l@dis - Laboratório Discursivo (USP).

<http://lattes.cnpq.br/4613888575492521>
<https://orcid.org/0000-0003-2438-9252>

Marcelo Rocha Barros Gonçalves



Possui graduação (1999), mestrado (2002) e doutorado (2012) em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Atualmente é professor Associado da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) e Pós-Doutorando em Linguística na Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Membro do Grupo de Pesquisa LEEDiM-UFSCar - Laboratório de Estudos Epistemológicos e Discursividades Multimodais.

<http://lattes.cnpq.br/7613996228373309>

<https://orcid.org/0000-0002-1894-9746>

Mariana Guidetti Rosa



Possui graduação em Letras - Língua Portuguesa (2012) pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Mestre (2018) pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). É integrante do Grupo de Estudos "Laboratório de Estudos Epistemológicos e de Discursividades Multimodais" (LEEDiM/ UFSCar) e se interessa por estudos na área do discurso, primordialmente por discursos sobre a mulher. Atualmente atua como professora de Inglês em uma escola de idiomas.

<http://lattes.cnpq.br/3830752415753708>

<https://orcid.org/0000-0003-2917-8817>

Mariana Morales da Silva



Possui licenciatura plena em Pedagogia pela Universidade de São Paulo (2012) e mestrado pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo (2015). Doutora em Linguística pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), com apoio financeiro da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes - financiamento 001). Realizou Doutorado Sanduíche no Departamento de Traducción y Ciencias del Lenguaje da Universitat Pompeu Fabra, Barcelona-Espanha, com apoio financeiro da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes-PrInt), além de ter realizado atividades como investigadora em formação convidada no Centre of Discourse Studies junto ao professor Teun A. Van Dijk. Investiga principalmente os seguintes temas: Discurso e Movimentos Sociais; Discursos e Mídias; Discursos e Educação.

<http://lattes.cnpq.br/4844703751573864>

<https://orcid.org/0000-0002-0413-9558>

Roberto Leiser Baronas



#Defendemos
AVidaDeTodes

Possui graduação em Licenciatura Plena em Letras (1994) pela Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) e doutorado em Linguística e Língua Portuguesa (2003) pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP), com financiamento Capes. Fez doutorado sanduíche na Université Paris Est - Créteil - Val de Marne - França, sob a supervisão de Simone Bonnafous (2003). Realizou estágio de Pós-Doutorado com apoio do CNPq, na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), sob a supervisão de Beth Brait (2012). É professor Associado no Departamento de Letras e no Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). É bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq, nível 1D. É um dos coordenadores da Comissão de Análise de Discurso da ABRALIN, um dos editores responsáveis pela Revista Linguagem. É o coordenador da Unidade de Pesquisa em Linguística popular - UPLiP e é um dos coordenadores do Laboratório de Estudos Epistemológicos e de Discursividades Multimodais (LEEDiM - UFSCar/CNPq).

<http://lattes.cnpq.br/4613001301744682> <http://orcid.org/0000-0003-0758-0370>

Sidnay Fernandes dos Santos Silva



Doutora (2014) e Mestre (2010) em Linguística pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), especialista em Literatura Brasileira (1997) pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) e Licenciada em Letras (1994) pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB). É Professora de Linguística e Língua Portuguesa na Graduação em Letras e no Programa de Pós-Graduação em Ensino, Linguagem e Sociedade (PPGELS) da Universidade do Estado da Bahia (UNEB). É editora da Revista Cenas Educacionais. Líder do Grupo de Pesquisa Laboratório de Estudos do Discurso (LAEDis/UNEB), vice-líder do Grupo de Pesquisa Ensino, Discurso e Sociedade (DisSE/UNEB) e pesquisadora do grupo de pesquisa Laboratório de Estudos Epistemológicos e Discursividades Multimodais (LEEDiM/UFSCar).

<http://lattes.cnpq.br/2216543407273699>
<https://orcid.org/0000-0001-5932-4948>

Tamires Cristina Bonani Conti



Doutoranda em Linguística com apoio FAPESP pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Desenvolve doutorado sanduíche na Université Paris-Est Créteil - UPEC, com supervisão de Dominique Ducard, com apoio FAPESP. Mestre (2017) e bacharela (2014) em Linguística pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Realizou mestrado sanduíche (2016) na Université Sorbonne Nouvelle - Paris 3, sob supervisão de Dominique Legallois (com apoio da Fapesp). Fez intercâmbio acadêmico de graduação (2013) na Universidad de Buenos Aires (UBA). É integrante do Grupo de Estudos "Laboratório de Estudos Epistemológicos e de Discursividades Multimodais" (LEEDiM/UFSCar).

<http://lattes.cnpq.br/3442362906177938>
<https://orcid.org/0000-0002-5572-6007>

Terezinha Ferreira de Almeida



Doutora (2021) e Mestre (2016) em Estudos de Linguagem pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem da Universidade Federal do Mato Grosso (PPGEL-UFMT). Graduada em Letras (2004) pela Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), especialização em Educação Interdisciplinar e Metodologia do Ensino Superior (2010) pela AJES e em Língua Portuguesa e Literaturas (2011) pela UNEMAT - Sinop /MT. Atualmente é professora efetiva do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso - IFMT - Campus Sorriso – MT e é pesquisadora do grupo de pesquisa Laboratório de Estudos Epistemológicos e Discursividades Multimodais (LEEDiM/UFSCar).

<http://lattes.cnpq.br/2973278585791755>
<https://orcid.org/0000-0002-6892-8695>

